



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 21/13-17 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2016/12/09**

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 32 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Vanda Maria Cunha Pêgo, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituído por João Alberto Nicolau Martins Correia.
- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, cuja falta foi justificada.
- Carlos Alberto Mouteira Fernandes, eleito pelo Partido Social Democrata, cuja falta foi justificada.
- Liliana Ferreira Gonçalves Gomes, eleita pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.



Assembleia Municipal de Caminha

- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a introdução de dois novos pontos à ordem de trabalhos.

Os quais são:

- w) – Adesão da Câmara Municipal de Caminha ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves;
- x) – Doação de Trinta Obras de Arte do Espólio do Museu Municipal de Caminha à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que o Senhor Presidente da Mesa faz muito bem pôr à consideração da Assembleia a introdução de estes dois novos pontos, porque todos nós possuímos um primeiro Edital com a ordem de trabalhos que surge no dia 24 de novembro, e uma outra do dia 07 de dezembro com mais dois pontos, e por conseguinte há necessidade de colocar estes dois pontos à consideração da Assembleia e à votação de aceitação, logo, o Senhor Presidente deve-o fazer para que a Assembleia decorra dentro da legalidade e daquilo que está regimentado.

O **Senhor Presidente da Mesa**, logo de seguida foi colocada a votação a aceitação dos dois novos pontos. Os quais foram aceites por unanimidade.

A **Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, de seguida, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.



A
D
S

Assembleia Municipal de Caminha

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de setembro 2016;
- c) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017;
- d) – Mapa de pessoal para 2017;
- e) – Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2016;
- f) – Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2017;
- g) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP);
- h) – Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal;
- i) – Alteração do Júri de Concurso de Cargo Dirigente da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto- Nomeação de Vogal Suplente;
- j) – Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Caminha;
- k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares;
- l) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares;
- m) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares;



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- n) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares;
- o) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares;
- p) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares;
- q) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros- Transportes Escolares;
- r) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico;
- s) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar;
- t) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem;
- u) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem;
- v) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família.
- w) – Adesão da Câmara Municipal de Caminha ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves;



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- x) – Doação de Trinta Obras de Arte do Espólio do Museu Municipal de Caminha à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

-E-mail da Assembleia Municipal de Bragança, a dar conhecimento da Moção, aprovada por unanimidade: “Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estradas Nacionais e Regionais”

- Abaixo Assinado remetido por Ana Fernandes em representação dos moradores da Rua de St.º Antão , a solicitar Iluminação Pública e Passeios na Via Urbana –Rua de Santo Antão”.

- E-mail da Assembleia Municipal de Tavira, a dar conhecimento da Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, aprovada por unanimidade: “Só com outra política será possível combater o flagelo dos fogos florestais.”

- E-mail da Assembleia Municipal de Portimão, a dar conhecimento da Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, aprovada por unanimidade: “Só com outra política será possível combater o flagelo dos fogos florestais.”

- Ofício resposta da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora, ao nosso ofício n.º50/13-17 de 06 outubro, referente ao solicitado pela CDU na Assembleia Municipal de 23 de setembro de 20116.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- E-mail do Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Mar, Deputado Joaquim Barreto, a agradecer o envio da Moção “Reconhecimento às Corporações de Bombeiros, Sapadores florestais e populações” (digitalização em anexo), que foi enviada ao Senhor Presidente da Assembleia da República que, por sua vez, remeteu a esta Comissão e informar que o referido documento mereceu a melhor atenção e foi dado conhecimento do mesmo a todos os Senhores Deputados que fazem parte desta Comissão Parlamentar.
 - E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento e fins convenientes, o Projeto de Resolução do PCP – “Propõe medidas que contribuam para a diminuição dos custos com combustíveis” – aprovado, com exceção do ponto 1.1, na sessão plenária do dia 27 de outubro.”
 - Ofício do Gabinete do Secretario de Estado da Administração Interna, a dar conhecimento da receção da Moção apresentada pela Assembleia Municipal de Caminha.
 - E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento de um conjunto significativo de propostas que apresentou ao Orçamento de Estado relacionadas com as autarquias locais.
- As propostas que apresentaram vão no sentido do reforço da autonomia do Poder Local Democrático, da dotação das autarquias de diversos instrumentos e mecanismos que lhes permita incrementar a sua capacidade de intervenção no âmbito do seu quadro de atribuições e competências, do reforço dos direitos dos trabalhadores da administração local e da resolução de problemas concretos com que as autarquias estão confrontadas e que constituem verdadeiros obstáculos para a prossecução do seu trabalho.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento de um conjunto de medidas aprovadas no último dia de votações na especialidade da proposta de Orçamento de Estado para 2017 por proposta ou com o contributo do PCP, que constituem novos avanços e conquistas para os trabalhadores e o povo.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento de um conjunto das 55 medidas aprovadas por proposta ou com o contributo do PCP durante o debate do Orçamento do Estado para 2017.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa uma Moção, assinada pelos representantes do Grupo parlamentar do PS e da CDU, que se intitula pela “Pela dignificação da Assembleia Municipal de Caminha “.

De seguida o Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária **Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“Pela dignificação da Assembleia Municipal de Caminha”

“A história política, tal como a história geral, não é um exercício do momento, embora seja nele construída. Dos diferentes regimes, ações, influências e interpretações, subsiste, em todos, a necessária organização do Estado, sob pena da ascensão da anarquia que ditaria o fim do próprio Estado.

Em Portugal vigoram valores constitucionais que estabelecem a forma do Estado se estruturar, dando resposta à organização administrativa do território. É neste contexto que o poder local, quer ao nível das freguesias, quer dos municípios, se assumem como elementos integradores do exercício político ativo e da sua ação com as populações. A proximidade das autarquias locais às suas populações deve, no entender dos proponentes, consolidar práticas de discussão capazes de garantir as melhores soluções para as populações, dando exemplo de valorização da intervenção cívica no quadro dos órgãos de representação local, isto é, das Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais.

A intervenção democrática nos diferentes órgãos faz-se nas determinações regimentais e devem servir os propósitos em discussão, no melhor interesse



Assembleia Municipal de Caminha

das populações, do território e do Estado. Não haverá dúvida que, independentemente das proximidades ou distanciamentos argumentativos, todos os eleitos e representantes de junta de freguesia prestam à população o melhor do seu contributo, em consciência e esforço, nos limites dos saberes de cada um. No entanto, a tentação política faz cair alguns eleitos e representantes de freguesia em exacerbados classificativos, por vezes ofensivos, em intervenções externas às sessões, e por vezes nelas, procurando o arregimentamento popular aquando da proximidade de ciclos eleitorais. No entanto, esse não é, seguramente, o quadro de referência da Assembleia Municipal de Caminha, onde prevalecem os mais elevados valores democráticos de respeito pela diferença e onde o bom senso ultrapassa a capacidade em o decretar.

Assim, considerando que:

1. A constituição da República Portuguesa consagra, no artigo 250.º, a Assembleia Municipal como órgão representativo do município, a par da Câmara Municipal;
2. A natureza deliberativa dos órgãos, como sejam a Assembleia Municipal ou Assembleia de Freguesia, pressupõe, salvo entendimento superior, o estímulo à argumentação nas bases do respeito intelectual e cívico, cuja elevação, por inerência da representação, serve de exemplo à organização do Estado Português;
3. Os órgãos municipais, tais como os órgãos de freguesia, elaboram, nos princípios e obrigações legais, os respetivos regimentos, obrigando-se ao seu cumprimento após prévia aprovação;
4. O princípio da igualdade dos eleitos, da sua disponibilidade e reconhecimento sufragado, são premissas da sua ação livre;
5. A idoneidade dos membros da Assembleia Municipal, também ela atestada pelo processo eleitoral, estabelece os limites dos interesses partidários e da linguagem de campanha;



Assembleia Municipal de Caminha

6. É da total responsabilidade dos eleitos a constituição da Mesa da Assembleia Municipal, sendo medido nela o respeito pelas decisões tomadas;
7. A função de representação de cada um dos eleitos e representantes de Junta de Freguesia não termina com as sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal;
8. O respeito pela constituição, pelos processos eleitorais, pelos normativos legais e regimentais, como elementos de combate à subversão da realidade administrativa do território nacional que procura quartar as liberdades e garantias do estatuto do eleito e das funções deliberativas da Assembleia Municipal, também estas constitucionalmente previstas no Artigo 251.º.

Propõe-se:

1. Expressar o respeito pelas populações e pela sua participação eleitoral na constituição da Assembleia Municipal de Caminha;
2. Negar toda e qualquer tentativa, quer de forma individual, quer de forma coletiva, de diminuição da ação e capacidade de decisão da Assembleia Municipal de Caminha;
3. Apelar ao reconhecimento do papel desempenhado pelos membros da Assembleia Municipal de Caminha, quer dos eleitos, quer dos representantes da Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia;
4. Valorizar o papel do órgão deliberativo municipal na construção de decisões e no cumprimento do regimento em vigor;
5. Testemunhar o exercício da Assembleia Municipal de forma participada, plural e com capacidade suficiente para ser um exemplo de elevação cívica;
6. Associar a sua ação, em função, à dos demais órgãos deliberativos das freguesias, sendo certo que também esses são representativos das populações e não dos detentores dos cargos;
7. Apelar aos responsáveis políticos, associativos e outros, para o merecido respeito pela população do concelho de Caminha, dos vales do Âncora e do Coura-Minho, representados pela Assembleia Municipal de Caminha;



Assembleia Municipal de Caminha

8. Afirmar a confiança na Mesa da Assembleia Municipal de Caminha na representação de todos os eleitos e representantes de freguesia, bem como na defesa da honra de cada membro e da sua capacidade de expressão livre;

8. Aprovar um voto de repúdio a toda e qualquer ação de ofensa pessoal e coletiva aos membros da Assembleia Municipal de Caminha.

A presente moção, depois de lida e aprovada, deverá ser enviada para todas as Assembleias de Freguesia do concelho de Caminha, Câmara Municipal de Caminha e partidos políticos com representação no concelho de Caminha.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, chamou a atenção pelo facto de se verificar hoje, que existem moções e propostas que tem dois entendimentos da mesa, pois antes de serem admitidas passam pelo crivo da aceitação e de uma votação, mas, existem outras que entram diretas à mesa e são postas à votação e discussão.

De seguida o **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que:

- De facto a Constituição da República Portuguesa consagra, no artigo 250.º, a Assembleia Municipal como órgão representativo do município, a par da Câmara Municipal;
- De facto a natureza deliberativa dos órgãos, como sejam a Assembleia Municipal ou Assembleia de Freguesia, pressupõe, salvo entendimento superior, o estímulo à argumentação nas bases do respeito intelectual e cívico, cujas elevações, por inerência da representação, servem de exemplo à organização do Estado Português;
- De facto os órgãos municipais, tais como os órgãos de freguesia, elaboram, nos princípios e obrigações legais, os respetivos regimentos, obrigando-se ao seu cumprimento após prévia aprovação;
- De facto o princípio da igualdade dos eleitos, da sua disponibilidade e reconhecimento sufragado, são premissas da sua ação livre;



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Assembleia Municipal de Caminha

- De facto a idoneidade dos membros da Assembleia Municipal, também ela atestada pelo processo eleitoral, estabelece os limites dos interesses partidários e da linguagem de campanha;
- De facto é da total responsabilidade dos eleitos a constituição da Mesa da Assembleia Municipal, sendo medido nela o respeito pelas decisões tomadas;
- De facto a função de representação de cada um dos eleitos e representantes de Junta de Freguesia não termina com as sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal;
- De facto o respeito pela constituição, pelos processos eleitorais, pelos normativos legais e regimentais, como elementos de combate à subversão da realidade administrativa do território nacional que procura quartar as liberdades e garantias do estatuto do eleito e das funções deliberativas da Assembleia Municipal, também estas constitucionalmente previstas no Artigo 251.º.

De facto, assim é, tudo isto é verdade e teoricamente assim deveria ser, mas:

-Embora de forma algo encapotada todos percebemos que esta moção é uma reação aos infelizes acontecimentos ocorridos na Assembleia Municipal Extraordinária, que tinha como único ponto, a apreciação e discussão do eventual encerramento da Cooperativa de Ensino Ancorensis;

- Ora pergunta-se, esquecendo a teoria:

Mas quem é que não cumpriu a democracia?

Quem é que provocou tudo isto ao não deixar falar o povo, a tal população que nos elegeu!

Cortou a palavra a uma aluna!

Cortou a palavra e desligou o microfone a um ex-presidente de junta e membro da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora!

Cortou a palavra a um membro da Direção da Ancorensis, que representava a instituição em causa na Assembleia Municipal!

Foram parciais e tendenciosos pois deram mais tempo a uns que a outros intervenientes, sem qualquer critério, nomeadamente regimental!



Assembleia Municipal de Caminha

Se houve alguma linguagem mais excessiva ela adveio da revolta que provocou esta atuação da mesa e dos mesmos alegados democratas que agora redigem e propõem esta moção.

Isto é que é Democracia?!

O PSD não tem duas caras, se está ao lado da população que o elegeu não subscreve esta atuação antidemocrática da mesa nem, por consequência, esta moção que visa encapotada mente defendê-la;

A legitimidade que nos advém do voto, não dá o direito de abuso do poder!"

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que a democracia, o Estado de Direito, a liberdade e a fruição da palavra tem o seu expoente máximo nas Assembleias de Freguesia e nas Assembleia Municipais.

Todos quantos nesta Assembleia fazem uso da palavra, fazem-no em nome do povo do Concelho de Caminha e, como tal, em representação dos nossos eleitores.

A Assembleia Municipal, como órgão máximo deliberativo, merece todo o respeito, dignidade máxima elevação.

A liberdade não se pode subverter e tornar-se libertinagem.

O pensamento crítico, a assertividade e a eloquência são parte do discurso político. Mas, o insulto, a maledicência, e o desrespeito não podem entrar, nem fazer parte do debate político, muito menos na Casa da Democracia, como é esta Assembleia Municipal.

Todos e todas os eleitos merecem ser tratados com a dignidade devida, em estritos cumprimentos das normas legais e regimentais.

Do que se vem de dizer, é condenável toda e qualquer ação de ofensa pessoal e coletiva aos membros da Assembleia Municipal de Caminha, pelo que, a



Assembleia Municipal de Caminha

bancada do Partido Socialista, enquanto subscritora da presente moção, a votará favoravelmente.

O **Senhor Presidente da Mesa**, colocou para votação a moção ali apresentada, a qual foi aprovada com 21 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez interpelação à mesa, e perguntou: Qual a votação da bancada do PSD para esta Moção?

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que foram 10 votos contra por parte da bancada do PSD.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que o Partido Socialista votou favoravelmente esta moção por considerar que a mesma surge em tempo oportuno, relembrando o espírito da Democracia, da Liberdade e do Estado de Direito.

Não sendo de todo irrelevante referir a posição do PSD, que quando instado exaltar os valores da legalidade, respeito e união, não se quis associar às restantes bancadas.

Fica a votação para memórias futuras.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez a seguinte declaração de voto:

A moção agora votada e aprovada mereceu o voto favorável da CDU porque:

1. Julgamos oportuno e necessário dar nota à população de que a ação da Assembleia Municipal de Caminha, sabe estar e agir com a elevação e o respeito democrático que a população de concelho de Caminha, dos vales do Âncora e do Coura-Minho, nos merece;



Assembleia Municipal de Caminha

2. Entendemos que há uma liderança na condução dos trabalhos, que não sendo aquela que proporíamos se estivéssemos em condições de apresentar lista própria, é a que foi sufragada pela Assembleia constituída em resultado do último ato eleitoral, cabendo a todos, não só aos membros da Assembleia Municipal de Caminha, o respeito pela presidência do órgão máximo do município, sob pena de quebra de confiança no poder autárquico em geral, e do municipal em particular;
3. Assumimos que a lealdade regimental nos deve unir, contrariando a anarquia de ocasião, avulsa e agressiva, uma vez mais porque este regimento foi redigido e aprovado por todos os membros da Assembleia;
4. Não perderíamos de forma alguma a oportunidade de nos vincularmos à dignificação de um órgão no qual temos assento, já que não o dignificar nunca esteve nas nossas intenções ou ações. Isso poderá ser questionado a todos os que se excluem da presente moção, mas não à CDU. “

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e relembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Minhas Senhoras e meus Senhores, sejam bem-vindos a Vila Praia de Âncora, uma freguesia muitas vezes esquecida, mas que eu, muito orgulhosamente, represento e defendo.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, permita-me que possa cumprimentar em seu nome todos os presentes nesta Assembleia, assim como todas as pessoas que nos estão a acompanhar em suas casas via Internet.

Senhor Presidente Dr. Miguel Alves, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, em 16/03/2014, recebeu um documento enviado por vossa Ex. do qual passo a citar alguns parágrafos.

“Senhor Presidente da junta de freguesia de Vila Praia de Âncora, permita-me, de todo o modo, chamar-lhe a atenção para a alteração dos modelos de financiamento das freguesias que a lei nº 75/2013, de 12 de dezembro, provocou, assim do que se trata agora, é de propor que possamos celebrar um contrato de execução que possa assegurar os recursos possíveis para que a junta de freguesia cumpra as competências definidas no artigo nº 1 do artigo 132º da lei já mencionada.

Para a freguesia de Vila Praia de Âncora, no âmbito do contrato de execução a celebrar, proporei a atribuição de 28.195,75 € (vinte e oito mil cento e noventa e cinco euros e setenta e cinco cêntimos) para que possa exercer as competências que a lei delegou na sua freguesia.

Mais informo, que a título de transferências de capital e tendo sempre presentes as obras que se propõe realizar na sua freguesia, tenho reservado um montante de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros).”

Senhor Presidente estas verbas foram as verbas que você propôs para a minha freguesia, embora eu pense que Vila Praia de Âncora, sendo a freguesia mais populosa do nosso concelho e sendo também a que mais tem contribuído para o cofre do município, merecesse, por direito, verbas mais significativas.

Mas sujeitamo-nos às que ficaram acordadas nos protocolos assinados por ambas as partes.

Senhor Presidente, onde está esse dinheiro?

Estamos em dezembro e de transferências correntes da Câmara apenas recebemos 9.398,58 € (nove mil, trezentos e noventa e oito Euros e cinquenta e oito cêntimos), referente ao primeiro quadrimestre de 2016.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente, eu sublinho que já nos encontramos em dezembro, e ainda não recebemos o segundo e terceiro quadrimestres referentes ao protocolo das transferências correntes.

Relembro V^a. Ex^a. que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, para poder assegurar os recursos possíveis e cumprir com as novas competências atribuídas, teve que contratar pessoal e investir em diversos meios.

Senhor Presidente, aproveito também para lembrá-lo que do protocolo das verbas de capital, até à data, apenas pagou uma fatura de 8.984,56 € (oito mil, novecentos e oitenta e quatro Euros e cinquenta e seis Euros), ainda faltam liquidar 26.015,44€ (vinte e seis mil e quinze Euros e quarenta e quatro centimos).

Senhor Presidente, algumas das obras que nós executamos, referentes ao protocolo de transferências de capital, tiveram que ser pagas de imediato, como foi o caso da vedação do parque infantil Dr. Ramos Pereira e a colocação de um equipamento, piso e vedação no parque infantil da Sobreira. Foram verbas que a Junta teve que disponibilizar para realizar esses trabalhos.

Não sendo esta Junta de Freguesia proprietária de uma mina de ouro, imagine o esforço que nos vimos forçados a fazer para conseguir, até à data, servir Vila Praia de Âncora e os Ancorenses da forma que o fizemos. Relembro que esta Junta, para além das obras realizadas, apoiou e tem apoiado todas as coletividades e Associações, esteve e está envolvida em muitos eventos, como é exemplo a iluminação e som de Natal em diversas ruas da nossa Vila, custos que foram suportados na totalidade por nós, o evento "Sonho de Natal" no qual estamos envolvidos juntamente com os comerciantes de Vila Praia de Âncora, a decoração do presépio, o "Vila Praia em Flor", "A Maior Mesa da Pascoa do País", o apoio dado às Comissões de Festas de Santa Marinha e Sr^a da Bonança, entre outras iniciativas realizadas na nossa Freguesia.

Senhor Presidente, nós só estamos apenas a pedir aquilo que é nosso. Estamos a pedir aquilo que você se auto propôs a dar, prometeu e protocolou. Não queremos nenhum centimo a mais.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Como o Senhor Presidente diz, e muito bem, sobre esta matéria não vale a pena dizer mais nada, desde que nos pague o que nos deve, é claro.

Senhor Presidente, um dia eu disse-lhe que ainda era do tempo em que confiava mais na palavra de um homem do que numa assinatura num papel.

Hoje e perante esta assembleia, agradeço-lhe por me ter ensinado que, atualmente, pouca gente honra a palavra.

Senhor Presidente, nós só estamos a reivindicar que você cumpra com a sua parte atempadamente, para que possamos continuar a servir Vila Praia de Âncora e os Ancorenses da forma que a nossa freguesia e a sua população merecem.

Para terminar

O executivo da junta de freguesia de Vila Praia de Âncora deseja a todos os presentes, às pessoas que nos estão a ver em suas casas e a todos os Ancorenses, um Santo Natal e um bom ano, principalmente com muita saúde.”

O **Senhor Deputado Manuel Amial**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Dia Internacional do Voluntário,

Todos nós sabemos a importância do voluntariado em todas as áreas da sociedade.

Por isso a ONU, desde 1985, instituiu o Dia 5 de Dezembro, como Dia Internacional do Voluntário.

Como sabem os voluntários são pessoas generosas que, sem remuneração, doam o seu tempo e o seu trabalho a causas sociais, ajudando a melhorar a vida das pessoas, muitas vezes dando sangue para ajudar os doentes, recolhendo bens alimentares para os mais pobres, levando um sorriso, um carinho ou um gesto de amor a quem dele precisa.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Neste âmbito queria relevar aqui o gesto do Lions Clube de Vila Praia de Âncora que ainda ontem realizou aqui neste Centro Cultural um Simpósio da Família, com a presença da nossa conterrânea Dra. Maria Teresa Mesquita da Silva, debatendo a importância do voluntariado no seio das famílias, com especial enfoque no apoio às crianças, aos doentes e aos mais velhos.

Que aproveitou a altura de comemoração do Dia Internacional do Voluntário para ainda ontem e aqui promover mais uma recolha de sangue e medula.

Para reconhecer os dadores de sangue pela sua dedicação, generosidade e altruísmo a favor da vida, entregando distinções aos dadores com 10 dádivas realizadas, e que foram:

Álvaro Lomba Marinho, Carlos Fernandes Alves de Castro (PJF VPA), Carlos Manuel Figueiras Bás, Florbela Ribeiro Castro, Isaldina Maria Sacramento Lajoso Camelo, Maria Cristina Fernandes Alves Costa (a título póstumo) e Tânia Daniela Almeida Mendes.

Os reconhecidos pelas 20 dádivas realizadas, foram:

Geraldina Brandão Oliveira, Marcos Paulo Fernandes Martins, Maria Dores Andrade Matos, Maria Cristina Fontainha Presa, Maria Jesus Mesquita Garcia Pereira e Pedro Miguel Marinho Magalhães.

No final junto ao Marco Lionístico existente aqui no Centro Cívico, foi colocado um ramo de flores e guardado um minuto de silêncio em homenagem aos dadores de sangue falecidos.

Queria aqui dar público testemunho deste gesto solidário dos Lions e prestar a minha homenagem e gratidão a todos os voluntários do nosso Concelho que, com a sua generosidade e disponibilidade de tempo, ajudam a criar um mundo melhor.

A terminar queria desejar a todos os Munícipes um Santo Natal e Feliz Ano Novo.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Cumpre-me demonstrar aqui a enorme satisfação e agradecimento de ver concluídas duas iniciativas promovidas pela Câmara na minha freguesia e que o senhor Vereador Rui Teixeira, soube articular devidamente com a Junta.

Se por um lado na Rua da Bargiela era de primordial importância tratar o enorme volume de águas pluviais que corriam em lençol pela plataforma do arruamento impossibilitando a circulação dos moradores, inclusivamente galgando entradas causando inundações nas habitações. Simultaneamente as intervenções levadas a efeito no largo de Stª Luzia e Rua das Palmeiras devido ao mesmo problema culminando com pavimentações adequadas foram relevantes e importa enaltecer.

Por outro lado, apraz-me referenciar nesta Assembleia que temos um executivo no Município, que ouve os problemas das pessoas.

Mas acima de tudo a sensibilidade, tantas outras vezes ausente, mas que este executivo demonstrou possuir com a obra de pavimentação da Rua do Pinheiro Manso, respondendo com justiça aos apelos dos moradores e da Junta que em 2012 transformaram esta artéria intransitável da zona urbana da freguesia, numa rua infraestruturada e pré-pavimentada. Passados 4 anos esta Câmara fez o que há muito lhe competia, pavimentou com carácter definitivo o arruamento e prolongou-o até à Rua do Pinto. Demonstrando o respeito que detêm pelo esforço empreendedor dos Ancorenses que na época se associaram á Junta e assumiram as responsabilidades que eram do Município.

Na sequencia desta atitude de sensibilidade da Câmara foi mais uma vez possível trazer à praça os Ancorenses neste caso o Senhor Eugénio Parente, a quem a Junta desde já agradece, reconheceu o esforço e quis colaborar prontificando-se a comparticipar as sobre larguras.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente, bem-haja, por saber dialogar com os habitantes de Âncora, por saber promover a harmonia e o diálogo, que julgo, resulta sempre em benefícios comuns.

Sendo Âncora, uma terra onde o investimento nas acessibilidades nunca foi uma prioridade, permita-me Senhor Presidente que relembre o estado paupérrimo de 2 artérias fundamentais da freguesia, a Rua do Calvário a que se junta o necessário tratamento do largo da Junta e a Rua do Sobrado.

Senhor Presidente da Câmara para permita-me ainda, que humildemente enalteça o trabalho incansável da Câmara e com certeza de V.Exa, junto do Polis Litoral, que permitirá melhorias dignas de registo na minha Freguesia com reflexos para o concelho.

Por último Senhor Presidente, como prova do saber promover harmonia e diálogo, peço-lhe que aceite os meus modestos agradecimentos pela visita que fez ao nosso jardim infantil e sobretudo pela afabilidade que dedicou aos presentes e particularmente aos meninos.”

O **Senhor Deputado Luciano Santos**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

O vereador Flamiano Gonçalves Martins, falta à reunião da Assembleia Municipal, do dia 9 de dezembro de 2016. porque:

- 1- Depois, de ter solicitado ao Senhor Presidente para intervir na Assembleia como cidadão, o Senhor Presidente lhe comunicou que não o poderia fazer porque era vereador e só nessa qualidade o poderia fazer.
- 2- Se sente injustiçado: pelo facto de ser vereador, perde direitos de cidadão.
- 3- Na realidade na Assembleia Municipal não pode intervir, tem de estar calado.



Assembleia Municipal de Caminha

4- Como cidadão, não pode questionar a Assembleia sobre o exercício da competência da Assembleia de fiscalização da Câmara pois considera que a Câmara que isenta só algumas famílias do pagamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), deixando de fora quase metade das famílias de Caminha com crianças em idade Pré-Escolar:

a. Está a discriminar as famílias do concelho.

b. Está a colocar em causa os postos de trabalho de educadoras e auxiliares de educação das IPSS Casa do Povo de Lanhelas. Santa Casa da Misericórdia de Caminha. Convento de Santo António e Patronato de Nossa Senhora da Bonança c. Está a provocar desequilíbrios graves na rede de serviços solidários quando para umas famílias isenta do pagamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), deixando de fora quase metade das famílias com crianças em idade Pré-Escolar.

5- Finalmente, falta porque o Senhor Presidente não lhe deu a oportunidade de solicitar que a Assembleia recomende à Câmara Municipal que crie um Regulamento de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Rede da Educação Pré-Escolar que não crie muros entre os Jardins Públicos e os das IPSS, os Jardins de Infância de Lanhelas, da Santa Casa da Misericórdia, de Santo António e do Patronato de Nossa Senhora da Bonança.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que foi apanhado de surpresa com esta moção ali apresentada, constatou que se defenderam os Presidentes de Junta e Assembleia Municipal, foi apresentada ali uma defesa com unhas e dentes. Disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora que quando se deslocam às freguesias como aconteceu no dia 21 de novembro há sua freguesia, os Presidentes de Junta são esquecidos, fazem-se as visitas a Riba de Âncora



Assembleia Municipal de Caminha

para ver os prejuízos provocados pelos incêndios, por uma comissão chefiada pela Senhora Presidente da Concelhia do PSD, em que a Junta de Riba de Âncora nem foi tida nem achada, tendo o Senhor Presidente de Junta demonstrado o seu descontentamento, e hoje tomaram-se ali defesas dessas pessoas quando na realidade isso não acontece. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta, que foi prestado um mau serviço a sua freguesia, porque o levantamento dos prejuízos que aconteceram nos fogos de agosto foi feito pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, que não estiveram presentes nessa reunião, não poderão dizer de facto aquilo que aconteceu na freguesia, falou-se apenas no Conselho Diretivo dos Baldios, mas esqueceram-se que arderam 1 200 hectares, e que metade desse terreno é de particulares. Disse também o Senhor Presidente da Junta que as pessoas o confrontaram nas ruas várias vezes, pelo facto de não ter estado presente nessa reunião, e a sua resposta, foi, que não tinha sido convidado.

Para terminar o Senhor Presidente de Junta, aproveita para desejar a todos um Feliz e Bom Ano Novo.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, começou por ler um Requerimento que apresentou à mesa:

“Considerando que o Regimento do Provedor do Município de Caminha, estabelece no seu 11º Artigo que:

- O Provedor do Município enviará ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, no mês de janeiro, relatório da sua atividade referente ao ano anterior”;
- Considerando que até à presente data, nem o Senhor Presidente da Câmara nem o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu cumprimento a este ponto regimental;

Vem por este meio o Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha solicitar que até ao fim da realização da presente Assembleia Municipal, nos



Assembleia Municipal de Caminha

seja fornecido respetivo relatório da atividade do Provedor do Município de Caminha referente ao ano anterior (2015)".

De seguida o **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção:

"Por mais de uma vez pedi que nos fosse entregue o Requerimento "nos seja fornecido e tornado público, no mais curto espaço de tempo, cópia do parecer enviado pelo Executivo de Caminha ao Ministério da Educação, que sustentou a elaboração do documento "Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação", documento que permitiu ao Ministério de Educação acabar com o ensino particular e cooperativo no nosso país.

Pedi-o por escrito, na Assembleia Municipal Extraordinária realizada em 09-06-2016, nesta

mesma sala onde hoje nos encontramos, e voltei a pedi-lo verbalmente na última As. Municipal.

Até hoje, até este momento, nada nos foi entregue.

E nada nos foi entregue, porque das duas uma, ou este documento nunca foi escrito, nunca existiu, ou então foi escrito e o Senhor Presidente Miguel Alves não deseja divulgar o seu conteúdo.

E não deseja divulgar o seu conteúdo, porque se o fizesse ficávamos todos a saber que desde o primeiro momento esteve sempre ao lado do Ministro da Educação, e não em defesa da Ancorensis Cooperativa de Ensino e de Vila P. de Âncora.

A não existência desse documento, a sua não divulgação, dá-nos a nós PSD, e dá-me a mim, como Líder do Grupo do PSD, toda a legitimidade para continuar a dizer que a Direção da Ancorensis, a população de V. P. de Âncora, foi desde o primeiro minuto enganada pelo Senhor Presidente Miguel Alves.

O Senhor enganou o Prof. Octávio Pinheiro e o Prof. Avelino Meira de Oliveira quando os levou a Lisboa, ao Ministério da Educação, para serem recebidos,



Assembleia Municipal de Caminha

não pelo Ministro de Educação, mas por alguém sem qualquer poder decisório no assunto.

Em vez de lutar pela continuação do Ensino Secundário na Ancorensis, o Senhor preferiu “enterrar” a Ancorensis!

E, não teve alternativa senão depositar alunos na E.B. do Vale do Âncora.

E com este gesto, o Senhor Presidente Miguel Alves traiu tudo e todos, e foi o único responsável pelo encerramento da Ancorensis.

A sua dupla vitória, que o Senhor apregoou aos quatro ventos, não é mais que uma dupla traição que o Senhor fez à Ancorensis e à população de Vila Praia de Âncora.

Hoje, finalizado que está o 1º período escolar, ficamos a saber que a Escola E. B. do Vale do Âncora, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente garantiu, não apresenta condições para receber os alunos vindos da Ancorensis, nem condições de funcionamento para o Ensino Secundário.

Há conflito de espaço, há conflito de horários, a cantina não tem condições para receber tantos alunos, não foi preparada para isso! Mas o senhor assim decidiu!

Por isso Senhor Presidente neste órgão e em VPA lhe exigimos que realize obras de ampliação necessárias para poder receber todos os alunos!

Se assim não for, com todos estes problemas não é de admirar que num futuro próximo o Ensino Secundário desapareça de Vila Praia de Âncora.

E quando isso acontecer, há um responsável que é nem mais nem menos que o atual Presidente da Câmara, Dr. Miguel Alves.

Aliás, deixe que lhe diga que o Senhor e o seu Executivo, assim como o Senhor Presidente da As. Municipal tem tratado muito mal Vila Praia de Âncora.

Prometeram durante a campanha eleitoral abrir a passagem pedonal ferroviária da Travessa do Teatro.

Foram a Lisboa, tiraram a fotografia à entrada do Edifício da CP, fizeram a publicidade toda, como que a querer dizer:



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- “Votem em nós que amanhã isto está aberto!”

Três anos passaram e nada.

Travessa do Teatro continua fechada.

E com este gesto, com este simples gesto cujo intuito era só o de angariar votos, com este simples gesto de não cumprir a sua promessa, V. Exa e o seu Executivo, deram uma machadada no comércio da Rua 31 de Janeiro, da Praça da República e da Rua 5 de Outubro.

Agora como se aproxima novo ano de eleições, vem mais uma vez “à caça aos votos, prometer outra vez o que não cumpriu e afirmar o que o executivo do PSD com verdade e rigor já tinha dito! Que a abertura da passagem só seria possível aquando da eletrificação da Linha do Minho!

Afinal V. Exa., não fez o coelho sair da cartola, porque não tinha coelho, nem cartola porque era tudo malabarismo eleitoral”

E o assombro é que V. Exa., fez isto só para angariar votos e continua no mesmo registo e atitude de falta de verdade e respeito para com o eleitorado de Vila Praia de Âncora!

O comércio desta parte da Vila ficou assim condicionado, votado a uma morte lenta.

Depois aparece com o Continente e com a promessa de tudo se alterar para melhor com a instalação do Continente na parte norte da Vila.

Dois anos passados constatamos que imensos estabelecimentos comerciais do nosso comércio local, não aguentando a concorrência do Continente foram obrigados a fechar portas.

Infelizmente aconteceu aquilo que nós sempre dissemos desde o início, e que o Senhor Presidente sempre desdenhou.

A morte do comércio local!

E como a memória dos homens é curta, e a memória de alguns políticos (quando lhes interessa) ainda mais curta é, vamos novamente recordar os estabelecimentos comerciais obrigados a fechar com a abertura do Continente:

-Talho Europa, V. P. Âncora em 06/2015



Assembleia Municipal de Caminha

- Peixaria Baixinho, V .P. Âncora em 09/2015
- Restaurante Ibraim, V. P. Âncora em 11/2015
- Café Telheira, V. P. Âncora em 11/2015
- Café Alfa e Beta, V. P. Âncora em 11/2015
- Churrasqueira Mini Preço, V. P. Âncora em 11/2015
- Pastelaria Pérola, V. P. Âncora em 12/2015
- Café Baviera, V.P. Âncora em 12/2015
- Minimercado e Café Âncora, Âncora em 12/2015
- Café K´In, V. P. Âncora, em 12/2015
- Mercearia Tomé, V. P. Âncora em 2016-12-04

Com a não abertura da Travessa do Teatro, com as consequências para o comércio local ocasionadas pela abertura do Continente, com o encerramento da Ancorensis, só estes 3 simples gestos do Presidente Miguel Alves são suficientes para obrigarem Vila Praia de Âncora a um retrocesso difícil de quantificar neste momento e de poder projetar no futuro.

Vila Praia de Âncora morreu!

Este Presidente, matou Vila Praia de Âncora!

Até parece que houve vontade de “fazer mal” a Vila Praia de Âncora.

Ainda bem que esta Assembleia Municipal se realiza em Vila Praia de Âncora.

Não só permite que eu como Deputado Municipal, como Líder do Grupo do PSD, mas acima de tudo como Ancorense, nascido, criado e residente nesta terra, possa denunciar o que o Executivo Socialista de Miguel Alves está a fazer à minha, à nossa terra.

E além disso, ainda está a fazer outra coisa muito feia.

Está a hostilizar o nosso Presidente de Junta de Freguesia, Carlos Castro, democraticamente eleito, por não gostar da forma como este trabalha em defesa de Vila P. de Âncora.

Está a hostiliza-lo porque Carlos Castro, está a mostrar trabalho e está a ofuscar o Pres. Miguel Alves.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Mas, meus Senhores, deixem que vos diga que até parece que há uma combinação Socialista para prejudicar Vila Praia de Âncora.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Eng. Luis Augusto Pestana Mourão, independentemente da seu extenso Currículo democrático e político, Ancorense de nascimento, também não perde a ocasião para, e sempre em nome da democracia, hostilizar Vila Praia de Âncora e os Ancorenses.

Foi muito feio aquilo que o Senhor fez na Assembleia Municipal Extraordinária de 09-06-2016 realizada nesta mesma sala em que hoje nos encontramos.

Foi muito feio ver o Senhor defender o seu Partido e a Geringonça, e servindo-se do Regimento da As. Municipal, calar a voz a uma aluna da Ancorensis de 15 anos de idade, ao fim de 2,5 minutos de intervenção.

Foi muito feio ver o Senhor Presidente mandar retirar o som ao microfone ao fim de 2,5 minutos de intervenção, a Manuel Marques, aquele que foi, só, no passado, quatro vezes Presidente da Junta de V. P. de Âncora.

Foi muito feio, V. Exa. não deixar que o Prof. Avelino Meira de Oliveira, representante da Direção da Ancorensis Cooperativa de Ensino, completasse a sua intervenção.

Foi muito feio.

Mas foi o caminho que o Senhor Como Presidente desta Assembleia preferiu seguir – e eu dei-lhe oportunidade de correção – e por isso mesmo, vai ter que assumir.

E eu cá estarei, enquanto tiver voz, a denunciar a sua postura, sem medo do seu currículo político, a dizer alto e com bom som, que o Senhor, como Presidente da Assembleia Municipal, troca a liberdade de expressão – direito consignado com o 25 de Abril de 1974 – pela política da geringonça.

Nunca, mas nunca lho perdoarei!

Estamos com 3 anos de Executivo Socialista Miguel Alves.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

E 3 anos é tempo suficiente, e mais que suficiente para ver, para perceber tudo aquilo que Miguel Alves nos prometeu realizar enquanto candidato à Câmara, e ver o que depois realizou como Presidente da Câmara.

Prometeu “Mais e Melhor” para o Concelho de Caminha, segundo o seu lema de campanha.

Por acaso vale a pena perceber como Miguel Alves, como Presidente, tem a preocupação de passar a sua mensagem.

Para se distanciar do passado, mandou efetuar uma sindicância às contas dos 12 anos de poder autárquico de Júlia Paula.

Muito bem. Eu teria feito o mesmo.

Mas correu-lhe mal.

Em vez de dívidas, ficou a saber que tinha 2,4 Milhões de Euros a prazo nos Bancos.

Com a imprensa afinada – aproveito para perguntar: - Senhor Presidente quanto gasta neste momento em assessoria de imprensa? X? Y?

Então, como ia dizendo, começa a passar a mensagem que não tem dinheiro para um prego!

Em tudo quanto era jornal local, regional, nacional, Caminha aparecia sem dinheiro para pregos.

Para tornar a dívida ainda mais exagerada e vergonhosa, passa a dívida das Piscinas Municipais de longo prazo para curto prazo e assim arranja maneira de poder dizer que o Município de Caminha está endividado até “às pontas dos cabelos”!

Endividado, sem dinheiro, não pode realizar o que prometeu em campanha.

Entretanto, sofre o primeiro rombo no seu elenco executivo com a saída da Vereadora Ana São João.

E mais não digo sobre este assunto.

Cabe ao Senhor Presidente esclarecer ao eleitorado Socialista a razão deste abandono.



Assembleia Municipal de Caminha

Com os meses e os anos a passar, as pessoas começam a aperceber-se que Caminha “não arranca”, parou no tempo, com Miguel Alves como Presidente. Vemos o Pres. Miguel Alves com muita preocupação a passar a sua imagem pessoal nos jornais, na rádio, na televisão, com uma preocupação enorme em ser notado, com uma preocupação enorme em não ser esquecido, a fazer tudo para aparecer em todo o lado em todo o sítio, mas aproveitando-se sempre de Caminha para se promover politicamente.

Caminha, pouco lhe interessa.

O que lhe interessa é a sua imagem política.

Em 2014 o Executivo Socialista de Miguel Alves enterra-nos com um prejuízo de 1,7 Milhões de Euros.

Em 2015 enterra-nos com um prejuízo de 1,4 Milhões.

Em 2016, ainda o ano não está acabado e já tem um prejuízo de 1,6 Milhões de Euros.

A informação financeira que distribuiu para a As. Municipal de hoje, refere um total de encargos assumidos e não pagos resultantes de faturação – isto é, dívidas a fornecedores a mais de 60 dias – de quase 5 milhões de Euros.

Isto o que se sabe, não esquecer o que está oculto.

Com o dinheiro gasto, com a Câmara endividada, Miguel Alves não tem dinheiro para obras.

Não pode realizar o que prometeu em campanha eleitoral.

Agarra-se às obras herdadas em projeto do executivo anterior e diz que são da sua autoria.

A Biblioteca Municipal, projeto do PSD virou obra do PS:

O Convento de S. João d'Arga, projeto do PSD, virou obra do PS.

As ecovias litorais, projeto do PSD, viraram obra do PS.

A Loja do Turismo

Parque de Estacionamento da Estação

E quando não consegue realizar o que quer que seja, passa a informação que a culpa é do PSD.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Como é o caso da questão do mercado municipal de Caminha, que prometeu e não cumpriu!

Tudo o que corre mal, a culpa é do PSD.

Se a Festa da Sardinha em V. P. Âncora foi um fracasso, a culpa é do PSD.

Se o “Entre Margens” está a ser um fracasso, a culpa é do PSD.

Se a “Feira Medieval” está a perder dinamismo, a culpa é do PSD.

De repente o PSD fica culpado de tudo.

Sem obra, começa a colar-se às realizações que os Presidentes de Junta executam nas Freguesias, para dar a sensação que é o autor do acontecimento.

Há que capitalizar a todo o custo, as autárquicas estão próximas, por isso tudo vale.

Vale colar-se à inauguração da iluminação de Natal realizada pela Junta de Freguesia de V. P. de Âncora.

Tanto tudo vale, que até afirma que o anterior executivo nem um euro investiu na Pólis.

Pois fique sabendo que foi o Executivo PSD que aderiu à Polis, que propôs o Plano Estratégico de Ação, que pagou cerca de 500 mil Euros para o capital inicial.

O Presidente Miguel Alves limitou-se a herdar Sociedade constituída, com realização de capital, com projetos em execução.

Como é o caso do Cais dos Pescadores, que o Senhor só não faz porque não quer, porque o projeto está feito! E mais uma vez está a fazer show-off com orçamentos participativos para enganar a classe piscatória.

Sem a Vereadora Ana São João, a sua atuação na área social do município está a ser zero.

Não investiram nesta área, o pouco que vem sendo feito já vinha no seguimento do trabalho do executivo anterior.

Não houve investimento na requalificação de habitações sociais.



Assembleia Municipal de Caminha

Este ano, como é ano de eleições vão fazer uma ou outra reparação para a fotografia. Mas as pessoas não precisam de fotografias. As pessoas precisam de obra feita, coisa que este Executivo não tem.

A vossa grande estratégia na área social foi alterar alguns pontos do Regulamento do Caminha Amiga, nomeadamente aquele que reduz a valor da capitação para os agregados terem direito a apoio social. Baixaram ainda mais. Baixaram tanto, que só um agregado com capitação inferior a 50 Euros por mês é que pode ter direito a esse apoio.

E nós voltamos a perguntar...isto é justiça social?

Acham que uma família com menos de 50 euros/mês consegue alimentar-se, vestir-se, medicar-se?

50 euros não chegam para uma semana...quanto mais para um mês!!!

Pois...mas foi assim que o PS rotulou as famílias.

Só no limiar da miséria humana é que V. Exas. têm dignidade de as ajudar!

Estes 3 anos de Executivo Socialista, foram 3 anos de pura desilusão.

São 3 anos perdidos.

Não há uma estratégia de desenvolvimento concelhio, quer a curto, médio ou longo prazo.

Navega-se à vista.

Em vez de obras e desenvolvimento, temos música para enganar o povo. O populismo do PS fica em alta, e isso agora é que interessa.

Enquanto os Concelhos vizinhos, tudo fazem para captar novas indústrias, captar novos investimentos que sirvam para dinamizar as suas terras, Caminha ficou parada.

Em 3 anos Miguel Alves não se preocupou com aquilo que realmente faz falta a todos e que é a projeção e concretização de incentivos para a fixação de empresas para o nosso Concelho.

Neste último ano corre atrás do prejuízo e tenta dinamizar alguns gabinetes de apoio a empresários, que durante 3 anos ignorou.



Assembleia Municipal de Caminha

Fá-lo através, e recorrendo a projetos específicos que nada tem a ver com a Câmara.

Ou seja...mais uma vez aproveita-se do trabalho de equipas multidisciplinares para fazer o que não consegue fazer por sua iniciativa própria.

Ou seja, este Executivo Socialista de Miguel Alves, teve 3 anos que nos andou a dar música.

Foram 3 anos em que o que convinha era passar a ideia que a Câmara estava falida.

Convinha era passar a ideia que tudo o que estava mal feito, era culpa do PSD. Convinha era passar a ideia que tudo o que não conseguiam fazer, era culpa do PSD.

O PSD era o culpado de tudo.

Até mesmo do imobilismo e do fracasso deste Executivo PS.

Mas, já todos percebemos a ilusão que “vendeu” e a triste realidade a que nos votou, menos e pior para o concelho de Caminha!”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que antes de dar início á sua intervenção, disse que numa anterior Assembleia Municipal o Senhor Deputado Rui Taxa lançou o repto de se ir falar com os comerciantes, mas, agora lanço aqui o repto ao Senhor Deputado Rui Taxa para ir falar com os comerciantes, e perceber porque estes encerraram as suas portas, e claro depois existem coisas caricatas como vir dizer que um café junto a uma praia fecha, por causa do Continente ou que uma marisqueira fecha também por causa do Continente, trata-se de algo inexplicável que ninguém percebe, logo, deixo este repto ao Senhor Deputado Rui Taxa, uma vez que também é de Vila Praia de Âncora. E de seguida dá inicio à sua intervenção, e leu o seguinte:



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

“Enquanto natural de Vila Praia de Âncora queria começar por dizer que é uma grande honra participar nesta assembleia municipal não só por ser a última deste ano, mas, especialmente, por se realizar nesta Vila que é o maior aglomerado populacional do concelho de Caminha pois congrega, por si só, mais de um quarto da população do município.

Enquanto munícipe e membro deste órgão municipal queria saudar a Câmara e a Assembleia Municipal por terem introduzido a prática da rotatividade da realização das Assembleias Municipais nas duas Vilas o que revela bem o empenho de querer estar o mais perto possível das populações, procurando ir ao encontro dos seus anseios e aspirações.

As reuniões da Assembleia Municipal servem para deliberar sobre os diversos pontos da ordem de trabalho, mas também para, conjuntamente, refletirmos sobre o estado do município, para sinalizarmos a passagem de mais um ano em que a Câmara Municipal procurou dar tradução prática ao Plano de Atividades aprovado há cerca de um ano.

O balanço que se pode fazer é simples:

- a) O concelho está mais robusto económica e socialmente, mais dinâmico, mais atraente, mais amigo do ambiente e mais próximo das populações;
- b) Os níveis de notoriedade e de imagem são evidentes bastando fazer um análise dos conteúdos das notícias que vão sendo veiculadas pela Câmara para os munícipes e a frequência com que se fala, e normalmente por bons motivos, sobre o concelho de Caminha na comunicação social, em geral;
- c) A melhoria das condições de vida e das infraestruturas é bem evidenciada na multiplicidade das obras que ocorrem um pouco por todo o concelho;
- d) O comércio, o turismo e as demais atividades estão em crescendo alavancadas por um largo conjunto de medidas tomadas pela Câmara como é o caso dos muitos eventos e iniciativas que decorrem durante todo o ano e não só na época alta;



Assembleia Municipal de Caminha

e) A população sente-se mais apoiada, mais envolvida e mais convencida de que nas últimas eleições valeu a pena mudar de protagonistas e mudar de política.

O atual município de Caminha eleito pelo PS não se tem cansado de lutar para resolver os problemas financeiros e judiciais deixados pelo PSD e a única estratégia que o PSD tem é de maledicência.

O PSD não consegue apresentar uma única proposta séria, antes pelo contrário, usa a mentira e a deturpação dos factos, lançando comunicados com falsidade apenas para intoxicar a opinião pública, como há dias aconteceu com a Escola Básica e Secundária de Vila Praia de Âncora.

Senhor Presidente, Miguel Alves

Nestes últimos 3 anos de atividade da câmara e do seu executivo em funções, faço um balanço muito positivo da sua gestão, por uma razão muito simples, este executivo soube até ao momento dar uma resposta séria aos problemas das populações das várias freguesias, de uma forma livre, democrática e equitativa, mas ainda há quem utilize as juntas como arma política e forma de vitimização, esquecendo que com este executivo em funções a transferência para a junta de freguesia de Vila Praia de Âncora aumentou 67% nos últimos 3 anos em relação ao anterior executivo .

Muito se falou, muito se escreveu e muito se criticou, mas a verdade, é que este executivo praticamente no início de funções, quando muitos não acreditavam trouxe a bandeira Azul para Vila Praia de Âncora e para a praia das crianças, tornando a nossa praia uma aposta de qualidade para o turismo e para o incremento na economia local, e um orgulho para todos os Ancorenses, isto só foi possível porque a Associação da Bandeira Azul da Europa compreendeu que existia uma mudança real de condições e de procedimentos. Neste últimos 3 anos a qualidade na organização de eventos foi uma realidade, pela diversidade da oferta de animação e também pela implementação destes em vários pontos de Vila Praia de Âncora, este executivo é muitas vezes criticado pelo exagero na organização de eventos e de animação, esquecem-



Assembleia Municipal de Caminha

se os críticos do impacto económico e da promoção de Vila Praia de Âncora para o turismo, foram vários os eventos novos, alguns organizados e outros apoiados por este executivo, dou nota apenas de alguns como:

- Fado Forte com duas intervenções de cantores de renome, isto na zona do Portinho,
- Âncora Folk; também com duas intervenções uma na Zona do Portinho e outra na Praça da República,
- Festival Blues e Soul Music, durante três dias a decorrer na Praça da República;
- Coros de Verdi do Orfeão de Vila Praia de Âncora que decorreu no Dólmen da Barrosa,
- Festival do Espadarte,
- Espetáculo Stone Walls, na zona do Portinho, organizado por privados com o apoio da Câmara Municipal;
- XtremeTT, realizada nas Camboas,
- Festival Internacional de Habaneras, organizada pelo Orfeão com o apoio da Câmara Municipal;
- Feiras de Antiguidades, apoiadas pela Câmara acontece todos os meses na Praça da Republica;

A nível de obras a câmara está também com uma dinâmica muito forte.

No âmbito do orçamento participativo, quero dar nota da obra de valorização do Dolmen da Barrosa, que é importantíssima para a valorização deste monumento em Vila Praia de Âncora.

Nos últimos três anos no âmbito da Polis Litoral Norte não esquecemos o trabalho que se tem realizado, quando o Senhor Presidente Miguel Alves tomou posse, havia zero obras da Polis e zero euros investidos no Concelho de Caminha, todos sabemos que sobre esta matéria perdemos demasiado tempo, falta saber se foi por incompetência ou por desleixo.



Assembleia Municipal de Caminha

Sobre a Polis não me vou alongar muito pois os números falam por si, são cerca de 3,7 milhões de euros e muitos mais seriam se o tivéssemos uma Câmara Socialista, liderada pelo Dr. Miguel Alves, há mais tempo.

Fruto do trabalho realizado por este executivo, a aprovação da candidatura à Polis Litoral Norte, vai ser realizada a ligação de Moledo ao Pinhal da Ceifa.

A construção dos dois troços da Ecovia do Litoral Norte, permitirão a ligação de Moledo ao Pinhal da Ceifa.

O primeiro troço faz a ligação da Capela de Santo Isidoro à ciclovia já existente a norte de Vila Praia de Âncora.

O segundo troço diz respeito à ponte pedonal e ciclável sobre o Rio Âncora.

Uma outra obra de grande vulto é projeto para a requalificação do Nó da Erva Verde.

Importa recordar alguns dados:

- a) Trata-se de uma obra está orçada em 644.722,00 euros mais IVA.
- b) Está em causa requalificar uma zona que se encontrava muito degradada e pouco funcional,
- c) Está prevista a correção de deficiências ao nível de infraestruturas de águas pluviais,
- d) O aumento de lugares de estacionamento prevê-se a promoção da acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada
- e) Será criada uma nova entrada para a Ludoteca/Biblioteca de Vila Praia de Âncora,

Senhor Presidente, a última grande notícia para Vila Praia de Âncora é de uma satisfação enorme para os Ancorenses e para a população que sempre acreditou e lutou para a sua realização; falo da passagem inferior pedonal da Travessa do Teatro. Sabemos Senhor Presidente que foi uma longa e complexa negociação entre a Câmara e a empresa Infraestruturas de Portugal (IP).

A Travessa do Teatro, em Vila Praia de Âncora, vai ser dotada de uma passagem inferior pedonal sob a Linha do Minho, devolvendo à população, em



Assembleia Municipal de Caminha

completa segurança, uma travessia histórica. Todos sabemos que não foi fácil, mas é uma realidade, e nestes processos complexos o mérito é da população que nunca deixou de acreditar, mas também do Senhor Presidente, que mais uma vez soube estar ao lado da população e lutar pelas reivindicações dos Ancorenses.

Vila Praia de Âncora terá uma passagem desnivelada sob o caminho-de-ferro junto à Travessa do Teatro, a construção desta passagem, vai voltar a juntar a Vila, a zona de comércio com a praia e a potenciar o seu desenvolvimento.

Senhores e senhoras membros desta assembleia:

Temos assistido a uma transformação para mais e melhor no concelho de caminha, mais e melhor em Vila Praia de Âncora, quer através de investimentos já realizados, mas também de investimento que estão a ser projetados na freguesia de vila Praia de Âncora, uns por ação direta da Câmara municipal e outros por uma ação indireta em articulação e apoio, desta Câmara, nas mais diversas obras que se realizam nas juntas de freguesia.

É notório o investimento que está a ser feito, é muito significativo o trabalho que os vários pelouros fazem no domínio da atração e captação de investimentos através da cultura, de infraestruturas, de realização de eventos, atraindo mais pessoas, mais empresas a investir e a criar uma dinâmica económica que melhora a vida das pessoas.

O Partido Socialista vai continuar a lutar para assegurar mais e melhor para Vila Praia de Âncora nos próximos anos, esperando que estes sinais de qualidade signifiquem mais investimento, mais emprego e coesão social para os naturais e residentes, e mais qualidade de vida para a todos aqueles que nos visitam. Passado 3 anos convém dizer que os investimentos estratégicos para Vila Praia de Âncora permitiram:

- a) Um acréscimo de pessoas que visitam a nossa terra e uma maior procura das nossas unidades hoteleiras e de restauração;
- b) O crescimento das atividades comerciais e hoteleiras, impulsionadas pelo acréscimo da procura turística a nível interno e externo;



Assembleia Municipal de Caminha

E ainda:

- Promover a atração turística de Vila Praia de Âncora,
- Atrair cada vez mais pessoas a Vila Praia de Âncora,
- Requalificar urbanisticamente de todas as zonas envolventes, tornando-a mais viva e resolvendo alguns problemas estruturais.

O balanço que agora podemos fazer é um balanço positivo.

Os profetas da desgraça e da mentira, esses, estão a ser desmentidos pelos factos e pelo tempo.

Julgo que os autores desses escritos deveriam refletir sobre a figura que fazem nos seus comunicados e retirar consequências políticas do que dizem e do que insinuam.

Enquanto a oposição se ocupa com a edição de comunicados os autarcas do PS continuam a trabalhar e a defender o progresso da nossa terra!

Esta é a linha correta, este é o caminho.

A população do concelho e Caminha saberá avaliar, no momento próprio,

- quem os defende e quem luta afincadamente pelo progresso da nossa terra,
- e quem nada mais não faz que criticar e maldizer e nada fazer.”

Para terminar o Senhor Deputado Hugo Martins disse que por muitas das vezes se está ali sentado a ouvir as intervenções dos colegas deputados, mas, muitas das vezes pensamos nós Partido Socialista que o PSD fez mais nestes últimos três anos, do que nos doze anos que esteve no poder, penso que será para refletir, mas, na realidade não é assim. Um Feliz Natal para todos.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e leu o seguinte:

“O Concelho de Caminha tem nos últimos tempos, sido brindado com vários tesourinhos deprimentes, que através de comunicados sucessivos, publicações nas páginas partidárias e pessoais do facebook, demonstram bem como não



Assembleia Municipal de Caminha

devem ser tratados assuntos sérios e que, a política não deve ser feita de infantilidades e de atitudes e comportamentos voltados para si mesmo, de forma insensível às preocupações de todos os Municípes do Concelho.

E ainda hoje, tivemos aqui a demonstração de isso mesmo, e penso que ficou bem claro, porque a bancada do PSD não aprovou a moção aqui apresentada pela “Dignificação da Assembleia Municipal de Caminha”.

Dizem-se meias verdades e na maioria das vezes, mentiras! Usa-se o bom nome das mais diversas instituições para, de uma forma ignóbil, tentar denegrir e atingir os adversários.

Atribuem-se responsabilidades a quem não as tem, tentam tirar-se dividendos políticos mesmo que para isso possam estar a fragilizar as seus pares! Mesmo que para isso se utilizem associações, Instituições e até crianças.

Manipulam-se pessoas, pessoas essas que se esquecem que foram eleitas para servir uma população e não um partido!

Não se olham a meios para tentar atingir um fim!

Não nos enganemos...num total desespero atacam insistentemente quem hoje dirige os destinos do nosso Concelho...acusam-no de tudo, ele é o culpado de toda a desgraça, ele é aquele que se pendura em tudo, ele é aquele que só quer protagonismo, autopromoção!

Pois é, de facto nunca se falou tanto de Caminha a nível nacional como desde 29 setembro de 2013. Mas é bom lembrar que Caminha, pelo seu Presidente, aparece nos jornais nas páginas da Cultura, da inovação como foi no caso do Orçamento Participativo e não na secção criminal ou nos assuntos ligados com a justiça como acontecia no passado!

Fazem-se acusações graves, a ânsia de atacar é tanta que, lançam-se escritos atabalhoados e depois, cai-se no ridículo de ser desmentido!

Tudo isto é grave, mas mais grave ainda é arrastar neste trilho alguns incautos que se prestam a servir estas causas perdidas...

Vir dizer que a Câmara persegue as Juntas Freguesia que não são na sua cor partidária e, na verdade de uma insensatez desmedida e digo isto com



Assembleia Municipal de Caminha

conhecimento de causa, já que fui Presidente da Assembleia da minha Freguesia durante o último mandato do PSD e sei bem o que é ser perseguido, não ter dinheiro, não poder fazer obra! Não creio que isto se passe na atualidade, e a prova está nos bons serviços que as juntas prestam às suas freguesias. Desde a limpeza dos arruamentos, às intervenções em alguns caminhos e não esquecendo a iluminação de Natal nesta quadra em que agora nos encontramos. Iluminação que, inexplicavelmente, parece ter "fundido" a mente a alguns perdoem-me a expressão!

À semelhança do passado, a Câmara Municipal colocou iluminação Natalícia nos centros e rotundas principais das duas Vilas, cabendo e muito bem, às Juntas de freguesia em colaboração com os comerciantes, a decoração das restantes artérias. Aqui, apenas referir algo que ficou esquecido de dizer nos escritos que vieram a público, quem paga os contratos de todos os quadros de luz é o Município. Apenas esta pequena ressalva porque isto foi convenientemente esquecido. Assim como foi convenientemente esquecido dizer, por quem? eu pessoalmente não sei mas desconfio, que a hora da inauguração das luzes foi previamente acordada numa reunião entre o Município e as Juntas de Freguesia e que, sem nenhum aviso, num total desrespeito pelo acordado com o programa, num total desrespeito pela Vila de Caminha e seus comerciantes que também contribuíram com o seu dinheiro para as luzes das suas ruas, o executivo desta Vila decide, como disse sem avisar ninguém, inaugurar as luzes meia hora antes do acordado. O que se chama a isto? Eu sei, mas, por respeito, não digo!

Parece-me que as pessoas de Vila Praia de Âncora, as Instituições de Vila Praia de Âncora, os Clubes Associativos de Vila Praia de Âncora e até as Comissões de Festas de Vila Praia de Âncora merecem ser tratadas de uma forma diferente. Não merecem ser utilizadas em contendas políticas, não merecem ser expostas não merecem ser obrigadas a vir desmentir aquilo que é indevidamente dito.



Assembleia Municipal de Caminha

Os Ancorenses são pessoas atentas e sabem quem tem trabalhado em prol de Vila Praia de Âncora, veja se agora a excelente notícia da passagem inferior pedonal da Travessa do Teatro, um anseio da população e de todo o Concelho desde o seu encerramento em 2009 e que vai ser uma realidade; veja-se a reabertura do Cine Teatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora no próximo dia 7 de janeiro com um grande concerto cuja receita vai reverter a favor desta corporação! Vejam se as obras a realizar no âmbito da Polis Litoral Norte, veja-se a dragagem a realizar no Portinho de Vila Praia de Âncora, um dossier que em julho de 2016 mereceu num despacho da tutela, pela Sra. Ministra do Mar, Eng^a Ana Paula Vitorino, que fosse criado um grupo de trabalho para encontrar soluções para o Portinho. Na primeira reunião desse grupo, a Câmara Municipal de Caminha propôs, e muito bem, que fosse integrada a Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora! Há realmente quem esteja a trabalhar para encontrar soluções para os Ancorenses e para todos no nosso concelho e esses sabemos quem são!

Os munícipes de Caminha sabem que a Câmara Municipal tem gente com visão, que olha para todos e que, apesar desta forma que alguns têm de fazer política de fazer show off com as soluções dos outros, sabem que o executivo continua a trabalhar com todos e para todos! Os Munícipes de Caminha sabem quem realmente está empenhado, em elevar, em melhorar em tornar o nosso concelho naquilo a que ele merece.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, antes de dar início à sua intervenção solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que lhes fosse facultado uns apoios para que possam colocar os documentos, para poderem tomar alguns apontamentos, de seguida deu início à sua intervenção, e disse:

“No passado dia 20 de novembro, num artigo de opinião publicado pelo JN, sob o título “A era da pós-verdade”, José Manuel Diogo dizia que “A palavra do ano 2016 é... “pós-verdade””. Dizia, “Se olharmos à nossa volta percebemos porquê. Filmes e séries de TV são regularmente sobre patranhas e vigarices, e



Assembleia Municipal de Caminha

até os meios de comunicação social cobrem de forma exaustiva a desonestidade” e “a mentira”. Os mentirosos são uma espécie de heróis dos tempos modernos.”, concluía.

Tirando a agressividade das palavras, a verdade, ou a pós-verdade, é que o abraço ideológico a que todos os fazedores de opinião se entregam, com o patrocínio particular das redes sociais, na sua senda, dita apartidária e sem princípios ideológicos, ou princípios de qualquer tipo, principalmente face à proximidade eleitoral, é gritante. No plano Nacional é sobejamente conhecida esta realidade, com a diabolização da agenda governamental, contrariada pelas políticas patrióticas de esquerda, e, localmente, temos o que vemos, e vemos o que lemos, numa organização de propaganda simples, mas, reconhecemos, que serve os propósitos. A tirania da palavra alimenta ódios primários, ferve em agressividade e, por vezes, substitui a racionalidade. No entanto, como diria José Manuel Diogo, esta é a era da pós-verdade!

O problema da pós-verdade é que afasta a análise honesta da realidade, já que a "pós-verdade" é usada quando se considera que a verdade tem menos influência na formação da opinião pública do que os apelos emocionais e as opiniões pessoais, ou seja, que as mentiras. E isto por vezes é o que verificamos localmente. Transporta-se para a opinião pública a pós-verdade, colocando a verdade no domínio da mentira. Hábeis e astutos são os seus praticantes e seguidores, mas não menos atentas e despertadas estão hoje as populações dos vales do Âncora e Coura-Minho, para, no momento certo, saberem decidir fora da moderna pós-verdade.

Dito este preâmbulo, caros membros da Assembleia Municipal, dizer-vos que a CDU honra a palavra, e mais que um slogan de campanha, é uma prática de que nos orgulhamos. Palavra dada é palavra honrada! E por isso consideramos que o que nesta casa é assumido é para ser cumprido. Celebramos um compromisso com a população de Vila Praia de Âncora, o de disponibilizar todos os ciclos de ensino nesta vila, cuja importância no concelho de Caminha dispensa defesa.



Assembleia Municipal de Caminha

A verdade é que a solução encontrada não respeita a decisão política aqui assumida e da qual não abdicamos. Também sabemos que este ano foi excecional, no entanto, com o tempo que é devido, a dois períodos de distância do final do ano letivo, não fazemos apelo, mas sim a exigência política para que seja cumprido o que aqui se assumiu. Em Vila Praia de Âncora todos os anos do ensino básico e secundário, e, em caso de necessidade de constituição de turmas mistas no Concelho, deve sempre favorecer-se a deslocação do menor número de alunos, ou seja, não deve assumir-se apenas que só os alunos do vale do Âncora se deslocam para Caminha, como também o contrário. Por outro lado, é necessário impedir perdas opcionais, como de resto aconteceu este ano letivo.

Por isso reafirmamos hoje os compromissos assumidos, não na raiz das motivações político-partidárias eleitoralistas, mas na busca de soluções, com tempo e compromissos firmados com a gestão pública, do Agrupamento ao Ministério da Educação. Por isso exigimos da Câmara Municipal a mesma agilidade com que exigiu do Governo o respeito pela decisão desta assembleia, que comece já o trabalho que ficou incompleto no início do ano letivo em curso. Provavelmente muitos dos alunos que saíram do concelho poderão cá estar, particularmente em Vila Praia de Âncora, se a oferta estiver disponível com as garantias de abertura e funcionamento da EBS Ramos Pereira, para já ainda EBS de Vila Praia de Âncora.

E é precisamente neste domínio da escolha do patrono para a escola que questionamos o executivo. Já iniciaram o processo com o Agrupamento de Escolas sediado em Caminha? A questão foi já levada a Conselho Geral, órgão em que o município está representado? Recordamos que pela família Ramos Pereira tem o vale do Âncora o maior reconhecimento, para além da dívida de gratidão. José Bento Ramos Pereira, o avô, mandou construir e doou a escola primária em Riba de Âncora. Luís Inocêncio Ramos Pereira, o pai, foi o responsável pela elevação de Gontinhães a Vila Praia de Âncora. Jorge Maia Ramos Pereira, o filho, que pela Fundação de Vila Praia de Âncora,



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

estatutariamente designada “Grupo de Promoção Escolar do Vale do Âncora”, foi responsável pela Educação e Formação de muitos jovens do Vale do Âncora. No aprofundamento do exposto, a CDU mostra-se, como sempre o fez, reiteradamente, disponível a colaborar com a Câmara Municipal e Agrupamento de Escolas na consolidação desta proposta. No próximo dia 6 de abril faz 116 anos do seu nascimento do Almirante, e, a 17 de março, 43 anos da sua morte. Há assim tempo suficiente para uma justa homenagem.

E se o Almirante nos leva ao mar, dele falaremos e questionaremos. A economia do mar já teve, no município, momentos de verdade e pós-verdade, e de tal forma a pós-verdade se sobrepôs à verdade que hoje apenas sobrevive a imagem de um porto de mar em Vila Praia de Âncora incapaz de servir a entrada e saída dos barcos em segurança, estranhamente, o motivo principal da sua construção. Mas a economia do mar não se resume ao investimento em dragagens sucessivas, correndo-se o risco de alimentar as vozes da contabilidade que mais cedo do que se espera questionarão tanto investimento público para tão pouca economia gerada.

Em Vila Praia de Âncora há obra, há um início a ser explorado, sob pena de ficar degradado. Há já investimento público que importa rentabilizar criando outras dinâmicas capazes de atrair investimento e de favorecer contextos de reforço da capacidade científica e tecnológica com aplicação local. Mas há sobretudo, a necessidade de alocar recursos municipais a este desenvolvimento, valorizando dessa forma os próprios quadros da Câmara Municipal de Caminha. A criação de um cluster em torno do Mar é essencial à nossa identidade, sob pena da imagem de vila piscatória ser apenas isso mesmo, uma imagem. Daí que seja urgente colocar a Câmara Municipal ao serviço do desenvolvimento da Pesca, da atração de investimento na área da Transformação e Comercialização do Pescado, eventualmente da Conserva de Pescado, na instalação de micro e pequenas Indústrias e Comércio Navais, na promoção turística associada à náutica, não esquecendo o que é mais importante no enraizamento das populações, que é o Conhecimento. E tudo



Assembleia Municipal de Caminha

isto se consolida também no investimento em investigação e desenvolvimento e na integração da náutica no espaço do ensino e formação, em particular na integração no desporto escolar, no desenvolvimento de projetos escolares pensados para a aplicação local, investimento na formação profissional associada à pesca, e na capacidade de criação de atividades de mar, o que seguramente se traduzirá, no futuro, na recuperação do número de habitantes realmente dedicados à pesca e ao mar no concelho de Caminha e, particularmente, em Vila Praia de Âncora. Esse novo dinamismo, no entendimento do PCP e da CDU, trará crescimento económico e desenvolvimento social, e diferenciará o concelho de Caminha dos restantes municípios.

Terminamos com a notícia recente sobre a abertura, e não a reabertura, da Travessa do Teatro.

Pôr fim ao corte entre a 31 de Janeiro e o Parque e Avenida Dr. Ramos Pereira é de saudar, mas não deixa de perpetuar um corte em Vila Praia de Âncora, porque o tempo do Caminho de Ferro e do desenvolvimento urbano assim o ditou. Como também ditou que a EN13 voltasse a fatiar Vila Praia de Âncora, quase paralelamente ao Caminho de Ferro. Mas se a solução para o Caminho de Ferro é onerosa e difícil, já para a EN13 é fácil e menos onerosa, bastando a municipalização da via entre rotundas, do Paraíso à Cruz Velha, e criação de uma Avenida, com uma faixa em cada sentido, árvores e passeios largos, permitindo a ligação pedonal com a Av. do Campo do Castelo, Av. Dr. Ramos Pereira, R. 31 de Janeiro e novamente EN13, transformada em Avenida. E este exemplo poderia também ser seguido na Rua Dr. José Teixeira Queirós, dando outro contributo ao acesso ao Dólmen da Barrosa a partir do topo nascente da Miguel Bombarda. Só é pena o atraso e o facto de não ser inédito. Veja-se Valença e Arcos de Valdevez, apenas a título de exemplo. E não se esqueça que entre Viana do Castelo e Valença, é no atravessamento de Vila Praia de Âncora que a EN13 oferece duas faixas em cada sentido, entusiasmando à marcha rápida. “



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Vereadora Liliana Silva**, solicitou a palavra em defesa da honra, e foi-lhe concedida.

Saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse a Senhora Vereadora Liliana que esta sua intervenção se deve àquilo que ali disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, quando referiu que não tinha sido convidado para uma visita aos Baldios, portanto, aquilo que a Senhora Vereadora vai ali esclarecer é que essa visita vem no âmbito do um trabalho realizado pela Comissão Política, pois, só estiveram presentes as pessoas ligadas à mesma, mas, agradece a Senhora Vereadora a divulgação desse trabalho executado pela Comissão Política do PSD.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez interpelação a mesa, e disse que aquilo que o art. 30 do Regimento prevê, que este não é um artigo de defesa política, mas, sim de uma honra ou consideração pessoal, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Mesa exaltasse no sentido de um bom cumprimento de esse artigo.

O **Senhor Presidente da Mesa**, de seguida leu o n.º 1 do art.º 30 o qual refere que: “Sempre que um membro da assembleia considere, justificadamente, que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pessoal pode, para se defender, usar da palavra, desde que a sua intervenção não tenha conteúdo ou carácter político, não podendo exceder, em todo o caso, dois minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, invoca defesa da honra e disse que a honra de todos que ali estão presentes perde-se quando se vai aos sanitários, porque aquilo que a



Assembleia Municipal de Caminha

Senhora Deputada Paula Aldeia disse é falso e é mentira. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que a reunião que teve foi com o Senhor Presidente da Câmara e com os Comerciantes para se tentar chegar a um consenso de iluminação de Natal. Houve duas reuniões em Vila Praia de Âncora e não se chegou a nenhum consenso e daí a Junta de Freguesia assumir as custas da Iluminação de Natal. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que conversou com o Senhor Presidente da Junta de Caminha e o próprio disse-lhe que fez muito bem ter tomado a atitude que tomou. Acrescentou ainda o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que a Iluminação das luzes de Natal, desde sempre foi paga pela Município.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez interpelação a mesa, em defesa da honra, uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora a tinha chamado de mentirosa, disse a Senhora Deputada que o Senhor Presidente da Junta não esteve atento aquilo que a Senhora Deputada disse, porque, aquilo que a Senhora Deputada disse, que foi o Senhor Presidente da Junta que esteve numa reunião com o Município para acertarem a hora da Iluminação das Luzes. Pergunta a Senhora Deputada se isso é verdade ou é mentira ao Senhor Presidente de Junta se não esteve nessa reunião, e foi isso que a Senhora Deputada Paula Aldeia disse, posteriormente, como toda a população e o Município soube, veio um cartaz a público em que a hora da inauguração das Luzes era a mesma hora que em Caminha, depois de ter tido uma reunião com o Município para conciliar a hora que seria as 19 horas em Caminha e as 19.30 horas em Vila Praia de Âncora, isto, sem informar o Município o que não é de todo correto, logo, foi isto que a Senhora Deputada disse, portanto, não sabe aonde está a mentir para o Senhor Presidente da Junta a chamar ali de mentirosa. Disse ainda a Senhora Deputada que as despesas com os contadores das luzes são suportadas pelo Município, portanto, aquilo que o Senhor Presidente disse foi, que suportava todas as despesas da Iluminação de Natal.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que assistiu ali a alguns intervenientes a baterem no peito sobre o seu amor por Vila Praia de Âncora, o qual não duvida, mas, esse amor tem que ser concretizado como nos outros amores, e refere o Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Presidente da Assembleia ao ter criado a possibilidade de se estar reunido em Vila Praia de Âncora, esse sim, é um ato concreto que permite aferir o seu amor a Vila Praia de Âncora e que permite distanciar-se do passado em que alguns que batem no peito hoje, não tiveram sequer o cuidado de ir ali a Vila Praia de Âncora falar com as pessoas dando a possibilidade de se fazer uma Assembleia Municipal em Vila Praia de Âncora, e por isso felicito-o pelo ato que teve.

Disse o Senhor Presidente que vai tentar abordar todas as questões que ali foram colocadas, e começará pela temática que o Senhor Deputado Celestino Ribeiro abordou, quando referiu a pós verdade que foi eleita a palavra do ano em 2016 e o modo como soube expressar bem a importância que é dada hoje a alguns, que defendem de facto que mais vale dizer mentira, do que dizer a verdade para tentar acomodar a população ou outros. Disse o Senhor Presidente que gostou em especial que tivesse mencionado o autor desse artigo, o José Manuel Diogo, que é exatamente um dos grandes homens da pós verdade, e que é aliás dono do Agenda Setting, que é uma empresa que tinha um contrato milionário com o anterior executivo para fazer comunicação, pois é muito interessante que se tenha falado disto a propósito dessa avença milionária que o anterior executivo tinha com esta empresa de comunicação, aqueles que falam da pós verdade, pois agradece o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro sua intervenção. Disse também que a matéria que ali elencou referente à Escola, trata-se de uma matéria que preocupa o executivo, na qual está a trabalhar. Disse o Senhor Presidente que



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

é preciso assegurar aquilo que está a acontecer na Escola Básica e Secundaria de Vila Praia de Âncora, é para uma minoria tão má, que para muitos dos alunos que foram para Viana do Castelo tentaram vir para a Escola de Vila Praia de Âncora, e como compreende durante quinze dias, em que o executivo teve que resolver uma situação criada pelo encerramento da Ancorensis, nesse momento o Agrupamento reuniu em torno dessa questão, e resolveu relativamente aqueles alunos que pediram a matricula, outros houve que não pediram nesse momento; outros que não se adaptaram a Viana do Castelo, e muitos quiseram regressar para Escola que é má, segundo alguns, em Vila Praia de Âncora, mas, a verdade é que não foi possível acomodar essa situação, mas, o executivo está a trabalhar para criar condições, para que possa haver no próximo ano letivo outra situação para que possa acomodar essa situação.

Disse o Senhor Presidente que entre aquilo que disse o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, saúda o Partido Comunista Português e a CDU que teve a oportunidade de visitar a Freguesia de Riba de Âncora, onde poderão verificar as consequências dos incêndios e dos seus baldios. Disse ainda o Senhor Presidente que tiveram a oportunidade de convidar o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta para estarem presentes com a Senhora Deputada do PCP eleita pelo circulo de Braga. Pelo que, desde já agradece essa referência e que notou bem a diferença relativamente a outras forças partidárias, logo, o Senhor Presidente queria dar nota disso, tendo em conta a intervenção que ali foi dada pelo Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora.

Quanto á intervenção do Senhor Deputado Manuel Amial a propósito do Voluntariado e do modo como todos nós podemos intervir em comunidade e em sociedade, sem se estar relacionado com uma atividade politica disse o Senhor Presidente que é possível de o fazer através das instituições, mas, também de forma quase anonima ou individual, e é importante que se tenha



Assembleia Municipal de Caminha

isso hoje em dia, uma vez que é muito difícil fazer com que as pessoas saiam de casa para a intervenção cívica. Mas, nunca é pouco quando se trata do voluntariado e deste modo agradeço ao Senhor Deputado por isso.

O Senhor Presidente agradece ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora as palavras que dedicou à Câmara Municipal, pois tem-se feito um grande esforço para poder resolver alguns dos problemas da Freguesia de Âncora, todos sabemos que o Senhor Presidente é um eterno insatisfeito, mas, compreende-se bem, porque a Freguesia de Âncora esteve demasiado tempo para trás, e por isso tem muitos mais problemas para resolver do que a maioria das freguesias do Concelho, também sabe o executivo que o ritmo ainda não é o ideal, mas, está a trabalhar para resolver esses problemas, irá levar mais tempo a chegar a um patamar que a Freguesia de Âncora merece. Disse ainda o Senhor Presidente que conhece a situação da Rua do Calvário, mas, tem que aguardar que a situação da colocação do gaz esteja completamente resolvida, para se poder ter uma intervenção mais funda. A Rua do Sobrado que liga com a Estrada Nacional 13 precisa de uma intervenção profunda, desta forma, vai-se tentar encontrar enquadramento. Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Presidente da Junta que não queria que o Senhor Presidente da Junta não saísse dali sem o seu presente de Natal e disse-lhe que ele ainda não sabe que foi aprovado o financiamento para se poder fazer o saneamento na Zona do Viso, Currais e no Lugar da Igreja em Âncora, cerca de 500 mil euros que foram comunicados à Câmara esta semana e que estão na disponibilidade do Município para se poder fazer uma obra que finalmente vai cumprir com a gente daquela freguesia sobre tudo com o Lugar da Igreja, que nem sequer projeto na Câmara tinha para se poder fazer essa intervenção, logo, este é o presente de Natal para o Senhor Presidente de Junta de Âncora. Quanto ao Senhor Presidente de Vilar de Mouros, apesar de não ter falado, referiu o Senhor Presidente da Câmara que também tem direito ao seu presente de Natal, e disse então o Senhor Presidente que esta semana também foi aprovado pelos Fundos Comunitários uma intervenção no



Assembleia Municipal de Caminha

saneamento em Vilar de Mouros, uma intervenção séria, nada daquilo que aconteceu umas semanas antes das eleições, num investimento superior a um milhão e cem mil euros para a Freguesia de Vilar de Mouros, e está-se agora em condições, mas, com alguma cautela e através de um planeamento para os próximos anos de se fazer uma intervenção que vai fazer justiça á população de Vilar de Mouros, não sei se acredita em Jesus dado à força política que defende, mas de vez em quando vale a pena ser crente.

Disse o Senhor Presidente que a propósito de algumas intervenções, referindo que em algumas das intervenções está incluído o espírito que não é natalício, mas é pré-eleitoral, e é aquilo que tem a ver com o discurso do PSD ou de quem é apoiado pelo PSD, naturalmente, que agora tem claramente um alvo a atingir dentro de uma estratégia que foi definido durante estes últimos três anos. A estratégia do PSD é muito simples, em primeiro lugar, atacar e discordar em toda e qualquer medida da Câmara, em segundo lugar, sempre que há obra da Câmara da Municipal dizer naturalmente que é obra do PSD, em terceiro lugar, quando possível insultar o Presidente da Câmara, é uma estratégia baseada em três pilares, e é uma estratégia que num primeiro momento o deixou (Presidente da Câmara) um pouco angustiado, uma vez que não é a sua forma de ver a política, e não percebia o porquê de uma oposição que teve 12 anos no poder quis desertar do âmbito do debate político, disse o Senhor Presidente que agora o vê com simpatia porque sempre que há intervenções como aquelas que ali se viram do PSD ou de apoiantes do PSD, cada vez mais sente o Senhor Presidente que tem mais apoio popular e mais votos nas próximas eleições, com este tipo de declarações. Portanto, agradece ao PSD como tem feito este tipo de política, porque beneficia a Câmara Municipal e acaba por beneficiar também o percurso e o progresso do Concelho de Caminha.

De todo modo existem questões que deve lembrar, disse o Senhor Presidente, relativamente aquilo que tem a ver com o encerramento da Ancorensis ou com o Continente, que são temas aonde o PSD se tivesse



Assembleia Municipal de Caminha

memória e inteligência política estava calado. Felizmente do ponto de vista partidário não está calado, e isso permite repisar mais uma vez aquilo que tem o Senhor Presidente para dizer e em primeiro lugar foram contra a criação do Continente, contra a criação de 85 postos de trabalho, porque entendiam que Vila Praia de Âncora ia morrer, hoje decretaram ali a morte de Vila Praia de Âncora uma injustiça absoluta para uma população bem viva para uma Vila com toda a dinâmica associativa, comercial e pessoal que ainda tem, mas, este discurso não passa por ninguém, não passa pelo comércio, nem pelas pessoas, porque, estão fartas deste tipo de discurso que de facto não beneficia a racionalidade política. Disse ainda o Senhor Presidente que é o mesmo com a Ancorensis, referindo que a Ancorensis nos últimos anos despediu mais funcionários, quase o dobro do que aqueles que saíram agora da Escola Ancorensis, desinvestiram na Escola Ancorensis a não ser no seu próprio interesse pessoal, ou familiar, e agora vem atacar a Câmara Municipal que nenhum papel tem nesta matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que sobre este tema estava no tempo de se protegerem para não cometerem ainda mais erros do que aqueles têm cometido. Disse o Senhor Presidente que se resolveu a questão da Escola Secundaria em Vila Praia de Âncora e vai-se continuar a trabalhar de modo a melhorar, mas, continuam a atacar a Escola Publica, os professores, as famílias, os alunos, insultando-os, e mesmo, sendo desmentidos violentamente pelo Agrupamento Escolar relativamente as mentiras que dizem. Disse ainda o Senhor Presidente que insultam o Agrupamento o Coordenador do Agrupamento que até é Vereador da Câmara Municipal, eleito pelo PSD, depois de um desmentido violento da própria Diretora do Agrupamento, vir ali dizer que a Escola não tem laboratórios, quando tem melhores laboratórios do que existem em Caminha, que não tem refeitório em condições quando tem melhor cantina do que em Caminha, e de que a Escola é má, pergunta o Senhor Presidente em que beneficia o PSD em estar sempre a dizer que a Escola Básica e Secundaria de Vila Praia de Âncora é sempre má, pensa o Senhor Presidente que não beneficia a Escola nem



Assembleia Municipal de Caminha

beneficia a Freguesia de Vila Praia de Âncora. Disse o Senhor Presidente que este é um tema que se torna de facto interessante porque durante os dois últimos anos em que o PSD esteve na Câmara, o PSD deixou que se despedissem mais de 100 pessoas, as quais deixaram ao deus dará, não quiseram saber nada sobre esses despedimentos, a não ser a salvaguarda de alguns postos de trabalho relacionados com os seus próprios interesses, mas, este executivo disse que iria cuidar dos despedimentos e que iria acompanhar cada uma das pessoas que foi despedida, não prometendo a solução para todos, mas acompanha para se tentar resolver, referindo mais uma vez o Senhor Presidente que no âmbito da Ancorensis de todos os professores que foram despedidos apenas três dos que se candidataram não encontraram ainda colocação, e dos 27 funcionários despedidos, apenas três ou quatro não tem uma solução à vista, mas, todos os outros pela sua própria iniciativa foram encontrando colocação tanto no Agrupamento de Escolas de Viana do Castelo e no Sidónio Pais e até mesmo na Câmara Municipal, todos eles tem colocação, e é de facto preciso que as pessoas saibam que mais uma vez este executivo cumpriu com estas pessoas e acompanhando-os num momento difícil, em vez de andar entretida em folhetins de mal gosto que passam por estas Assembleias e pelo Facebook com comunicados que muitas das vezes tem mais erros ortográficos do que de verdade.

Relativamente à questão da Travessa do Teatro, disse o Senhor Presidente que todos perceberam o incomodo que o PSD de Vila Praia de Âncora e o PSD em geral tem relativamente a esta matéria, não há como o esconder, afinal o discurso de que a Câmara não fazia obras mudou há uns meses vendo as obras, e essas obras passaram a ser do PSD, verdade, como disse o Deputado Hugo Martins, que o PSD parece que inaugurou mais obra nestes últimos três anos do que nos últimos seis que estiveram na Câmara Municipal, e depois ainda dizem coisas absolutamente fantásticas que as obras da Polis são do PSD, havia zero obras feitas, mas não é a Câmara que o diz, todos nós sabemos que é verdade, a população sabe, zero cêntimos investidos no



Assembleia Municipal de Caminha

Concelho de Caminha, mas, quando chegou este executivo ao final deste mandato haverá provavelmente 3.7 milhões de euros investidos e vejam que o exemplo que dão é o Cais dos Pescadores em Caminha, mas, a verdade é que nem sequer era contemplado no projeto, foi esta Câmara que exigiu-o para que houvesse projeto o qual foi trabalhado em conjunto com os pescadores e com o Comandante da Capitania e que deu para candidatar a parte da candidatura global da marginal, é mentira com todos os dentes, mas é este o exemplo que é usado para perceberem como vale tudo no discurso político do PSD.

Mas voltando à travessa do Teatro, disse o Senhor Presidente que todos se lembram do que aconteceu, foram três anos do anterior executivo sem solução, a passagem da Travessa do Teatro fechou, tivemos os episódios do zorro, e a Câmara Municipal tentou acompanhar a população, dizendo que ia tentar encontrar uma solução para a Travessa do Teatro, até foram propostos dois projetos à REFER em 2012 e 2013, e a REFER disse que os projetos apresentados pela Câmara não podiam ser aceites porque eram projetos de passagem nivelada naquela zona, veio então o executivo municipal cortar relações com a REFER em fevereiro de 2013, referindo que a REFER era autista porque não ouvia a população de Vila Praia de Âncora, e daí apareceu uma candidatura forjada em ideais na capacidade do dialogo, e conseguiu-se ir a Lisboa, eu (Miguel Alves) e o Dr.º Guilherme Lagido então ainda candidatos, apresentar, ao Presidente da Administração da REFER a vontade do Município caso fossemos eleitos para reatar essas relações que estavam cortadas e pode-se arranjar alguma solução para a Travessa do Teatro, e partir daí foi um frenesim o carro da Câmara no dia seguinte girou até Lisboa para bater à porta da REFER porque tinham sido recebidos os líderes do partido da oposição e queriam também poder fazer uma declaração tonitruante, não o conseguiram fazer nesse momento, apesar de mais tarde terem sido recebidos em Lisboa, dizendo aquilo que tinham dito ao PS, havendo bom relacionamento, pode-se conversar, e se se conseguir conversar tem que se encontrar uma solução e é disso que se trata. Disse o Senhor Presidente que chegaram ao poder,



Assembleia Municipal de Caminha

tentaram de novo levantar a questão junto da REFER para se poder começar a trabalhar, fez-se até um pequeno projeto, o qual apontava para uma solução de cerca de 700 mil euros, aonde foi falado varias vezes, aonde também se disse relativamente a essa matéria que a Câmara não tinha a capacidade para fazer esta intervenção sozinha e tinha que ter a comparticipação da REFER, e aquilo que a REFER disse foi que muito dificilmente poderia ajudar a fazer esta obra se não fosse no âmbito da obra da modernização da linha do Minho, e foi isto que ficou conversado, estando a Câmara apesar de tudo para fazer um esforço para poder comparticipar esta obra. E como sabem, entretanto, a REFER deixou de ser REFER e juntou-se as Estradas de Portugal para passar a ser Infraestruturas de Portugal, e como todos sabem o governo do PSD travou a obra da eletrificação da Linha do Minho, até que entrasse um governo do Partido Socialista não se pôde negociar nada dentro de uma obra que não estava prevista fazer, mas, felizmente o Partido Socialista é Governo e entendeu a aposta da ferrovia como uma aposta essencial e a partir desse momento começou-se a conversar, e chegou-se a uma conclusão, graças a persistência do Concelho de Caminha e da Câmara Municipal e aquilo que se tem hoje é uma decisão de um Protocolo aprovado em Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal, o qual refere que irá planear, lançar obra e pagar a 100% a obra da Travessa do Teatro, ficando do lado do Município preservar a sua manutenção, este Protocolo será submetido à próxima reunião de Câmara para ser aprovado, esperando o Senhor Presidente que o PSD aprove este Protocolo, e posteriormente, deveram vir cá os responsáveis do Governo a assinar o Protocolo. Disse ainda o Senhor Presidente que durante o próximo ano não venham dizer que não começa a obra da eletrificação do Linha do Minho, que é uma vergonha que a obra não avança, e para que fique claro esta obra é no âmbito da Eletrificação da Linha do Minho, apesar de se saber que o Senhor Ministro quer lançar o concurso desta obra lá para janeiro, fevereiro, portanto, teremos noticias lá para o Verão de 2017. Disse ainda o Senhor Presidente que, quando se está a resolver o



Assembleia Municipal de Caminha

imbróglio deixado pela Travessa do Teatro, pela incapacidade de diálogo do executivo anterior, quando se conseguiu em conjunto com os Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, abrir o Cineteatro, que estava fechado há mais de 20 anos, quando se conseguir acabar o concurso para iniciar a obra do Nó da Erva Verde, quando se está a fazer a obra do Dolmem da Barrosa no âmbito do Orçamento Participativo, para retirar aquele mamarracho que o anterior executivo lá colocou do Skate, dando conta o Senhor Presidente de que se nota a milhas que o PSD está incomodado. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que lhe interessa é a população, porque essa sabe quem está a fazer o trabalho e quem não o soube fazer durante tantos anos e isso é o fundamental. Disse por fim o Senhor Presidente que gostava de deixar a nota sobre este estafado argumento sobre a imagem pessoal nos jornais, e confessa o Senhor Presidente que não entende o PSD, quando foi muito clara ali a intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia, onde deixou muito claro que hoje o Município de Caminha tem uma imagem e uma projeção, que não tinha no passado, consegue chegar em termos de divulgação aonde nunca tinha chegado, e consegue mover as influências para que se consiga resolver os problemas das pessoas, e isso não tem nada a ver com a projeção pessoal do Presidente, e não deixa de ser normal que o Presidente da Câmara apareça mais vezes porque é naturalmente o rosto da Câmara Municipal, mas, disse o Senhor Presidente que se lhe dissessem que ele aproveita a Câmara Municipal e os meios da Câmara Municipal para se vestir de Príncipe ou de Pajem e desfilas na Feira Medieval e comer um banquete, logo, pensa o Senhor Presidente que isso seria promoção pessoal, mas, não é isso que acontece, ou ainda, se lhe dissessem que anda a pagar a empresas para poder ir à televisão cantar uma música, levar a família tocar xilofone, isso também seria a sua promoção e da sua família, mas, não é o caso. Portanto, aquilo que este executivo está a fazer bem é a promoção do Município para se poder alavancar o Município para o futuro, logo, o importante é pensar na nossa comunidade e fazer que com aquilo que se cumpra seja palavra dada, palavra honrada, e é



Assembleia Municipal de Caminha

isso que se tem feito com os compromissos assumidos, com a Juntas de Freguesia que estão a receber muito mais dinheiro do que no passado, só este ano já se pagou mais de meio milhão de euros às Juntas de Freguesia. Disse o Senhor Presidente que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora é uma freguesia que tem a felicidade de ter um aumento total das transferências que se fazem, em mais de 67% em média, nestes três anos do que em três anos anteriores, também se tem uma equipa de funcionários às expensas da Câmara a trabalhar que lhes paga os salários e o material quase exclusivamente na Vila de Vila Praia de Âncora, e muitas das vezes com prejuízo para as freguesias de todo o Vale do Âncora, logo, temos um trabalho que nos honra porque ao mesmo tempo sabemos que a Junta de Freguesia faz um trabalho que pode com os meios que tem, tem-se também a capacidade através da Câmara Municipal tratar do Dolmem da Barrosa, tratar da Travessa do Teatro, tratar do Cineteatro dos Bombeiros Voluntários, tratar de criar postos de trabalho que outros não querem criar em Vila Praia de Âncora, tratar do Nó da Erva Verde, tratar de asfaltar a Rua Padre Lima, tratar das ruas da parte alta da Freguesia a qual foi esquecida durante anos a fio, trazer novos eventos, recuperar a Bandeira Azul para Vila Praia de Âncora, se em três anos não fizeram este trabalho, desafia o Senhor Presidente a que façam um esforço de memória e pensem no primeiro mandato do anterior executivo, para saberem o que eles fizeram por Vila Praia de Âncora e o que este executivo está a fazer em apenas três anos por esta Vila, que merece de facto que os seus protagonistas políticos tenham mais capacidade de lutar pelos seus e tenham a capacidade também para defender com honra e hombridade aqueles que neles votaram e aqueles que fazem parte desta freguesia é isso que é importante transmitir nesta Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa, concedeu o período de replica para cada bancada.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que um facto é aquilo que se diz e uma outra coisa é aquilo que se faz, acusam-se os outros de eleitoralismo, parece que o Senhor Presidente de Câmara está mais preocupado com a agenda política do que o próprio PSD. Está preocupado com os comunicados que o PSD faz, está preocupado com aquilo que o PSD fez durante 12 anos, não 8 nem 6 anos como referiu, esqueceu-se que o PSD tem de facto o orgulho de durante 12 anos ter servido a população do Concelho de Caminha e em particular hoje ali em Vila Praia de Âncora ter servido também sua população, e por muito que o Senhor Presidente se esforce e queira branquear o trabalho que o PSD fez ao longo destes 12 anos não o consegue fazer. Disse ainda a Senhora Deputada que mais uma vez vai relembrar o Senhor Presidente e mais uma vez tem que o fazer reiteradamente porque o Senhor reiteradamente se esquece que não está ali a avaliar nenhum dos seus desempenhos, porque não é a autarca em funções de gestão municipal, estão ali, a avaliar o seu trabalho, o trabalho do Presidente de Câmara, e o Senhor reiteradamente não aceita a crítica, tem uma atitude pseudodemocrata quando faz as suas intervenções, mas a verdade é que se vê aqui um grande incomodo quando confrontado com o vazio, e de facto aquilo a que se assistiu durante estes últimos três anos é um vazio, é um vazio que a população toda assiste, que não há estratégia, não há planeamento, não há uma ideia para o Concelho de Caminha, nem em termos de desenvolvimento económico, nem em termos de desenvolvimento cultural. Disse ainda a Senhora Deputada que não vale a pena vir ali falar sobre a Travessa do Teatro, se abre ou não abre porque todos hoje aqui perceberam o discurso eleitoralista do candidato a Presidente da Câmara Miguel Alves, que foi ali dizer o seguinte, fosse o Presidente Miguel Alves, fosse outro Presidente qualquer no âmbito da eletrificação da Linha do Minho, a Travessa do Teatro só nessa abrangência é que poderá ser reaberta, portanto, qualquer que fosse



Assembleia Municipal de Caminha

o Presidente da Câmara a Travessa do Teatro seria reaberta nesse tema e tudo vai acontecer provavelmente em 2020, e quer ali dizer que o PSD que não está em funções é que realmente tem um discurso eleitoralista. Disse ainda a Senhora Deputada que o PSD se reserva no direito quer enquanto partido político, quer enquanto órgão fiscalizador nesta Assembleia com a legitimidade dos votos da população que os elegeu de fazer a crítica política, de dar a nota pública dessa crítica e de tecer os comentários e considerações que achar oportunas.

Por fim disse a Senhora Deputada Júlia Paula que quanto à intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia que a Senhora quando faz as suas intervenções dá um ar de elevação, mas, é só o ar, porque de tudo o resto é de uma baixeza, que nem resposta mereceria, mas, ainda assim a Senhora Deputada Júlia Paula dá-lhe um conselho, não atire pedras porque ainda lhe podem cair em cima, a gestão deste executivo que está em funções há três anos, e ainda a procissão vai no adro, e mais, Senhora Deputada os autarcas e o seu trabalho não se medem pelas páginas dos jornais, nem pelo conteúdo das mesmas, e a obra e o trabalho que fez o executivo anterior em prol do Concelho de Caminha está a vista de todos. Agradeceu ainda a Senhora Deputada ao Senhor Presidente da Câmara ter ido ali falar a propósito da pós verdade porque assim dá-lhe a oportunidade de relembrar a este órgão da avença milionário que a Make It Happen tem e fica muito feliz pelo Senhor reconhecer ao José Diogo a competência deste prémio, pois foi ele o autor da marca do Município, que o Senhor logo no início do seu mandato fez questão de anular e omitir ao Concelho de Caminha, uma marca que representava a nossa imagem a semelhança do que todos os Municípios têm.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, pergunta sobre o futuro aos Senhores Deputados, provavelmente só para os Senhores Deputados do PSD, “Qual o futuro que pretendem dar ao nosso Concelho? Qual a Estratégia que pretendem para o nosso Concelho? Qual é a vossa visão que é diferente desta,



Assembleia Municipal de Caminha

mas que ninguém conhece. Disse ainda o Senhor Deputado que vão ali dizer que o Presidente Miguel Alves acabou com o comércio em Vila Praia de Âncora, que assassinou Vila Praia de Âncora, que as escolas fecharam por causa do Presidente Miguel Alves, ora, Senhoras e Senhores Deputados que V.Exas. fariam de diferente? porque é isso que os nossos munícipes querem ouvir, querem alternativas, propostas, porque como todos os Presidentes de Junta e os munícipes sabem é que foi este executivo que teve que pagar o vosso saneamento de junho de 2010 a janeiro de 2011, teve que pagar as águas de março, abril, junho de 2013, teve que pagar os vossos acordos de águas, empréstimos de medio e longo prazo, PAEL e tudo isto numa gestão fantástica que deixaram por pagar cerca de 5 milhões 404 mil 689 e 37 cêntimos, isto é duro, mas é a realidade, mas há quem concretize, quem faça obra e pague, e há quem onerou todas as gerações futuras com obras de fantochadas, megalómanas, que agora são os outros a pagar.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que também estão ao lado do município da interpretação que fazem da pós verdade, e sobretudo no que diz respeito à Escola Pública e à decisão unilateral da Ancorensis, Cooperativa de Ensino, ou melhor, dos donos da Cooperativa de Ensino em encerrarem a sua atividade escolar, depois do Governo ter cortado o financiamento a dois dos seis anos que estavam a ser lecionados naquela escola, sem ter mexido inclusivamente no financiamento ao ensino profissional, e também no anterior CQEP, atual Qualifica. Disse ainda o Senhor Deputado que no campo escolar, quer reafirmar aquilo que ali foram propor e que serão incansáveis em defender, e disse que, efetivamente a família Ramos Pereira, tem um reconhecimento público em Vila Praia de Âncora, em todo o Vale do Âncora e no Concelho de Caminha e até no País pelo valor Democrático do Almirante Ramos Pereira, pelo valor Republicano do seu pai, Dr. ° Luis Inocência Ramos Pereira e também pela capacidade inovadora e empreendedora e benemérita do avô José Bento Ramos Pereira. Porque é



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

extremamente importante que todos tenham o conhecimento efetivo daqueles que também teve o papel de pedagogo do Almirante Dr.º Ramos Pereira, e mesmo até a título de exemplo, o Almirante Ramos Pereira entre outras coisas que foi fazendo ao longo da sua vida dedicada á educação, como lhe foi reconhecida a responsabilidade da nova era de ensino da telegrafia sem fios na Armada, fruto do que foi então reconhecido modelar organização didática que lhes imprimiu, isto nas palavras de Moura Fonseca, que saiu nos anais do Clube Militar Naval, mas, repare-se também no seu papel enquanto pedagogo e professor, ele escreveu entre outras obras de ensino a propagação das ondas eletromagnéticas na superfície da terra em 1934, o transmissor de onda media longa de dois quilowatts tipo M11 em 1935 e escreveu um dos melhores compêndios da altura, a rádio eletricidade em 1952 que serviu de base de toda aprendizagem desta matéria, há época, escreveu também a educação e ciência na competição comunista em 1957/58, Gago Coutinho o geografo, também um estudo muito interessante. Efetivamente é pela fundação que ele é muito conhecido o que não deve ser esquecido. Teve também este papel de pedagogo, este papel importante na dissimilação da cultura do saber e sobretudo da aprendizagem da formação e educação que nos leva reiteradamente a trazer a esta Assembleia e a todos os órgãos onde nos vamos movimentando o valor e reconhecimento público que deve ser dado a esta família Ramos Pereira. Disse ainda o Senhor Deputado que não deve ser esquecido aquilo que ali foi citado relativamente ao mar e que não é a primeira vez que o fazem, provavelmente já será a quinta ou seita vez que o faz, e, não sabe se é por intenção ou não, mas, têm sido ignorados ou esquecidos, mas, a verdade é que não querem colar o executivo Camarário, nem colar o Município de Caminha a tantas outras politicas no País que foram praticadas ao longo de todos estes anos, politicas que sustentam a entrega do mar Português à Europa, que retiram as necessidades reais do País. Politicas que deixaram destruir a nossa marinha mercante, a nossa indústria naval, as nossas pescas, que deixaram degradar o nosso património natural. Não queremos ver o



Assembleia Municipal de Caminha

Município de Caminha colado a este tipo de políticas, que sabemos que vos vinculam, infelizmente, ao Partido Social Democrata.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que vai começar por responder em primeiro lugar ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro uma vez que a Senhora Deputado Júlia Paula o interpelou, dado à sua ausência na sala. Disse o Senhor Presidente que quanto as tais pós-verdades relativamente ao nome que vão atribuir a Escola Básica e Secundaria de Vila Praia de Âncora, refere o Senhor Presidente que o Conselho Geral de um modo geral já debateu o tema e ficou de lançar as bases para se poder ter uma discussão no âmbito da comunidade escolar a propósito dessa matéria, também disse que ninguém lhe retirará aquilo que desde o primeiro momento é de lançar esta sugestão de nome, o qual do ponto de vista do Senhor Presidente faz todo o sentido, essa discussão irá acontecer no âmbito do Conselho Geral e chegará a bom porto certamente. Relativamente à questão das pescas disse o Senhor Presidente, que existem algumas divergências em relação a algumas matérias que temos, mas é importante sublinhar ali no que diz respeito as pescas no contexto de Vila Praia de Âncora, e no contexto do Concelho de Caminha, e a importância que devemos dar a este tipo de debates, e aquilo que passou de um modo um pouco discreto, foi importante porque há dois temas que são importantes sublinhar, o primeiro, diz respeito há iniciativa da Senhora Ministra do Mar que foi referido pela Deputada Paula Aldeia, relativamente à constituição de um grupo de trabalho que junta três municípios, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Caminha, para se poder debater a questão de acesso aos portos de mar, o caso do porto de mar de Vila Praia de Âncora é claríssimo, todos sabem que foi realizada uma obra muito avultada em termos de investimento financeiro, na ordem dos cinco milhões de euros, mas que resultou mais na parte da requalificação urbana e menos naquilo que tem a ver de servir os pescadores, portanto, se não servimos bem os pescadores se eles saem menos para o mar, se pescam menos peixe, nós a curto prazo estamos a matar no que diz



Assembleia Municipal de Caminha

respeito à nossa cultura, à nossa gastronomia, à nossa forma de estar e de algum modo estamos a queimar aquilo que diz respeito áquilo que nós somos, logo, esta resolução de este tema e o facto do governo em ter tido pela primeira vez a inteligência e a coragem de abrir um debate sobre como resolver problemas estruturais, porque, não tem a ver só com o desassoreamento, tem a ver com um problema estrutural da pesca do portinho que não serve os interesses dos pescadores, inaugurado com polpa e circunstancia pelo anterior governo e pelo anterior executivo, e a verdade é que isto pode ser um sinal forte para aquilo que vem. O segundo ponto tem a ver com a descentralização de competências que o governo tem vindo a falar para as autarquias, disse o Senhor Presidente que está em discussão a possibilidade de passarem alguns tipos de equipamentos para as Câmaras Municipais, nomeadamente aquilo que hoje dizemos que é a Docapesca, aqui em Vila Praia de Âncora, logo, torna-se necessário haver um debate profundo, ter a capacidade de se ter um envelope financeiro para gerir bem aquilo que lá está, mas, todos sabemos que o Município de Caminha já faz através dos seus funcionários limpeza, manutenção dos jardins, e o Município rejeita ser o cantoneiro que resolve os problemas da Docapesca, para que depois a Docapesca trate da sua própria gestão, logo, pode haver aqui uma conjugação de oportunidades que nos possa fazer esta ligação entre a atividade piscatória económica e a comunidade através por exemplo das escolas, ou, até mais do que isso, através do ensino mais profissional, logo, poder-se-á aqui construir um caminho.

Relativamente à Senhora Deputada Júlia Paula, apesar de ainda não se encontrar na sala, disse o Senhor Presidente que quando refere a Deputada Paula Aldeia não atire pedras para o telhado, isto é muito simples, o PSD tem solfejado e tem gasto uma fortuna em selos a fazer queixa de tudo e de todos da Câmara Municipal a todas as instituições, na esperança de que haja um Tribunal de Contas, um Ministério Público, alguém que pegue em alguma coisa para fazer investigação, percebe-se, e convém que seja nos próximos meses



Assembleia Municipal de Caminha

porque estamos perto das eleições. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo faz o trabalho que pode dentro das informações que se tem, dentro daquilo que faz parte da ambição que o executivo tem para o Concelho de Caminha, esse trabalho está aí para ser escrutinado e naturalmente que até podem enviar todas as cartas para todas as instituições e quando pedem alguma informação ao executivo, este está sempre preparado para dar a sua resposta e é daí que vem não atire pedras para o telhado, portanto, é esta a estratégia do PSD e é isto que está a acontecer.

Em segundo lugar, disse o Senhor Presidente que existem muitos temas aonde esta Câmara pode ser criticada, apesar de não os poder dizer, disse ainda o Senhor Presidente que existe um tema aonde não podem ser atacados, que é o da liberdade de expressão, e quando vai ali a Senhora Deputada Júlia Paula diz que foi Presidente de Câmara durante 12 anos, e falar de atentado à liberdade de expressão relativamente a este Presidente e a esta Câmara é de facto o extremo do abstrato elevado ao quadrado, e pergunta o Senhor Presidente à Senhora Deputada, se a Senhora na Câmara Municipal tivesse um Encarregado Geral, que fosse ali dizer ao Senhor Presidente, aquilo que ali ouviu hoje da parte do Senhor Presidente da Junta, o que é que aconteceria? Logo, disse o Senhor Presidente que ele distingue muito bem aquilo que é o trabalho político, e o trabalho na Câmara e a opinião que os funcionários da Câmara podem ter. Disse ainda o Senhor Presidente que há três anos, quando tomou posse, disse que os funcionários da Câmara tinham todo o direito durante os anos que ele estivesse à frente do Município, de poderem ter opiniões políticas diferentes da sua, de integrar listas candidatas diferente da sua, de poderem defender ideias políticas diferentes do seu modo de pensamento, e é isto que está a acontecer, e ainda bem, e ninguém é enxovalhado a frente dos outros colegas por ter uma opção política diferente, nem tapado nenhum gabinete com um plástico, dizendo que não pode passar, isso aconteceu, mas morreu, portanto, o Senhor Presidente quer deixar bem clara esta nota, porque já passou algum tempo e tornasse necessário lembrar.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente relativamente a Vila Praia de Âncora e ao apoio que é dado e as heranças que temos da Câmara Municipal, é que o executivo quer poder dar mais dinheiro às freguesias e poder investir mais nas freguesias, mas, nem sempre podem, porque surgem sempre surpresas, e a última foi no âmbito do processo judicial que enfrentava a firma dos Aurélios, no âmbito da falência, por causa da questão do campo de futebol do Âncora Praia, onde, existia um contrato programa entre a Câmara Municipal e o Âncora Praia, onde se substituíu ao Âncora Praia se se tivesse que pagar aos empreiteiros, e no caso da firma dos Aurélios, sendo que o processo judicial findou a Câmara Municipal vai ter que pagar mais um montante para além dos 250 mil euros que paga, e nesse âmbito a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora vai ter que pagar imediatamente 18 mil euros, por causa da incúria daqueles que não souberam pagar o Campo do Âncora Praia a tempo e deixaram para os outros, e deste modo, a Junta vai ter que encontrar soluções nas próximas semanas, para pagar quase vinte mil euros. Disse ainda o Senhor Presidente como se pode pedir à Junta de Freguesia para fazer obra, se agora vai ser surpreendida com mais 20 mil euros, aonde é que eles podem ir buscar o dinheiro, a Câmara vai ter que ir buscar ainda a uma transferência importante de cerca 360 mil euros, mas a Junta vai ter que pagar a sua percentagem. Portanto, não venham dizer que o Senhor Presidente da Junta nos primeiros meses do ano não está a fazer obra, uma vez, que vai ter que pagar os desvarios do passado.

Finalmente sobre a Travessa do Teatro, disse o Senhor Presidente que este assunto é cristalino, não há outra forma de abordar este tema, a Travessa do Teatro e esta resolução não acontece nem aconteceria com qualquer Presidente de Câmara, porque, isto é muito simples a Presidente da Câmara anterior esteve três anos para resolver o problema, e resolveu fechar esses três anos com corte de relações e insulto sobre o autismo da REFER e o zorro a tentar fazer pela vida a tentar deitar o muro a baixo, mas, em três anos esta Câmara, outro Presidente, muito simples, chegou a um acordo com as



Assembleia Municipal de Caminha

Infraestruturas de Portugal, vai assinar um protocolo nos próximos dias, o qual vai permitir que a obra aconteça, sem custos para a Câmara Municipal, logo, existe uma diferença substantiva, pois não era qualquer um que resolvia isto, foi o atual Presidente que o resolveu.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse:

“Nas intervenções que o Partido Social Democrata tem tido nesta Assembleia Municipal, vamos alertando para a evolução negativa da situação financeira do município. As contas de gerência anuais, agravadas a partir do ano de dois mil e treze, têm encerrado com prejuízos muito superior a um milhão de euros, o que em quatro anos seguidos provoca desequilíbrios financeiros brutais.

Temos denunciado esta situação, e lamentamos que a maioria nesta assembleia tenha sistematicamente desvalorizado.

Os documentos que nos foram dados a conhecer sobre a atual situação financeira do município, vem dar-nos razão, ou seja, é o executivo que o diz, em setembro de dois mil e dezasseis, já tinha em compromissos assumidos e não pagos, o montante de mais de 4 milhões de euros, e em novembro de dois mil e dezasseis esses compromissos aumentam para cerca de cinco milhões de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Em três meses, a Câmara Municipal de Caminha, faz aquisições, mas não as consegue pagar, no montante de mais de setecentos mil euros! A realidade é que em 18.10.2013 a Câmara Municipal de Caminha da responsabilidade do Partido Social Democrata, deixou cerca de 2,4 milhões de euros em bancos, e hoje esse mesmo montante é menos de um terço. Voltamos a reafirmar, que agora é que não têm mesmo dinheiro para pagar um prego. Se os credores pressionarem, o que dirá o responsável financeiro para justificar este caos em que enterraram as finanças do município fruto de muita festa, muitas assessorias pessoais, muitos orçamentos mal calculados e protocolos para financiar fundações e instituições amigas.

Esses mesmos credores, será que podem receber as suas faturas daquilo que forneceram à Câmara Municipal, dentro dos prazos estipulados pela lei? Do que se constata, infelizmente não. De dia para dia, a Câmara Municipal de Caminha cava um fosso financeiro cuja dimensão estaremos longe de imaginar.

Face a tudo isto, deixamos algumas perguntas que esperamos sejam respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, com verdade, a todos os Senhores Deputados Municipais com assento, nesta Assembleia.

Primeiro: Qual o valor das faturas em dívida a fornecedores antes dos 90 dias, porquanto o montante dos compromissos assumidos com fornecedores, e não pagos, de cerca de 5 milhões, são de dívidas com maturação superior a 90 dias. Segundo: Se está a ser feito, periodicamente, a imputação a La Guardia, dos custos da travessia do Ferry, tal como foi feito até uma determinada data, data essa que permitiu concluir que o município de La Guardia, devia à Câmara Municipal de Caminha, cerca de 1,4 milhões de euros, á data de Outubro de 2013.

Terceiro: Qual o montante do prejuízo mensal do município em 2016, uma vez que se consta que até Outubro de 2016, já será de 1,6 milhões. Na apreciação das contas de 2013, contas que Vexas. martelaram ao lançarem uma dívida de



Assembleia Municipal de Caminha

mais de 5 milhões de euros das piscinas municipais, sem ter orçamento em PPI, ou seja, com apenas um lançamento de contas na dita contabilidade patrimonial - o executivo atual serviu-se do relatório da OTOC para mentir aos Senhores Deputados, dizendo que o Partido Social Democrata, de 2012 para 2013, tivesse aumentada a despesa, sabendo que era mentira, pois foi da vossa responsabilidade o lançamento contabilístico das piscinas municipais, construídas em 2010.

V.exas. foram mais longe do que a subtileza das palavras, sabiam que estavam a mentir à população, pois sabiam o que tinham feito entre outubro de 2013 e dezembro de 2013. Deviam ter tido respeito pelo órgão assembleia municipal, clarificando a leitura política que vocês fizeram do relatório da OTOC de 2013. A clarificação passaria por dizerem a verdade aos caminhenses e essa mesma verdade seria que alteraram a forma de contabilizar as piscinas municipais, tendo-a passado para dívida de curto prazo, e com isso empolaram as dívidas. A verdade é que não foi despesa de curto prazo de 2013 feita pelo executivo PSD como V.Exas. enfatizaram a esta assembleia e de dedo em riste, foi simplesmente a vossa alteração à contabilização das piscinas, com notas de merceeiro e sem constar em PPI nem orçamento.

Em 2014 Vexas. fazem meia culpa e sorrateiramente alteram as contas e os cinco milhões que em 2013 lançaram como dívida de curto prazo passam-no para dívida de médio longo-prazo, sem pediram desculpas a esta Assembleia e com isso passam de 7,756.975,60 euros para 3,708,713,81 euros, e perguntamos;

"Qual o milagre das Rosas!?"

Para terminar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, desejamos que esta Assembleia Municipal seja merecedora de mais respeito, exigindo que se explique o que é mais importante e o mais importante nesta altura é a degradação financeira do município, face a opções de gestão erradas que se traduzem em prejuízos anuais elevados.

A todos um voto de Feliz Natal e Próspero Ano Novo."



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

"Esta Informação que o Senhor Presidente da Câmara apresenta é bastante detalhada. São 33 pontos, que refletem os principais assuntos e problemas na resolução dos quais o executivo se debruçou desde o passado dia 23 de setembro, data da última reunião desta Assembleia.

Não podemos nem devemos deixar passar em claro alguns dos assuntos aqui transcritos até porque, alguns deles foram objeto, daquilo a que já nos temos vindo a habituar e refiro-me obviamente, à excelente literatura que o PSD de Caminha nos proporciona.

Dos 33 pontos, não se assustem! Escolhi 4.

Aprovação de mais uma candidatura no âmbito da Polis Litoral Norte que vai permitir a ligação de Moledo ao Pinhal da Gelfa. São mais 2 troços de ecovia, a ligação da Capela de Santo Isidoro à ciclovia já existente a Norte de Vila Praia de Âncora e também à ponte pedonal e ciclável sobre o Rio Âncora. Esta é uma obra que integra os quase 4 milhões de euros que foram, estão e irão ser investidos no concelho de Caminha no âmbito da Polis Litoral Norte até ao fim deste mandato! Vem então o PSD de Caminha acusar o Presidente da Câmara de se "pendurar" nas obras da polis afirmando que o esforço financeiro de comparticipação na sociedade foi feito pelo anterior executivo! Que falta de sensatez! Pergunto: Onde? Onde está? Que foi feito? Resposta: ZERO! Zero obras, zero euros investidos no concelho de Caminha!

Fala-se também nesta informação, da requalificação do Cine Teatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora. Bombeiros que esses sim, ficaram "pendurados" com a obrigação de pagar os custos dos projetos megalómanos que o PSD encomendou e não pagou deixando a dívida sobre os Bombeiros Voluntários? Quem pagou? Quem ajudou a criar condições de viabilidade, com a criação de um contrato que lhes dá um rendimento mensal? Adivinhem, o Presidente que o PSD "Pendura", aquele que arranja soluções,



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

aquele que ajuda a resolver, aquele que, após 20 anos de abandono, está ao lado do Bombeiros voluntários para encontrar soluções! Em breve assistiremos á reabertura desse espaço que tanta falta faz a Vila Praia de Âncora, que Vila Praia de Âncora merece e que Vila Praia de Âncora vai ter!

Outra da informação aqui esplanada é a impossibilidade de a Câmara Municipal intervir no edifício conhecido como Centro Coordenador de Transportes de Caminha e Vilarelho. Estando este edifício envolvido numa situação judicial na qual o Município de Caminha foi derrotado num contencioso com o proprietário do antigo Externato de Santa Rita que é dono de ambos os edifícios, nada se poderá fazer.

Este processo que condenou o município deu lugar a nova ação na qual é pedida uma indemnização que já se sabe irá ser superior a um milhão de euros, pelos danos causados e já reconhecidos pelo Tribunal em sentença anterior. E isto porque em março de 2006 foram emitidos dois despachos pelo Município de Caminha que impediram a construção de dois edifícios no espaço do antigo externato e o Município foi condenado no pagamento de todos os prejuízos causados pela decisão ilegal do então executivo!

Mais de um milhão de euros que o Município poderá vir a ter de pagar!

Depois, pasmem-se, o PSD que em 2006 impediu a construção de 2 edifícios que agora podem vir a custar mais de 1 milhão de euros, este PSD, mostra-se indignado, com o indeferimento que o atual executivo decidiu referente a um pedido de licenciamento e lamenta que os munícipes sejam prejudicados com as decisões do executivo socialista e não se revê neste tipo de atuação!

Lamenta que os munícipes sejam prejudicados? Não se revê neste tipo de atuação!? Esta última afirmação é no mínimo caricata!

Quem não se revê nesta forma de atuação é certamente quem agora lidera os destinos deste concelho!

Outra das informações que nos é prestada diz respeito ao parque de estacionamento Sidónio Pais. A Câmara projetou, executou e pagou a obra que se arrastou durante vários anos, mas, o parque de estacionamento foi



Assembleia Municipal de Caminha

efetivamente executado em terreno que não pertencia ao Município. Por "esquecimento" do anterior executivo, esta situação não foi acautelada, e agora, foi exigido o pagamento de uma renda anual de 7.700 €! Assim, graças às boas práticas do PSD que então liderava os destinos do Município, ou a Câmara assume esta renda ou, nós munícipes e quem nos visita, poderemos ter que vir a pagar estacionamento numa obra cujo pagamento foi suportado por todos nós! Mais um legado que o PSD deixou!

Diz o PSD que o Dr. Miguel Alves se "pendurou" nos projetos e nos milhões que o anterior executivo deixou!!

Dr. Miguel Alves, Presidente da Câmara Municipal de Caminha, deixe-me dizer-lhe, com os projetos que o anterior executivo deixou não iria de pendura, iria andando e bem devagar! Quanto aos supostos milhões que herdou, de dívidas e prejuízos, isso sim, infelizmente, não é o senhor que está à pendura, mas são eles que estão pendurados em si e em todos nós!"

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte: "Relativamente à situação financeira do município vem a propósito trazer a esta Assembleia a análise constante do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2015 - um documento – que decerto V. Exas., não contestarão porquanto é igual, até nos quadros ao anuário de 2013, que serviu na altura, para aqui neste "teatro" o Senhor Presidente do Executivo conjuntamente com o líder de bancada do PS encenar um conjunto de mentiras orquestradas com vista a deturpar e denegrir a gestão do PSD através das contas do exercício de 2013.

Se bem se recordam o executivo socialista "martelou" as contas de 2013, ao contabilizar as piscinas municipais como dívida de "curto prazo", quando efetivamente se trata de uma dívida de "médio – longo" prazo a ser paga em 22 anos!



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a large loop and a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

Esta foi a 1ª manobra socialista para conseguir empolar a dívida de curto prazo e com isso poder manter o discurso de que herdou uma câmara com graves problemas financeiros!

Depois e sucessivamente, “martelou” as contas de 2014, porque como exercício já era da sua responsabilidade, retira o mesmo valor de 5 milhões de euros das piscinas, de dívida de curto prazo para dívida de médio longo prazo!

Usando um conjunto de “artimanhas” e com contradições sucessivas vem a esta sala de anuário na mão falsear a realidade sem sequer se importar com o “bom” nome do Município de Caminha.

Isso para ninguém importou, o que importava era sustentar a estratégia de “marketing” e a mensagem planeada de que herdaram uma câmara falida e repeti-la até à exaustão. Enfim, ao estilo Socrático!

O estilo que nos parecia ter sido abandonado quando terminou a campanha eleitoral de 2013 foi mantido naquela Assembleia, de forma caluniosa, direi até, quase de forma criminosa, porque o tema chamado a plenário pelo Deputado Socialista estava viciado pelo mesmo Executivo socialista uma vez que foi o autor material desse lançamento contabilístico das piscinas que provocou uma distorção de análise da evolução comparativa das contas, face a 2012!

Ao dizermos que aquela viciação das contas de 2013 ordenada pelo Executivo socialista, foi praticada entre Outubro de 2013 e Dezembro de 2013, pretensamente a coberto do relatório da auditoria financeira, mas a descoberto de qualquer legalidade dos órgãos da Assembleia Municipal uma vez que só se pode contabilizar despesa ou investimento que esteja prevista em Plano Plurianual de Investimento e, em Orçamento, para isso é que há orçamentos aprovados primeiro em reunião de Câmara e depois neste órgão que é Assembleia Municipal e não estava nem num nem noutro.

Mas se o Anuário Financeiro de 2013 serviu ao Executivo socialista para ensaiar uma campanha de calúnia, como aquela de que não tinha dinheiro para comprar um prego, quando tinha – confirmado no seu relatório de auditoria de 31.10.2013, a existência de cerca de 2,4 milhões de euros em bancos,



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' and a smaller mark below it.

Assembleia Municipal de Caminha

infelizmente para todos nós também é verdade que o ultimo Anuário, o de 2015, vem confirmar tudo o que reiteradamente quer os deputados do PSD nesta Assembleia, quer os vereadores do PSD nas reuniões de Câmara, têm vindo a dizer, que agora sim é fruto da vossa gestão já depois de esbanjada a almofada financeira que o PSD vos deixou, agora sim a situação financeira do Município é dramática!

Decerto o Senhor Presidente ainda não leu o anuário de 2015, ou então fruto de alguma tendinite perderam o interesse em teatralizar de anuário em riste a atual situação financeira da responsabilidade da vossa gestão.

Informe agora esta Assembleia se já leu os quadros do anuário, porque agora merece mesmo ser lido pelo Executivo, infelizmente pelas piores razões.

Este documento vem agora confirmar o que temos vindo a dizer, que depois da poeira provocada pelo verbo fácil e pela leviandade política de reduzir receita e não reduzir a despesa, redundou tal incapacidade de gestão, nos sucessivos prejuízos anuais de 2014, 2015 e que em 2016 vai pelo mesmo rumo catastrófico!

E se dúvidas houvesse, indicamos as páginas do anuário de 2015 onde está espelhada a tristeza que sentimos por ver o nosso Concelho a resvalar para indicadores negativos e que confirmam o que vínhamos dizendo: - que os vossos orçamentos eram fantasiosos e irreais.

Diz então o Anuário de 2015, que o Município de Caminha, passou a ser:
(passar o gráfico)

1º – Página 202 – Caminha é agora o 6º Município a nível nacional no aumento do passivo exigível no montante de 3.308.534€ face a 2014.

Note-se que em 2014 não constava nos primeiros 75 lugares;

2º – Página 216 – Caminha é agora o 6º Município a nível nacional que mais piorou no índice da dívida total.

Note-se que em 2014 não figurava nos primeiros 35 lugares;

3º – Página 236 - Caminha é agora o 39º Município a nível nacional com menores resultados económicos.



Assembleia Municipal de Caminha

Note-se que em 2014 não estava no gráfico dos primeiros 50 lugares.

4º – Página 290 – Desde que em 2014 foi criado o ranking do distrito que Caminha não aparece sequer nos 5 melhores dos 10 Municípios que há no distrito!

Perante isto, Srs. Deputados e Senhor Presidente do Executivo, agora sim temos razões para estar preocupados.

O cenário de constrangimento financeiro – ou de que não há dinheiro para um prego - é agora uma realidade camuflada ao limite, escondida desta Assembleia, cujos dados de fiscalização nos estão a ser ocultados, como o estavam até setembro de 2015 a dívida à empresa das águas que não recebia desde março de 2014 e que acumulou um passivo de cerca de 2,5 milhões.

Importa também dizer que essa opção de gestão custou ao município cerca de 400 mil euros de juros incluídos que foram no plano de pagamento a 5 anos (60 prestações) na ordem dos 50.000€ mês!

E não vale a pena esconder mais! é clara a dívida a fornecedores com atraso superior a 60 dias – aumentou desde fevereiro de 2015 a setembro 2016, 3 milhões e 300 mil euros e de setembro a novembro, cerca de 800 mil euros porque passou de 4,1 milhões para 4,9 milhões conforme documentos entregues pelo executivo. (passar o gráfico)

Se acrescentarmos a esta a dívida de curto prazo com menos de 60 dias e as restantes dívidas, facilmente percebemos o passivo negro que V. Exas criaram e que paira sobre nós!

Mas ao invés de assumirem as vossas responsabilidades e sobretudo para esconder o vosso desastre financeiro – o que V. Exas. fizeram foi criar uma mentira e mais uma vez acusar o PSD que vos deixou uma obra imensa e uma situação financeira controlada e confortável de 2 milhões de euros em bancos!

O que os senhores fizeram – medindo o risco político! - Foi por isso um crime político, ou mais um, cometido contra o executivo do PSD!



A
P
E

Assembleia Municipal de Caminha

Mais uma vez a sua gestão se revela um desastre com consequências nefastas para o Município de Caminha conforme traduzem claramente os indicadores do Anuário Financeiro do ano de 2015.

E dizemos mais um, porque muitos (ou todos!) se lembram das palavras do então candidato do PS a Presidente, quando afirmava que a Câmara deveria pagar o que devia à Empresa Aurélio Sobreiros.

E como isso soava bem numa altura em que centenas de trabalhadores tinham perdido o emprego!

E já agora, e agora que é Presidente, diga se no seu relatório de auditoria de 31.10.2013 estava o nome da empresa Aurélio Sobreiro como credora da Câmara?

E como a verdade é como o azeite – e porque o nome daquela Empresa não consta – peça desculpas à população!

E porque é justo falar de campanha de calúnias, recorde aqui uma notícia ardilosamente posta a circular num jornal de Vila Praia de Âncora, de que a Câmara PSD tinha herdado 100 milhões de euros da câmara PS e ia deixa-la de cofres vazios!

Os atuais vereadores do PSD requereram à Câmara socialista informação sobre quanto herdaram da Câmara PS em 2002, e dos tais 100 milhões, era apenas pouco mais de um milhão!!!

Foi só uma questão de zeros nunca desmentida ou clarificada por V.Exa., em nome da verdade porque é o principal interessado e beneficiado por esse ruído inicial à volta das contas.

Mais uma vez a sua gestão se revela um desastre com consequências nefastas para o Município de Caminha conforme traduzem claramente os indicadores do Anuário Financeiro do ano de 2015.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que agradece esta insistência do PSD relativamente à questão dos dois milhões, que lhe permite hoje ali voltar a reiterar, embora com pouca esperança, porque se tem vindo



Assembleia Municipal de Caminha

repetir estas matérias, mas, elas ainda não estão muito claras. Disse então o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha tem um problema gravíssimo de equilíbrio, e isso tem a ver com uma equação muito simples, gasta mais em cada ano, do que a receita que tem, logo, aquilo que tem a ver com este exercício, é preciso ter em conta que os exercícios orçamentais em cada ano não são estanques tem a ver com as dividas que vem detrás e com aquilo que realmente tem que se pagar, e isso condiciona a ação Municipal, e verdadeiramente a Câmara tem muitas dificuldades para cumprir com os seus fornecedores. E o primeiro desafio é o seguinte, disse o Senhor Presidente que uma Câmara que não faz nada, uma Câmara que não investe nas instituições, uma Câmara que não contratou ninguém para os seus quadros, uma Câmara que não faz obra, uma Câmara que não dá dinheiro as Freguesias, onde gastou os dois milhões e porque aumenta o passivo da Câmara, já se interrogaram sobre isso. Pergunta então o Senhor Presidente foi nas festas e nas festinhas, é aí que se vai aumentar o passivo, naqueles que são essenciais para que se realizem as atividades económicas, para que se consiga atrair pessoas para o Concelho, que financiem também que são aquilo que são as atividades da Junta de Freguesia. Disse ainda o Senhor Presidente que agradece de forma previsível ao PSD, através do Dr. ° Rui Taxa ir ali dar mostras de alguns quadros do anuário financeiro, só que estes documentos são como os casamentos, porque quando casamos, casamos com a pessoa toda para o bem e para o mal, e nos documentos não devemos colocar as duas páginas que são interessantes para o PSD, é necessário colocar as outras páginas do anuário, e porque não apareceram as outras páginas, será que os Senhores Deputados foram logo ter com a pagina cento e tal ou trezentos e tal, é que os Senhores Deputados sabem que há outros números neste anuário, que desmentem muito aquilo que vem dizendo ao longo do tempo e que a Câmara tem rejeitado. Disse ainda o Senhor Presidente que vai começar pela questão dos prazos médios de pagamento, como podem verificar na pagina n.º 2, o anuário distingue o Concelho de Caminha como 12.º Concelho onde mais



Assembleia Municipal de Caminha

melhorou o prazo medio de pagamentos a fornecedores, em todo o Pais, e isto contraria aquela ideia que o PSD vem afirmando que de facto não tem vindo a ser feito um esforço e trabalho nesta área; passando à pagina n.º3, disse o Senhor Presidente tem-se o prazo medio de pagamento em 2015 é o terceiro melhor dos últimos oito anos, seis deles daquilo que foi a gestão PSD/PPD, logo, esta é a verdade sobre os factos. Disse ainda o Senhor Presidente que convida os Senhores Deputados a verem um quadro, na pagina n.º5, onde refere este quadro que a evolução está dividida por duas barras, o qual refere que os números do anuário referentes à despesa prevista e já corrigida no final do ano referente ao anterior executivo subia, e descia para acabar em subida e que ao longo deste mandato a despesa tem vindo a descer; as despesas comprometidas que são aquelas que a Câmara assume que vai cumprir, que assume compromissos com os fornecedores também vinham a subir e tem descido com este executivo; as receitas cobradas tem mantido alguma tranquilidade, apesar de terem descido as receitas, como o PSD criticou, porque esta Câmara baixas os impostos sobre as pessoas, não castiga as pessoas com os impostos no máximo; e finalmente os resultados líquidos segundo o anuário também tem vindo a baixar neste executivo, como se pode verificar a linha a vermelho são as dividas a pagar que tem subido, mas, agora temos que fazer um exercício de inteligência, porque se se gasta menos, se há menos despesa, se se assume menos compromissos, Então porque as dividas sobem? Porque vem detrás. De seguida o Senhor Presidente pede para que coloquem um outro quadro, e disse que este é muito interessante, porque diz respeito aos empréstimos contraídos pelo PSD/PPD e às receitas extraordinárias que receberam delapidando não uns quadros para a exposição dos bombeiros, mas delapidando três milhões e meio de euros na venda das Eólicas, desde 2004 até 2013; o executivo responsável do PSD contraiu empréstimos globais no valor de 16 milhões e 600 mil euros, a Câmara que cumpria e que sabia gerir o seu dinheiro, contraia empréstimos de curto prazo de 600 mil euros para resolver problemas de tesouraria, mas, também contraiu



Assembleia Municipal de Caminha

empréstimos de longo prazo para pagar dividas que eles contraíam. Por fim o Senhor Presidente chamou á atenção para os três últimos empréstimos, e disse que em 2010 um empréstimo de longo prazo de 2 milhões 372 mil euros, em 2011 um outro empréstimo de medio longo prazo de 485 mil euros e em 2013 um empréstimo para pagar dividas a fornecedores de 2 milhões e 200 mil euros, só nestes três anos contraíram em empréstimos um valor total de 5 milhões 139 mil e 468 euros, e como se pode verificar na barra final, refere a primeira prestação a pagar referente ao ano de 2010 foi paga em 17 de junho de 2012, o empréstimo de 2011 foi no final do ano, e o empréstimo do PAEL nem sequer pagaram um cêntimo, portanto, fizeram um empréstimo de 2 milhões e 200 mil euros para pagar aos fornecedores, para dizer que pagam a 70 dias, mas depois quem vier que pague a conta ao banco, porque aí também tem os juros. Disse ainda o Senhor Presidente que este encargo só termina em 2027, 2030 e 2031 que só foram pagos meia dúzia de tostões de 5 milhões de euros, e é este executivo que vai ter que pagar, portanto, aqui está a resposta, voltando a frisar o Senhor Presidente que a Câmara baixa a despesa, assume menos compromissos, a Câmara está a poupar, mas tem que pagar os empréstimos irresponsáveis do passado que contraíram, mas, que este executivo vai ter que pagar e os munícipes tem que pagar, portanto, é por isso que a divida aumenta, e por isso só nestes três anos este executivo pagou 2 milhões 252 mil 564 euros, baixando a divida à banca de 28%, também poderia ser mais interessante não se pagar à banca e pagar aos fornecedores, só que a banca “come-nos até ao tutano”, cada juro, cada vez que falhamos, e aquilo que o executivo faz e tentar gerir tudo isto com muitas dificuldades, e mesmo assim fazer obra, transferir para as freguesias, apoiar as coletividades, logo, vejam como estes dois milhões se consumiram num instante, porque ainda ninguém conseguiu responder como de outubro a dezembro de 2013 o executivo gastou os 2 milhões, o que este executivo comprou, o que fizeram, foi em festas e festinhas que se gastou, mas, a resposta é não, foi a pagar a divida que deixaram, essencialmente nesses dois meses de água por pagar



Assembleia Municipal de Caminha

que vinha desde 2005, e essa é que é uma boa gestão laranja, mas esse não é uma boa gestão para o comum dos mortais.

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 23 de setembro 2016

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 23 de setembro 2016”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pequeno reparo à sua intervenção na página 60, a qual será retificado.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções por não terem estado presentes.

c) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, relativa às **“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quando na sua intervenção disse que a Junta de Vila Praia de Âncora teria que pagar 18 mil euros, que estavam relacionados com as obras do Campo de Futebol do Âncora Praia, e como até esta data a Junta não recebeu nada, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara o esclarecesse sobre o assunto em causa.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que em relação ao Encarregado da Câmara, que ele sabe muito bem estar na sua posição, quando é Presidente da Junta, assim como, Encarregado da Câmara, facto, que os Senhores como se tem vindo a aperceber que não o sabem distinguir. Lembra o Senhor Presidente da Junta que também existe neste órgão um colega Presidente da Junta de Moledo, o qual, também é funcionário da Câmara e até à data ainda nunca foi referido o nome dele.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que se está ali a discutir os Grandes Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, e como Presidente de Junta, vai ali pedir mais dinheiro para a sua freguesia porque todo o dinheiro que as freguesias recebem é sempre pouco, querem sempre mais e melhor se possível, também todos sabem que essa possibilidade não é grande, mas, não podia deixar de ir ali pedir mais dinheiro e mais obras para a sua freguesia. Disse o Senhor Presidente de Junta que sabe das dificuldades que a Câmara Municipal atravessa, mas, os contratos e acordos de execução estão feitos. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que Seixas apenas recebe 20 mil euros para despesas de capital, apesar de este ano ainda não se ter recebido, mas, a exemplo das outras freguesias também, iremos receber, porque a Câmara é uma entidade cumpridora. Disse



Assembleia Municipal de Caminha

ainda o Senhor Presidente de Junta que não foi por não ter recebido que deixaram de fazer obra, porque existe sempre boa vontade por parte da Junta e da Câmara, porque, pode-se fazer algumas intervenções em obras com pessoal da Câmara, em vez de se entregar a um empreiteiro toda a sua totalidade, pode-se sempre conjugar e ir fazendo obras sem que haja tanta despesa a pagar, porque o pessoal da Câmara já está a custas da mesma, e deste modo, entre outras obras, a Junta de Freguesia conseguiu intervir na Rua da Seara, Travessa do Forno da Cal, Rua da Minada, reparações de balaustradas da marginal de Seixas, renovação da rega do Largo de S.Bento e da Iluminação do Largo de S.Bento, portanto, fizeram-se todas estas obras sem se ter recebido nada por parte da Câmara de Caminha. Dirigindo-se o Senhor Presidente de Junta ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador Rui Teixeira para que logo que possam que façam a transferência para a Junta de Freguesia.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que também tem recebido muito apoio por parte do Senhor Vereador Rui Fernandes em relação à Escola, Associações e famílias, cujas, existem dificuldades em Seixas, portanto quando solicitado o Senhor Vereador, ele está sempre presente, muitas das vezes financeiramente nem sempre é possível, e até, mesmo legalmente porque muitas das vezes se quer ajudar essas famílias, e não se consegue legalmente. Disse ainda o Senhor Presidente que tem investido na limpeza das florestas, na reflorestação, principalmente para prevenção dos incêndios, pois essa é uma questão que os preocupa bastante, também se tem feito a limpeza das linhas de água mais do que uma vez por ano, tudo isto é um esforço muito grande por parte da Junta de Freguesia, mas sempre com a colaboração da Câmara. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que também realizam a Festa do Rio, onde convida todos a visitar e até mesmo participar, assim como no dia da Comunidade Seixense, e ainda, hoje fez-se a inauguração da Iluminação de Natal, na qual gostaria que o Senhor Presidente estivesse presente, o que nem sempre é possível.



Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, o Senhor Presidente da Junta desejou a todos um Feliz Natal e um Bom Ano 2017.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte: “O Documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento é um dos instrumentos mais importantes para a gestão municipal que ano a ano avaliamos. Cabe-nos hoje apreciar e analisar com atenção o documento para discussão e votação referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017.

Torna-se também fundamental compará-lo com os documentos apresentados e aprovados pela maioria socialista sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamentos referentes aos anos de 2016, 2015 e 2014, da autoria deste Executivo Socialista.

Porque é lendo estes textos, interpretando as suas diversas alíneas, analisando e comparando os documentos, que ficamos a saber e a ter a noção do tipo de maturidade do Executivo Socialista que nos governa de momento.

É através das Grandes Opções do Plano e Orçamento que um Executivo revela a sua identidade, revela a sua vontade de construir, mostra aos seus eleitores os seus investimentos e a determinação para desenvolver a sua terra.

É através deste documento, que no fundo, mostra o seu ADN, a suposta vontade de, nas suas promessas, fazer “Mais e Melhor”.

É através deste exercício que percebemos que tipo de marca este executivo deixará para o futuro.

No primeiro documento talvez ainda influenciado pelo ambiente eleitoral, fomos brindados com a marca “V” do orçamento “vitaminado”;

No segundo documento ainda em ambiente de euforia a novidade eram os 3 Rs;

No terceiro já com a consciência do descalabro a marca foi o emagrecimento e o famoso “Slim feet”.



Assembleia Municipal de Caminha

Lendo este documento referente a 2017, concluímos que o mesmo segue a lógica das Grandes Opções do Plano e Orçamento socialistas dos anos anteriores, mas perdeu a marca, porque representa zero!

Senhor Presidente!

A marca deste documento damo-la nós desta vez. Este é o orçamento dos 3 “E’s”, “envenenado”, “eleitoralista” e “enganador”, porque envenena o nosso futuro, porque o Senhor o transformou num manifesto eleitoral e porque nos quer enganar com mais ilusões e promessas que não passam de ideias eleitoralistas para captar votos.

Verificamos que o Presidente Miguel Alves não consegue distanciar-se do passado.

Não consegue deixar o passado, olhar em frente e construir um futuro de desenvolvimento para o Concelho de Caminha.

Não consegue despir a sua vestimenta de político, e ser um simples Presidente de Câmara cuja única vontade e ambição seja trabalhar em prol do desenvolvimento do Concelho de Caminha.

A sua matriz política, é tão forte, que aniquila o que deve ser um autarca ao serviço da causa pública.

Lendo este documento de 2017, assim como os anteriores, e, portanto, fazendo um balanço da sua gestão de 3 anos à frente do Município, chegamos à conclusão de que:

Este é um Orçamento Enganador:

-porque o Presidente Miguel Alves não tem equipa. A sua verdadeira equipa escondeu-a!

-porque este Executivo Socialista não apresenta uma estratégia de curto, médio, longo prazo para o Concelho de Caminha.

Navega-se à vista, pura e simplesmente.

-porque não existe neste documento uma linguagem decente, fundamentalmente informativa das linhas mestras de um projeto credível de investimento para o concelho com uma estratégia de futuro.



Assembleia Municipal de Caminha

Este é um Orçamento Eleitoralista:

-porque transformou este documento num Manifesto Eleitoral, não fosse este orçamento elaborado por um candidato a Presidente da Câmara.

-porque o documento de Grandes Opções do Plano para 2017 é de uma pobreza deprimente, atendendo ao facto de o seu autor gastar toda sua energia a denegrir a imagem do Executivo anterior, como se isso, três anos passados sobre as últimas Autárquicas, ainda fosse um princípio essencial e fundamental para o Concelho de Caminha.

Talvez acreditando que as pessoas se esquecem que ao longo do seu mandato desprezou as famílias, as Instituições, as empresas locais, o comércio local, as Freguesias, com orçamentos brutais para a cultura em detrimento de quem mais precisa e de apoios específicos e estratégicos que visassem a sustentabilidade futura das Instituições, Empresas e Freguesias e não apoios pontuais ao sabor da vontade partidária.

Por tudo isto, este é um Orçamento Envenenado

-porque aumenta a despesa na aquisição de bens e serviços em cerca de 1 milhão de Euros, e só por este motivo já dá para perceber que realmente é elaborado por um candidato a Presidente.

É um Orçamento Envenenado

- porque reduz 100 mil euros na limpeza urbana, o que se reflete no Concelho em menos limpeza, atingindo níveis caóticos em determinadas situações, portanto preterindo o que é essencial, em detrimento do essencial.

É um Orçamento Envenenado

- porque a cultura continua a absorver quase 90% das verbas quando comparado com o apoio às Famílias, às Freguesias e mais de 70% quando comparado com o apoio dado ao Desporto, Lazer e Educação, e isto, mesmo num ano em que o Município teve de ver aumentado o Orçamento na Educação para tentar minimizar e limpar a imagem das políticas erradas do Governo Geringonça, suportadas pelo Presidente Miguel Alves e que levaram ao encerramento da Ancorensis.



Assembleia Municipal de Caminha

É um Orçamento Envenenado

- porque não encontramos nada neste documento sobre as obras previstas na proposta de revisão do PDM.

É um Orçamento Envenenado

- porque em 2014, este Executivo Socialista teve um prejuízo de 1,8 milhões de Euros.

- porque em 2015, este Executivo Socialista teve um prejuízo de 1,4 milhões de Euros.

- porque no presente ano de 2016, já apresenta acumulado um prejuízo de 1,7 milhões de Euros.

É um Orçamento Envenenado

- porque a Câmara de Caminha se tornou numa das Câmaras mais endividadas do Distrito uma vez que a dívida per capita passou de 640 euros em 2012, para 1014 euros em 2015.

É um Orçamento Envenenado

- porque neste momento tem uma dívida conhecida de quase 5 milhões de Euros em encargos assumidos e não pagos resultantes de faturação.

É um Orçamento Envenenado

- porque desde Março de 2014 até Setembro de 2015 V. Exas. acumularam uma dívida à empresa das Águas de cerca de 2,5 milhões de Euros.

Este é um Orçamento Envenenado

A Câmara de Caminha é uma Câmara falida, sem estratégia de futuro e sem ninguém capaz de a salvar.

Por tudo isto, e porque o ano de 2016 se está a revelar um falhanço financeiro, com prejuízos até à data de 1,7 milhões de Euros, concluimos que a elaboração deste orçamento eleitoralista é puramente para servir calendário e que V. Exas estão orgulhosamente sós no autoelogio proclamando um documento que não é de gestão credível, mas de irresponsabilidade política, como se viu nos resultados negativos atingidos em 2014 e 2015.

Por tudo isto o Grupo do PSD vota contra.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“No passado dia 26 de outubro o executivo camarário aprovou o documento mais importante para o ano de 2017. Foi aprovado, pela maioria socialista, o Plano e o Orçamento.

Este é um Orçamento que se caracteriza por ser rico em transparência; por ser pobre em maquilhagens e por não ser pendurado em empréstimos.

Ao longo de todo o documento podemos observar o rigor e a delicadeza com que o mesmo foi elaborado.

Este Orçamento apresenta a previsão de despesa mais baixa dos últimos 4 anos eleitorais.

Falando de números, estamos perante um Orçamento que prevê uma despesa de 20.702.207 euros, sendo assim o terceiro orçamento mais baixo dos últimos 10 anos.

A despesa deste Orçamento aumenta 5,3% relativamente ao último ano, mas esse aumento deve-se a dois fatores essenciais. Em primeiro lugar; ao aumento das transferências por parte do Estado, tendo o Governo apostado num aumento bastante significativo das verbas a atribuir às autarquias, mais 2.9% e, bem assim, devido ao reforço de financiamento através de fundos comunitários.

A título de comparação e para melhor percebermos este Orçamento agora aqui em debate, cumpre salientar que, a média anual de despesa prevista nos últimos quatro anos da gestão do executivo PSD foi de 27.2 milhões de euros e que a média anual destes quatro anos de executivo PS é de 20.7 milhões. Isto é, uma diferença de cerca de 7 milhões de euros, dito de uma outra forma, este executivo apresenta uma poupança de cerca de 7 milhões de euros em relação ao executivo PSD.



Assembleia Municipal de Caminha

O Partido Socialista louva o esforço que o atual executivo tem feito para reequilibrar as contas municipais. Mas, tal esforço não prejudica os compromissos que assumiu com o eleitorado em 2013.

Veja-se que, este Orçamento mantém a baixa carga fiscal, apoia as famílias com políticas educativas ativas e políticas económicas geradoras de emprego. Há um maior investimento, criando mais oportunidades para as empresas, para as coletividades e para as associações do concelho. Mas, acima de tudo, este é um Orçamento que não hipoteca as novas e as futuras gerações.

Caras e Caros Munícipes,

Sendo este o último Orçamento apresentado neste mandato, cumpre fazer uma referência importante. Volvidos que estão 3 anos de gestão Socialista, o balanço que fazemos da atividade deste executivo não poderia ser mais positiva. A cerca de um ano das próximas eleições autárquicas, este executivo já cumpriu com cerca de 75% dos compromissos eleitorais que assumiu perante a população do nosso concelho. Senhor Presidente Miguel Alves, Parabéns! O Senhor cumpriu e está a cumprir para com povo do concelho de Caminha. E como refere o nosso Primeiro Ministro, António Costa, palavra dada é palavra honrada. E aqui, em Vila Praia de Âncora, esse lema é por demais evidente.

Senhor Presidente,

É notório o equilíbrio financeiro efetuado por este executivo ao invés do que sucedeu e sucedia com a gestão PSD, onde no contexto regional o nosso concelho tinha a segunda maior dívida per capita do Alto Minho e por violar sistematicamente a Lei dos Compromissos.

Agora, as instituições são apoiadas com mais 135 mil euros e as famílias com mais 81 mil euros, as gorduras da câmara são cortadas, como sendo o combustível e lubrificantes, as despesas no consumo de alguns bens, nas comunicações, nos estudos, pareceres, consultadoria, publicidade.

Este Orçamento apresenta vários desafios, mas é com esses desafios que nos tornamos mais fortes, mais eficazes e mais responsáveis.



Assembleia Municipal de Caminha

O rumo a seguir em 2017 está traçado e o Partido Socialista está confiante na execução deste Orçamento apresentado, pelo que votará favoravelmente a presente proposta.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“Estamos hoje a discutir e aprovar um orçamento de cerca de 20 M€, que contará ainda com um enorme contributo do PCP e da CDU no aumento das Transferências de Estado, fruto de propostas nossas no Orçamento de Estado para 2017.

A afirmação de que este orçamento é o mais baixo dos últimos 4 anos eleitorais prova que o objetivo de saneamento das contas do município inscrito no programa eleitoral do Partido Socialista, não foi conseguido. A fragilidade das contas municipais, os compromissos assumidos e não pagos, as lutas judiciais e os acordos, a adesão do município ao PAEL, os negócios ruinosos, como a alienação da participação municipal nas eólicas, ou o modelo para a construção das Piscinas Municipais, tudo contribuiu para, objetivamente, impedir, em quatro anos, a consolidação desejada. Mas a verdade é que ninguém obrigou o Partido Socialista a assumir esse compromisso, como ninguém aplaudiu o PSD na sua capacidade de ignorar o estado das contas municipais, que ele, melhor que ninguém, sabia estarem no estado em que estavam. Só faltará culparem a CDU por não ter tido qualquer participação na Câmara. Só faltará culparem a CDU por alertar a população do concelho de Caminha, dos vales do Âncora e do Coura-Minho, para os graves problemas político-administrativos que resultam da reeleição dos mesmos, PS e PSD na constituição da Câmara Municipal de Caminha. Só faltará culparem a CDU por mostrar que as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos últimos 40 anos são na verdade centradas em obras avulsas, calendarizadas ao jeito das eleições, mesmo que agora o PS afirme não ceder a essa prática, sobejamente evidente nos 12 anos de mandato do PSD. Mas entenda-se que nada nos



Assembleia Municipal de Caminha

move contra obras em ano de eleições; o que nos preocupa é que as mesmas não sigam um plano estratégico, uma linha identitária. E isto não é novo. Temos vindo, ano após ano a chamar à atenção para o facto de que ao olharmos à nossa volta, percebemos a identidade e a vocação de outros municípios, mas o de Caminha, já foi de tudo um pouco, não sendo coisa alguma. Caminha perpetua-se nas paisagens promissoras, na excelência das acessibilidades, na riqueza natural, no Mar de excelência, no maior potencial do território do Alto Minho, mas apenas isso. Claro que há iniciativas de sucesso, de projeção nacional e internacional, como o mítico Festival de Vilar de Mouros, ou o ascendente SonicBlast, o Âncora Folk, o Fado Forte, o que motivaria a afirmação do município na Música, partindo da referência formativa da Academia de Música Fernandes Fão. Mas o potencial territorial disponível determina igualmente um modelo de desenvolvimento industrial e comercial, e se não há zonas industriais disponíveis, mude-se o modelo de desenvolvimento, numa aposta nas microempresas. E não duvidamos que em 40 anos, PS e PSD não tenham chegado já à conclusão de que só com um modelo bem definido, de médio e longo prazo, o Município de Caminha será dotado de condições para um padrão de vida melhor, com mais dinamismo económico, com mais vitalidade e com mais valor acrescentado, onde não falte previsão de receita aos orçamentos. E esta é a dura realidade, daí que o executivo afirme que este é um orçamento realista. O que ao sê-lo, já não poderá ser um orçamento de Investimento. Senão vejamos; se dos 20 M€ do orçamento, quase 16 M€ são para despesas com pessoal, sobram 4 M€, e desses quase 1 M€ estão alocados a despesas de capital, particularmente a Empréstimos de Curto, Médio e Longo Prazo, digam o que sobra. Claro que passaremos para outras fontes de financiamento, vertidas no Plano Plurianual de Investimentos. Mas, como sabem, dos cerca de 6,5 M€ previstos, apenas estão definidos aproximadamente 50%, lá está, os cerca de 3 M€ que sobravam no orçamento, o que não sendo mau, não é seguramente motivo que classifique este orçamento de Orçamento de Investimento. Uma vez mais o PS



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

cede à pressão do momento, pensando, tal como o PSD, que é noutra leitura dos números que agradará aos munícipes. A CDU assim não pensa. A CDU reconhece no eleitorado a capacidade intelectual e política para compreender as limitações do orçamento. Como está igualmente segura que não há neste documento a definição estratégica desejada para o município de Caminha, aquela que rompe com o passado, aquela que determina a fixação das populações, a qualidade de vida e o dinamismo industrial e comercial.

E isso está, de resto, espelhado no documento que da qualidade Realista e Amiga se afasta da jovialidade dos anteriores orçamentos, vitaminados e tonificados, parecendo que envelheceu precocemente. Dos seus eixos prioritários temos uma imagem ténue, não se medindo o cumprimento das metas sufragadas, apenas reconhecendo, e valorizando, o Plano de Atividades Municipal, que não padece do estigma do passado, continuando a apostar em eventos de sucesso, mesmo que criados em mandatos anteriores. Quanto à divisão dos valores previstos em atividades por setor, estamos esclarecidos: a Cultura e o Desporto arrecadam 93% da verba, a Educação, 6%, e a Agricultura, 1 %, mostrando de forma clara e inequívoca o posicionamento da Câmara nesta matéria.

Face ao exposto, a CDU não dará a sua aprovação ao documento, contrariando a confiança dada no ano anterior, embora reconheça o esforço do executivo em justificar as suas opções no quadro do compromisso que o PS estabeleceu com os munícipes.

A opção pela abstenção, no quadro da representação municipal, respeita a decisão popular de mandar o PS para governar o município de Caminha, mas afirma a nossa determinação em apresentar uma alternativa para o concelho, que termine de vez com esta alternância entre o PS e o PSD. Tal não inviabiliza a aprovação do documento pela representação de Freguesia.”

O **Senhor Vereador Rui Teixeira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que as Grandes Opções e Orçamento do Plano para 2017 é o documento para o ultimo ano de exercício deste mandato e de este executivo e nem por isso é um documento eleitoralista, é um documento que prima como tem sido até agora pelo rigor, transparência e realismo. Disse o Senhor Vereador que por isso fica satisfeito, pelo Dr. ° Rui Taxa na sua intervenção ter-se focado mais no texto do que no próprio documento orçamental e deitando por terra a intervenção do Senhor Deputado Magalhães, o que diz bem do rigor e transparência do mesmo, uma vez que não mereceu grandes criticas técnicas. Disse ainda o Senhor Vereador que o documento que está ali para aprovar divide-se essencialmente em três documentos previsionais, o Orçamento, o Plano de Atividades e o PPI; o Orçamento no seu global ronda os 20,7 milhões de euros, com um acréscimo de 1.2 milhões em relação a 2016, fruto principalmente como referiu o Senhor Deputado Rui Lages, do aumento da parte das receitas das transferências a nível central e dos Fundos Comunitários e do lado da despesa também fruto dos investimentos que na sua maioria vão depender do Portugal 20/20; em termos de despesas correntes temos um aumento ao nível do que é despesas com educação, com a cultura, desporto, com as transferências para as instituições sem fins lucrativos e daí o próprio documento pode explanar a estratégia do próprio Município que aqui alguns Senhores Deputados referiram em não existir. Disse ainda o Senhor Vereador que apesar do Senhor Presidente já ter explicado muito bem, mas, mesmo assim gostava de dizer ao Senhor Deputado Rui Taxa que os 2,4 milhões de euros em depósitos a prazo só se forem de alguma sucursal de alguma ilha paradisíaca, porque na Câmara Municipal não existiam, existia de facto dinheiro 2 milhões de euros, que 700 mil euros, eram de cauções, os quais não podem ser mexidos para pagamentos dizem respeito a cauções e do restante esfumou-se em poucos dias para pagar salários e as despesas com as Águas do Norte, nem sequer chegou para pagar os porcos, galinhas e sementes todas aquelas despesas,



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

que o executivo anterior deixou ou os compromissos que foram anulados no dia seguinte ao das eleições, despesas que foram camufladas e que depois tiveram que ser novamente registadas. Disse ainda o Senhor Vereador, quanto ao Orçamento, económica financeira que aquilo que tinha a referir, está mencionado.

Disse o Senhor Vereador Rui, quanto ao Plano de Atividades, que é aquele documento que está explanado no Orçamento, onde se pode analisar as atividades que o executivo vai fazer, quer em termos de cultura e desporto, torna-se fácil de verificar quais as atividades que o executivo pretende dar continuidade, assim como, novas apostas como a pesca desportiva ou o programa para quem não sabe nadar, de modo a que todas as crianças que não saibam nadar possam aprender, onde, se vai proporcionar aulas gratuitas a todas as crianças para que possam aprender, uma vez que este é um Concelho com três Rios e uma Costa bastante grande.

Quanto ao nível das Obras no PPI, disse o Senhor Vereador que existem obras de acessibilidade, de bem-estar social como o saneamento e de proximidade a todas as freguesias, como se pode verificar ao ler o PPI tem a obra do Nó da Erva da Verde, tem o Orçamento Participativo, tem a recuperação do Domem da Barrosa, a obra da Escola Básica Secundária Sidónio Pais, as ecovias as quais são uma definição da estratégia do próprio Município porque o bem-estar e a aposta no desporto também passa pelas infraestruturas, uma vez, que ecovias está a ser seguida pelo Desporto Natureza, logo, como referiu no início o Senhor Vereador este Orçamento está dividido em três documentos, trata-se de um Orçamento provisional para a frente, mas, que depende também do passado, não vai escamotear muito isso, como já referiu o Senhor Presidente e o Senhor Deputado Rui Lages frisaram muito bem, não se tem grande capacidade, nem margem de manobra dentro do Orçamento daquilo que é a parte económico financeira para explorar, uma vez que todos aqueles compromissos que vem detrás, quer todas as despesas com pessoal, quer os empréstimos e etc. não deixam muita margem de manobra, mas, mesmo assim



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

na parte da receita num procedimento de estratégia, o executivo conseguiu reduzir o IMI, o IRS, portanto, dar poder de compra aos nossos munícipes. Disse ainda o Senhor Vereador que este não é um Orçamento expansionista, mas, é um Orçamento que quer do lado das despesas correntes, como seja, na educação, desporto, cultura e instituições sem fins lucrativos, quer seja nas obras muito suportadas pelos fundos comunitários como as ecovias, saneamento, como também poderá ser em uma estratégia económica o Cais dos Pescadores em Caminha, são de facto, são de facto obras dentro na nossa capacidade orçamental que o executivo pode executar, sendo este um Orçamento realista e não eleitoralista, que dizer do rigor do executivo anterior, quando em ano eleitoral tinham um Orçamento provisional de 28 milhões, que na realidade só foram executados 20 milhões, a receita ficou à quem 8 milhões daquilo que foi previsto, portanto o Orçamento deste executivo é um Orçamento possível e bastante credível.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 7 voto contra e 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte a seguinte Declaração de Voto:

“O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha vota contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 porque:

- Este documento não apresenta uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Caminha;
- Porque não passa de um Manifesto Eleitoral;
- Porque nada é feito e apresentado para solucionar a extensa dívida realizada por este Executivo durante o seu Mandato.”



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez a seguinte a seguinte Declaração de Voto:

“Senhor Presidente,

O Partido Socialista votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2017 considerando que:

- 1) Este Orçamento assenta no rigor, na transparência e na boa gestão dos dinheiros públicos;
 - 2) Este Orçamento prevê um aumento de investimento nas Áreas Sociais na ordem dos 9,5%;
 - 3) Este Orçamento prevê um aumento de investimento nas Funções Económicas de mais de 35%, representando um reforço de 300 mil euros;
 - 4) Este Orçamento prevê um aumento de 69% no investimento em comércio e turismo, representando mais de 115 mil euros;
 - 5) Este orçamento não se encontra maquilhado, fantasiado ou deturpado da realidade;
 - 6) Este orçamento não se encontra pendurado em empréstimos,
- O Partido Socialista louva o esforço empreendido pelo executivo, dando assim o seu voto favorável à viabilização do Orçamento para 2017.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) – Mapa de pessoal para 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Mapa de pessoal para 2017”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea o) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



Assembleia Municipal de Caminha

aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** a aprovação do Mapa de Pessoal para 2017.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, dá início à sua intervenção:

“Tal como referimos relativamente ao documento das Grandes Opções também aqui se verifica que o Senhor Presidente, responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos nunca teve qualquer orientação e estratégia na direção dos recursos humanos do Município de Caminha, e continua a não a ter para o ano de 2017.

O Mapa de Pessoal que nos apresenta para discussão a e aprovação é elucidativa do que acabamos de afirmar pois não passa de um “copy past” do que nos apresentou há um ano atrás!

Este Mapa de Pessoal para 2017 é uma desilusão e uma fraude para as legítimas aspirações de muitos trabalhadores se valorizarem profissionalmente. Nomeadamente, as expectativas dos trabalhadores se valorizarem por via da mobilidade intercarreiras, cujas pretensões lhe foram apresentadas através de 11 requerimentos.

Vale a pena apresentar e analisar aqui esse “heroico” despacho, pois é sublime de vários pontos de vista!

Em primeiro lugar porque tendo em conta todo o teor do mesmo redigido pelo seu próprio punho e dado que estamos perto do Natal, seria de o presentear e comunicar à sua camarada Maria Manuela Leitão Marques, a ministra do Simplex, pois vai ficar boquiaberta quando souber que tem um autarca que está tão à frente em inovação e TIC!

Mas mais grave, porque também à semelhança do Orçamento se traduz num despacho de cunho eleitoralista que não posso deixar de exhibir e partilhar:

“. O meu compromisso é para que em próximos exercícios, com bom trabalho que todos faremos se possam criar as condições para valorizar cada um dos trabalhadores segundo a sua qualidade e competências.”



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Sem dúvida que o candidato Miguel Alves está no seu melhor a fazer chantagem eleitoral e revela no mínimo falta de decoro político!

Também, como camarada de um partido que no poder com a geringonça diz querer acabar com o trabalho precário na função pública, não ficará muito bem ter trabalhadores contratados com recibo verde, quando se trata de autênticos contratos de trabalho a termo certo e, portanto, de trabalho precário.

Que fique claro que durante a sua gestão o número de trabalhadores nesta situação já ultrapassa o quarteirão e que nos dias de hoje são cerca de 23.

Que fique claro que o senhor quando confrontado pelos senhores vereadores, com esta situação, afirmou ser mentira a existência desse tipo de recibos verdes.

Que fique claro que o Município de Caminha tem trabalhadores em regime de trabalho precário que são autênticos contratos de trabalho a termo certo, e que se necessário for para garantir a verdade e transparência serão divulgados os nomes e datas da contratação.

Que fique claro que qualquer aspiração desses trabalhadores a poder vir a celebrar um contrato de trabalho a termo certo ou indeterminado, está completamente impossibilitada face a este Mapa de Pessoal. Pena é que só o PSD tenha uma agenda política de verdadeira e única oposição e que a CDU tão sensível a estas problemáticas ande agora fruto da geringonça política tão distraída.

Senhor Presidente,

- Vai continuar a negar esta realidade?

- Vai ou não se penitenciar pelo seu fracasso na gestão e direção dos recursos humanos do município que dirige?

- Vai ou não continuar a negar que os trabalhadores continuam sem avaliação de desempenho?

Ao contrário do que afirma nunca os trabalhadores foram tão prejudicados;

Ao contrário do que afirma este Mapa de Pessoal nada tem de instrumento de gestão de recursos humanos!



Assembleia Municipal de Caminha

Ao contrário do que afirma este Mapa de Pessoal é sinónimo de “tumulto” na gestão dos recursos humanos” que V. Ex^a é o máximo responsável.

Da mesma e forma e mais uma vez para a sua incapacidade se desculpa com o passado!

Recorrentemente o presidente Miguel Alves afirma que na gestão do PSD no ano de 2013 "ingressaram no quadro 33 trabalhadores".

Mente quando o afirma, porque foram 13 trabalhadores e não 33, conforme dados fidedignos da DGAL que o demonstram inequivocamente

Ano 2011 - O total de trabalhadores por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e determinado era 289,

- Nesse ano cumpriu-se a % de redução do nº de trabalhadores impostos pelo OE

Ano 2012 - O total de trabalhadores por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e determinado era 279,

- Foram encetadas medidas tendentes à redução da precariedade de emprego através de diversos procedimentos concursais,

- Superou a % de redução de trabalhadores decretados em OE desse ano

Ano 2013 - O total de trabalhadores por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e determinado era 292,

- Eliminação da precariedade de emprego e consolidação de estabilidade de emprego. Ou seja, 34 trabalhadores contratados a termo determinado (termo certo) passaram a contrato de trabalho por tempo indeterminado

- Não se atingiu a % de redução de trabalhadores previstos pelo OE, mas ao invés a precariedade existente foi eliminada.

Recorrentemente o Senhor diz que os alegados 33 trabalhadores foram admitidos em ano eleitoral, quando sabe perfeitamente que os concursos públicos obrigatórios têm uma duração média de 2 anos e, portanto, iniciaram-se muito antes do ano de 2013;

Pergunta-se que moral tem para criticar quando está há mais de 2 anos a “arrastar” o concurso para Dirigentes?



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Recorrentemente o Senhor afirma que a gestão do PSD aumentou o número de trabalhadores. Pergunta-se que moral tem o senhor para criticar a gestão anterior quando em 3 anos já admitiu de forma precária cerca de 25?!

O Senhor Presidente sistematicamente quer com a crítica ao passado desviar as atenções da sua má gestão. Pergunta-se:

Porque não responde em tempo útil aos requerimentos que os trabalhadores lhe dirigem?

Porque não responde em tempo útil às exposições/solicitações que as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores lhe dirigem?

Porque infringe grosseiramente a lei, nomeadamente o Código do Procedimento Administrativo?

Porque não faz aplicar a lei sobre avaliação de desempenho dos trabalhadores SIADAP? A este respeito ainda não homologou (deu) as avaliações de desempenho referente ao biénio 2013/2014 e, ainda não iniciou o processo de avaliação de desempenho do biénio 2015/2016 que está a dias de terminar (faltam 21 dias).

Pena é que só o PSD tenha uma agenda política de verdadeira e única oposição e que a CDU tão sensível a estas problemáticas ande agora fruto da geringonça política tão distraída.

Por tudo o que aqui foi dissemos o Mapa de Pessoal não poderá contar com o voto favorável da nossa bancada, uma vez que impede em toda a linha a possibilidade dos trabalhadores se valorizarem profissionalmente e remuneratoriamente, e como tal se traduz num instrumento de uma péssima gestão e direção de recursos humanos.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que sobre esta matéria, quer que fique bem claro o seguinte e disse que em 2013 ano das eleições 33 pessoas assinaram contrato por tempo indeterminado na Câmara Municipal de Caminha, esta é a verdade. Disse o Senhor Presidente que entre o Dr. ° Rui Taxa que já anunciou o fim da “Loja D’Origem” e o fim do mundo em



Assembleia Municipal de Caminha

Vila Praia de Âncora a sua credibilidade e aquilo que está a afirmar o Senhor Presidente diz que são números das Câmara Municipal atestados, respondidos por requerimento, não há duvidas nenhuma, é só acreditarem aquém entenderem por bem. Disse ainda o Senhor Presidente que grande parte dos concursos, e grande parte da abertura que houve durante o ano de 2013 tinha sim a ver com objetivos eleitorais, era assim que o PSD trabalhava na Câmara, colocava a Câmara ao serviço dos seus próprios interesses. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara Municipal por causa do que fez em 2013 foi prejudicada em 2014, porque não pode aumentar despesa com pessoal com as contratações que agora pedem para fazer, porque a despesa com pessoal tem a ver com os contratos por tempo indeterminado, mas quando se faz um contrato para prestação de serviços não conta para a despesa com pessoal, sendo esta a única maneira de se poder resolver alguns problemas no quadro de pessoal. Disse ainda o Senhor Presidente que as opções tomadas foram genericamente erradas, e porquê, porque optaram por enxamear determinados serviços na Câmara Municipal, e para se ter uma ideia quando chegou à Câmara Municipal o Senhor Presidente disse que havia 6 psicólogos, o que era até bastante razoável atendo ao estado de alguns dos funcionários da Câmara perante aquilo que tinham vivido, mas, a verdade, funcionários que dizem respeito aos jardins, ao calcetamento, ao trabalho no saneamento, esses de facto faltavam e hoje as Juntas são penalizadas por esta falta de pessoal, e a única maneira que o executivo tem de ultrapassar esta situação é apenas através de contratos de prestação de serviços. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que o PSD ali foi dizer, através do Dr. ° Rui Taxa, é basicamente que, basta um despacho. Refere ainda o Senhor Presidente que recebeu de alguns trabalhadores um conjunto de requerimentos que queriam progredir na carreira, e isto não é de agora, já vem de há muito tempo, só que na altura interessava que uns progredissem e outros não, e aquilo que respondeu o Senhor Presidente a esses funcionários era que deveriam perguntar durante muito tempo, porque é que foram parados nessa progressão



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

na carreira, e a verdade é que até familiares de alguns com responsabilidades foram postos em contratos avulsos e não os meteram no quadro e agora o Miguel Alves é que os tinha que meter no quadro, só que a Câmara não é do PSD, nem do Miguel Alves, a Câmara é de todos os Municípes que tem que pagar para que haja condições para que se possa ter de facto este pessoal, e existem despesas com pessoal muito elevadas, e é a responsabilidade do executivo de resolver isso da melhor maneira, e por isso é que ainda hoje nos recursos humanos existem muitos problemas que tem a ver com a avaliação, e os problemas que existem com a avaliação são muito simples, porque, quando este executivo chegou à Câmara a avaliação do passado não estava feita e agora este executivo é que a tem que fazer, mas, vai-se resolver o problema que é complexo, mas, será resolvido. Disse ainda o Senhor Presidente que o PSD sente-se muito bem nestes temas porque tem um braço armado na Câmara Municipal, através do sindicato, que é a voz do PSD na Câmara Municipal, feita com dirigentes que são do PSD, que fazem trabalho pelo PSD e que ali deixam bem claro, que aquilo, é uma tentativa de prejudicar a Câmara e menos de beneficiar os colegas, porque se quisessem beneficiar os colegas e trabalhar em prol do trabalhadores da Câmara, tinham atuações de outro tipo que não tem, e esta é a realidade dos factos, não é aquilo que é inventado por alguns que sempre que fazem uma intervenção dizem quase sempre o mesmo, ou seja, que se torna fácil de responder.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez interpelação à mesa e solicitou que a ultima intervenção ali proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, fosse transcrita para a ata na integra.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que tem por norma ouvir as gravações e todas as intervenções são colocadas em ata, e por isso, solicita sempre que as entreguem para que de facto não falhe nada.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa à “**Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2016**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento de derrama de 1,5% e isenção da mesma para:

- 1) Empresas que tenham criação líquida de postos de trabalho;
- 2) Novas empresas com sede em Caminha e criadas no Município;
- 3) Sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 60.000,00€.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor,



Assembleia Municipal de Caminha

7 votos contra e 3 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte a seguinte Declaração de Voto:

“O PSD irá votar contra esta proposta porque entende que fixar no máximo tributável por lei as empresas, nomeadamente as que mais riqueza criam para o Concelho e que mais postos de trabalho podem criar não é de todo uma forma de potenciar o desenvolvimento económico do Concelho.

O PSD vota contra esta proposta porque ele encerra em si a inércia, e a desilusão que representa para o nosso Concelho a falta de estratégia para a dinamização económica a que este executivo nos votou.

O PSD vota contra esta proposta porque este executivo socialista para além de nada fazer ainda penaliza as nossas empresas, os empresários que com garra e com capacidade empreendedora se esforçam para levar por diante e com sucesso os seus negócios e, ao contrário de apoio e incentivo, o que os espera são impostos tributados pela taxa máxima por este Executivo, que depois reverte esses impostos para fins extemporâneos e que não revertem a favor das nossas populações ou do nosso tecido empresarial.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Participação Variável no IRS Relativa aos Rendimentos do Ano de 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa à “**Participação Variável no IRS Relativa aos Rendimentos do Ano de 2017**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** se fixe em 1,5% a participação variável no IRS.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“A participação variável no IRS é uma medida que trata desigualmente os cidadãos. Mas é igualmente um ataque ao Poder Local. O PCP e a CDU têm, nesta matéria, total coerência já que sempre combateram esta medida. A verdade é que sucessivos Governos têm feito desta atoada demagógica oferecida ao Poder Local, a afirmação de uma política de impostos agravada sobre as populações, dando-lhe o poder de intervir e decidir sobre a aplicação da taxa variável de 5% em sede de IRS. E mais, faz dos municípios os carrascos das finanças, porque, na verdade, os impostos são pagos, apenas é devolvida a percentagem que o município abdica de receber, diminuindo as suas receitas. Esta é uma ardilosa arma que alimenta o Estado, enfraquece os municípios e, como dizíamos no início desta intervenção, cria desigualdades entre cidadãos. Senão vejamos; um município capaz de abdicar de receitas, por se encontrar numa situação de conforto financeiro, dispensa esta receita, vendo os seus munícipes reflexo disso na devolução de IRS; já um município, como o de Caminha, com desequilíbrio financeiro, com incapacidade de abdicar de receitas, mas igualmente preso à pressão e à necessidade de satisfazer os seus munícipes, substitui o Estado na diminuição de impostos e prejudica, ainda mais, a sua condição.

Na verdade, ou o Estado assume que é capaz de devolver 5% do IRS aos portugueses, e deixa de sacrificar duplamente as populações pelas injustiças criadas, ou não o faz, mas deixa de usar os municípios como máquina fiscal. A verdade é que enquanto as Assembleias Municipais forem aprovando esta participação variável, não haverá mudança.



Assembleia Municipal de Caminha

Por isso, ou 5% para todos os Portugueses, ou não contem com o PCP e a CDU para pactuar com esta medida de constitucionalidade duvidosa.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 2 votos contra e 9 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte a seguinte Declaração de Voto:
“O PSD irá votar abster-se nesta proposta porque entende que este é um ato de gestão da vossa total responsabilidade.

O PSD irá, no entanto, fiscalizar e acompanhar como estes recursos financeiros serão aplicados nas candidaturas escolhidas no Orçamento Participativo conforme compromisso político do executivo.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa à “**Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



Assembleia Municipal de Caminha

deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa à “**Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

1. Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;



Assembleia Municipal de Caminha

2. A autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal e que abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
3. A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
4. Que a Câmara Municipal preste informação em todas as reuniões ordinárias da Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta e deliberação.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) – Alteração do Júri de Concurso de Cargo Dirigente da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto- Nomeação de Vogal Suplente



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Alteração do Júri de Concurso de Cargo Dirigente da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto- Nomeação de Vogal Suplente”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º1 do art.º13 da lei 49/2012 de 29 de agosto, compete à Assembleia Municipal designar sob proposta da Câmara Municipal o Júri de Recrutamento dos Cargos Dirigentes, **propõe-se** que este órgão deliberativo delibere aprovar a “Alteração do Júri de Concurso de Cargo Dirigente da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto- Nomeação de Vogal Suplente”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) – Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Regulamento Municipal do Horário de**



Assembleia Municipal de Caminha

Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Caminha", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o "Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Caminha".

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que a Junta de Freguesia de Caminha Vilarelho absteve-se neste Regulamento porque há uma norma que não concorda, disse o Senhor Presidente de Junta que o Regulamento foi amplamente discutido e a Junta em todas as situações que participou, manifestou-se sempre que não concordava com as alterações de horários de bares e discoteca, nomeadamente porque tem um problema na Rua Direita, disse o Senhor Presidente da Junta que não tem nada contra o alargamento de horário desde que estivessem garantidas algumas condições de assegurar que a lei do ruído fosse cumprida, logo, como neste momento não existem essas condições e consideramos que o prolongamento de mais uma hora é o prolongar de sofrimento e de uma situação que tem que ser resolvida. Disse ainda o Senhor Presidente que se torna urgente fazer um Regulamento para aquela rua que acautele essas situações e outras, e quando isso for assegurado a Junta não



Assembleia Municipal de Caminha

terá nenhum problema com os horários. Disse ainda o Senhor Presidente que não tem nenhum problema com os bares até porque dinamiza a economia local, apenas, queremos que haja cumprimento da lei, quanto ao ruído, logo, que isso seja assegurado, a junta concorda com a alteração de horário na Rua Direita.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor,



Assembleia Municipal de Caminha

0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0



Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

m) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

n) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

o) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

p) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e



Assembleia Municipal de Caminha

dezasseis, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

q) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros - Transportes**



Assembleia Municipal de Caminha

Escolares", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

r) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao "**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do**



Assembleia Municipal de Caminha

Primeiro Ciclo de Ensino Básico”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte a seguinte Declaração de Voto: Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, alínea r) o Grupo do PSD desta Assembleia Municipal votará favoravelmente desde que haja o compromisso por parte do Executivo da Câmara Municipal de Caminha de que:

- 1.Sejam contratados mais funcionários e não só tarefeiros com horários de trabalho de 3-4 horas e sem direito a subsídio de refeição;
- 2.Requalificar a cantina, aumentando-a e atualizando-a com mais moderno e melhor equipamento de forma a servir refeições com a qualidade exigida.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

s) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e



Assembleia Municipal de Caminha

Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

t) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento



Assembleia Municipal de Caminha

de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- EB1 de Dem.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

u) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento



Assembleia Municipal de Caminha

de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem – Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico- Jardim de Infância de Dem.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

v) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de novembro de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

w) – Adesão da Câmara Municipal de Caminha ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de dezembro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Adesão da Câmara Municipal de Caminha ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, propõe-se que este órgão deliberativo conceda autorização para a “Adesão da Câmara Municipal de Caminha ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte: “A Fundação de Serralves vai contar, a partir do próximo ano, com 23 novos fundadores, onde para além de “Fundador Honorário”, o ex-primeiro ministro e ex-Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, contará com o Município de Caminha.

Segundo as palavras do discurso de Cavaco Silva “cabe ao Estado reconhecer os benefícios da Fundação e cumprir a sua parte” no respeito pelo que está estipulado no Decreto-Lei de 1989.

Ana Pinho, Presidente da Administração de Serralves, em declaração aos jornalistas, disse ter tido a “promessa” do atual Primeiro Ministro António Costa de “tentar repor” durante o corrente ano de 2017, o corte financeiro que a Fundação de Serralves sofreu num passado recente.

Como António Costa tem o Governo da Geringonça falido, para colmatar este défice de Serralves, convidou uma série de Instituições e Câmaras para o fazerem, em substituição do Estado.

Seria uma forma de dar dinheiro, sem ficar sem dinheiro.

Resolvia o problema e não gastava dinheiro.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Claro que o nosso Presidente Miguel Alves, não podia de forma alguma desiludir o seu Padrinho político, o Primeiro Ministro António Costa, e embora com a Câmara Municipal de Caminha falida e cheia de dívidas, não deixou de assinar este protocolo, e assim dar de mão beijada 100 mil Euros à cidade do Porto e à Fundação de Serralves.

Poderia ter beneficiado os Bombeiros Municipais de Caminha, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia ter beneficiado os Bombeiros Voluntários de Vila P. de Âncora, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia, com este dinheiro ter aberto a passagem pedonal da Travessa do Teatro, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia com estes 100 mil Euros ter uma ação abrangente no apoio às famílias e no apoio social local, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia, com estes 100 mil euros ter iniciado a requalificação da casa Ventura Terra, ou da casa/museu Sidónio Pais, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia, com estes 100 mil euros ter requalificado o Mercado Municipal de Caminha, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia com este dinheiro ter apoiado os pescadores com o desassoreamento do cais da rua, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia, com estes 100 mil euros, ter resolvido as diversas candidaturas ao Orçamento Participativo, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia com este dinheiro ter apoiado as nossas juntas de freguesia na execução de obras necessárias e ansiadas pela sua população, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.



Assembleia Municipal de Caminha

Poderia com este dinheiro ter apoiado as nossas associações culturais, desportivas, a quem sucessivamente nega apoio por ter falta de dinheiro, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Poderia com este dinheiro ter apoiado as nossas IPSS's que prestam verdadeiro serviço público aos Municípios e ao Concelho, e a quem sucessivamente nega apoio por ter falta de dinheiro, mas não, preferiu beneficiar a cidade do Porto e a Fundação de Serralves.

Assim se vê o trabalho de um Presidente da Câmara ao serviço do Partido Socialista e não a cumprir os desígnios para que foi eleito.

Votaríamos a favor desta adesão da Câmara Municipal de Caminha à Fundação de Serralves, se Miguel Alves não negasse às Instituições da terra o apoio que pelos vistos quer dar às entidades externas e se não tivesse endividado o Município de Caminha na forma e no grau em que o fez.

Por isso, e com grande pesar, principalmente pelas nossas instituições só nos resta votar contra, contra mais este ato de gestão política!"

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

"Nada nos move contra a excelente obra da Fundação Serralves. O reconhecimento do seu papel na valorização da cultura, da arte, da educação e formação, do ambiente, enfim, de um sem fim de exemplos onde a ação, a iniciativa e a capacidade de mobilizar a população em torno da cultura, particularmente da Artística, fazem da Fundação de Serralves uma instituição que nos merece os melhores elogios. Quanto à vontade mostrada pelo Município de Caminha em aceder ao Estatuto de Fundador, confessamos que é para nós uma informação nova, nunca tendo chegado a esta Assembleia, que nos recordemos, qualquer nota nesse sentido. No entanto, a ampliação dos hábitos culturais e o contacto com as correntes artísticas e os criadores, são, seguramente, pontos que nos aliam ao executivo camarário.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas a acompanhar a adesão do Município de Caminha como Fundador vem a conta de 100 000 €, entregue à Fundação de Serralves em quatro prestações anuais de 25 000 €, vencidas a 31 de março de cada ano. Em contrapartida vem a visibilidade, o reconhecimento público e o prestígio, de acordo com a proposta, ou seja:

...entre outros benefícios objetivamente destinados à Câmara Municipal e aos seus membros.

Para o Município e para os Municípes fica a organização anual de uma exposição de arte contemporânea e algumas condições especiais de acesso, mas que afinal, um olhar atento ao tarifário em vigor se traduz na redução em 1€ nas visitas orientadas das escolas. Ora importa por isso perceber se se justifica efetivamente um investimento de 25 000 € anuais, numa fase em que o município ainda procura consolidar as suas contas, e se em resultado desse investimento haverá um maior número de visitantes do Concelho de Caminha a Serralves. Repare-se que uma ação realmente pressionante e mobilizadora de todos os municípios na abolição das portagens na A28, traduziria uma redução de custo no acesso a Serralves provavelmente maior. E aí sim, talvez mais pessoas fossem a Serralves, e mais pessoas viessem do Porto até ao município de Caminha.

Não diminuindo de forma alguma Serralves, até porque, como já referimos, nos merece o maior e melhor reconhecimento, mas porque não um protocolo mais próximo, com a Fundação Bienal de Cerveira, valorizando a proximidade e o espaço da CIM?"

O **Senhor Deputado Rui Lages**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

"Dizia Confúcio, um filósofo chinês, que: "Num mundo culto temos uma conduta florida, e num mundo inculto temos discursos floridos".

Esta é a grande diferença entre este executivo socialista e o PSD. O executivo socialista aposta na cultura, como traço fundamental para o desenvolvimento



Assembleia Municipal de Caminha

da nossa sociedade, como razão primeira e expoente máximo de divulgação do nosso concelho.

Por outro lado, o PSD agarra-se ao discurso fácil e populista do desvario de dinheiro gasto em cultura.

Eu não tenho medo, e em nada me assusta, o investimento na cultura e no património cultural.

O Protocolo que a Câmara assinou com a Fundação Serralves é algo que dignifica o nosso concelho, que reconhece a excelência e o potencial da nossa terra por parte dos agentes culturais.

A Fundação Serralves já alcançou uma importante projeção internacional e tem desempenhado um papel fundamental na vida cultural do país, com forte relevância socioeconómica.

Para o nosso concelho, estar associado ao nome Serralves, é uma grande honra, é um enorme prestígio, é um momento único da afirmação cultural da nossa terra.

Este protocolo prevê que a autarquia dê um donativo à Fundação Serralves de 25 mil euros durante quatro anos. E em contrapartida, a Fundação Serralves atribui à Câmara Municipal de Caminha o estatuto de Fundador da Fundação Serralves.

Este estatuto atribuído à Câmara Municipal faz com que a Câmara de Caminha seja beneficiária, entre mais:

- 1) de uma exposição anual de arte contemporânea a realizar no nosso concelho;
- 2) Entradas gratuitas a crianças até aos 12 anos e parcerias de descontos para jovens estudantes, bem como para residentes no Concelho após 65 anos de idade;
- 3) Colaborar com as escolas em programas pedagógicos;
- 4) Formação pedagógica a agentes culturais;
- 5) Organização de estágios de formação na área educativa;



Assembleia Municipal de Caminha

6) A Câmara de Caminha passará a ser parceira e a aparecer nas brochuras, no site, nos anuários, nos catálogos de exposições realizadas pela Fundação Serralves;

7) A autarquia passará a ter acessos reservados aos espaços da Fundação Serralves

Caras e Caros Munícipes,

O PSD vem dizer que há muitas instituições no nosso concelho que poderiam ser elas a receber aquela quantia. Que Serralves só se quer enriquecer à custa do nosso dinheiro. Que o Presidente só se quer promover a ele próprio nas passeadeiras de Serralves.

Mas afirmar isto, como dizia Confúcio "... num mundo inculto temos discursos floridos", acrescento eu que, temos discursos populistas, ociosos de conteúdo e desfasados da realidade.

O PSD não consegue ver a importância deste protocolo, como nunca conseguiu potenciar a cultura no nosso concelho. Sempre pensou pequenino, sempre foi autista, deixando-se ultrapassar por concelhos vizinhos.

É certo que temos de apoiar as nossas instituições, mas isso não invalida que possamos dar um salto qualitativo na oferta cultural que damos aos nossos munícipes e aos visitantes do nosso concelho.

Na verdade, não compreendemos a repulsa que o PSD Caminha tem para com a Fundação Serralves.

A título de curiosidade, ainda há bem pouco tempo, no dia 6 de dezembro, o Senhor Professor Aníbal Cavaco Silva (pessoa insuspeita, que a oposição de direita muito gosta) disse que: "queria mais instituições como Serralves"; afirmando ainda que Serralves é um exemplo de projeção nacional e internacional.

Senhoras e Senhores Deputados

Apoiemos a cultura, apoiemos a descentralização de Serralves para o nosso concelho. Seremos sem sombra de dúvidas o pioneiro cultural do Alto Minho.

Por estes fatores e pela dignidade que este protocolo atribui ao nosso



Assembleia Municipal de Caminha

concelho, o Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás, deu início à sua intervenção e disse;

“Senhor Presidente:

Sob o meu ponto de vista, classifico este protocolo como uma aposta firme. E é claro, que é apenas o meu ponto de vista.

Uma aposta na divulgação do concelho e por arrastamento das freguesias que o compõe, na rentabilização da proximidade entre a Cidade do Porto e Caminha.

Mas sobretudo uma aposta no chamamento para o nosso concelho daqueles que diariamente utilizam uma porta escancarada para o Mundo que é o Aeroporto Sá Carneiro.

Logo e compreensivelmente qualquer atividade está dependente de investimentos.

Em suma, sobre esta matéria quero felicitar a Câmara, pela ousadia e principalmente pela abrangência da visão que demonstra a médio longo prazo. Mas também dizer, que este investimento representa uma alusão à Cultura, que sendo universal, pode não ser exatamente representativa da nossa Cultura e da imagem que poderemos passar além-fronteiras.

Julgo que não estará no pensamento de alguém, que este protocolo não venha a ser gerador de dinâmicas que acumulem massas visitantes, o que todos sabemos, acarreta mais valias.

Âncora desde 2009 que aposta na Cultura, de forma demasiadamente limitada, é certo.

São os meios que estão ao seu alcance. Fá-lo com objetivos concretos, na divulgação da Cultura Local, da nossa Cultura, da nossa identidade, tão Rica e ancestral, tão cativadora, sem apoios, sem encontrar os meios que desmistifiquem e extingam as teorias do abandono, do mais vale deixar cair do que recuperar.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas Cultura, também se faz de intenções, as intenções de Âncora pelo trabalho que tem procurado desenvolver estarão salvaguardadas.

O futuro impiedoso, penalizará com certeza a prestação do Estado sobre as oportunidades não aproveitadas, como o abandono da Cidade Âncora/ Afife, os bloqueios constantes da CRCN sobre o Forte do Cão, o abandono e falta de regulamentação sobre as propriedades onde se encontra espólio Rupestre. Como é o caso do monte da Espiga e de Stº Adrião, da ausência da Ponte metálica obra da casa Eifel, da Mamoa da Aspra, etc.

Contentar-se-ão os novos visitantes, que este acordo faz pressupor e acreditar, com esta falha grave que é o desleixo do estado Português relativamente ao Património Histórico e Cultural do nosso Concelho. Valorizarão estes novos visitantes que apenas seja possível proporcionar-lhes uma visita limitada a um simples passeio pedonal ou outro similar?

Penso não ser plausível que as possíveis massas visitantes estejam restritas a dois centros urbanos de maior densidade, penso sim, que devemos dar-lhe a oportunidade de explorar todo o potencial do Concelho.

Para tal, têm de ser feito o trabalho de desburocratização, que permita o usufruto geral, porque o passo que agora está a ser dado, também representa o esforço coletivo.

A Junta de Âncora irá votar a favor na expectativa de que este intercâmbio com a Casa de Serralves seja um elemento inversor deste desajustado rumo.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que existem ali dois tipos de intervenções que merecem resposta, sendo uma delas a intervenção disparate que junta os padrinhos e o António Costa, logo, isso é um disparate absoluto, não vale a pena estar-se ali a mistificar. Disse ainda o Senhor Presidente que a Fundação Serralves, é uma Fundação que vale por si e pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, vale pelos seus fundadores, pelos seus dirigentes e pelo modo como conseguiu nos últimos anos sair dos muros do Porto para se afirmar no contexto Nacional e Internacional. Tem hoje de facto



Assembleia Municipal de Caminha

um nome que é conhecido em todo o mundo, e tem parcerias por exemplo com a Bienal de S. Paulo e com os melhores museus de Arte Contemporânea na Europa e nos Estados Unidos, logo, isto não tem nada a ver com o Governo, nem com o António Costa, e quem vem afirmar isto não percebe nada sobre o assunto. Disse ainda o Senhor Presidente que existem as dúvidas legítimas perante uma proposta, a qual obriga a um determinado tipo de financiamento. Disse ainda o Senhor Presidente que esta proposta foi feita ao Município de Caminha no dia 17 de novembro, através de um convite que teve o Senhor Presidente da Dr.^a Ana Pinho, para se dirigir à Casa Serralves para debater esta questão, foi feito um pedido de desculpa da parte da Senhora Doutora relativamente ao tempo que este convite era feito, mas, que era muito importante a Fundação Serralves poder contar com o contributo do Município de Caminha, já estão neste momento apalavrados uma série de Municípios e uma série de parceiros, isto quer dizer que neste ultimo grupo de fundadores entraram Municípios tão insuspeitos como Famalicão, Guimarães, Beja, Guarda, Castelo Branco, Figueira da Foz e outros que de momento não os tem de memória, e também instituições como as Águas do Norte, a RTP e o Professor Aníbal Cavaco Silva, portanto, não se está a falar de uma coisinha qualquer, está-se a falar de um Protocolo muito importante e que pode trazer para o Concelho de Caminha bastantes vantagens. Disse o Senhor Presidente que só o facto de esta ser a primeira vez que o Município tem como sede de Concelho uma Vila e não uma Cidade, a ser convidado, e até admite o Senhor Presidente que isto possa magoar alguns dos partidos e até mesmo o possa tornar desconfortável, porque é visto a partir de Serralves que o Concelho de Caminha tem manifestado uma dinâmica Cultural, uma forma de estar e uma aprendizagem das suas instituições no relacionamento com a autarquia, a capacidade para formarmos públicos e formarmos artistas em diversa áreas, isso de facto custa a engolir, mas, é preciso se saber que os convites não nascem do nada, nascem pelo reconhecimento do trabalho do Município de Caminha, e este deve ser o primeiro momento que devemos estar satisfeitos.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que era preciso avaliar os custos e os benefícios, os custos são conhecidos são 25 mil euros em cada ano durante os próximos quatro anos, isto a partir do próximo ano. Os benefícios são evidentes naquilo que tem a ver com a capacidade de se ter uma marca Serralves a partir do Concelho de Caminha, e também com aquilo que tem a ver com as possibilidades que este protocolo nos proporciona e isso tem a ver com a organização de uma exposição anual no mínimo de arte contemporânea, que a ser realizada com a qualidade que normalmente se faz em Serralves custaria muito mais do que este pagamento de 25 mil euros, custaria muitíssimo mais 200,300,500 mil euros. Disse o Senhor Presidente que vamos ter dos melhores aqui no Concelho de Caminha, a fazer exposição de arte contemporânea, que aliás é uma pecha que nós temos apesar de tudo no contexto da nossa oferta através do bom trabalho que as instituições e a Câmara e as Juntas vão fazendo. Disse ainda o Senhor Presidente que também tem todos os benefícios que estão interligados com isto, com a Escola, com a formação com tudo aquilo que é possível fazer através desta parceria que não é nova, porque a Câmara Municipal de Caminha já tem vindo a trabalhar com Serralves a propósito de questões de floresta, nomeadamente o Vice-Presidente com o Presidente da Assembleia Geral, Luis Braga da Cruz. Disse ainda o Senhor Presidente que nesta conjugação aquilo que é o investimento que a Câmara, do ponto de vista do executivo, trata-se de um investimento que é possível de acomodar, logo, tudo se faz de opções. Disse ainda o Senhor Presidente que quando ouve ali a crítica que um investimento destes de 25 mil euros ano durante os próximos quatro anos e estanca, é um problema, e que esse dinheiro poderia ser aplicado noutras instituições, pergunta o Senhor Presidente aonde estava esse pensamento, quando ainda há pouco tempo se gastou 25 mil euros para mobilar por exemplo o gabinete da Senhora Presidente da Câmara, o qual poderia ser bem gasto no apoio às instituições, ou , gastava-se uma media de 20 mil euros no lançamento de papagaios, ou , gastava-se 12 mil euros num comboiinho que andava de um lado para o outro, entre Caminha e Vila Praia



Assembleia Municipal de Caminha

de Âncora , que também poderia ser investido noutras atividades, mas, não foi investido em comboiinhos, papagaios e poltronas para a Senhora Presidente de Câmara. Disse o Senhor Presidente que por isso é que se torna necessário fazer opções e neste quadro este executivo faz opções, logo, este executivo investe na cultura, na captação de novos públicos, na capacidade de se poder explorar caminhos diferentes para o Concelho de Caminha e faz-se com uma marca forte, agarrada a esta proposta, portanto é isto que que o executivo ali traz, e o Senhor Presidente tem a certeza que através das instituições se irá trabalhar com Serralves, não vai ser só o Município que irá ganhar por ter uma exposição de Serralves, ou porque cada morador do Concelho de Caminha pode ir gratuitamente a Serralves ver as suas exposições, desde logo de Miró, mas, isto é coisa pouca para o PSD, mas, é o reputo muito importante trabalhar para que os nossos jovens e menos jovens tenham a possibilidade poderem ir a exposição de Miró e organizar-se este tipo de encontro, e ainda se vai poder fazer mais, isto vai possibilitar que o Concelho de Caminha possa estar através das suas instituições culturais em Serralves, nos diversos momentos de Serralves, nas grandes manifestações de Serralves, é uma oportunidade única, e o Senhor Presidente quis fazer isto com total respeito pela Câmara e pela Assembleia, e perante o convite que teve o Senhor Presidente aquilo que se recusou fazer foi ir à cerimónia de dia 06 de dezembro, para assinar o protocolo junto de todos que o fizeram nesse momento, porque entendeu o Senhor Presidente que tendo sido uma decisão tomada por despacho, a precisar de ratificação em Câmara e Assembleia, e como se torna eficaz após a aprovação em Assembleia Municipal, e não era pela vantagem da fotografia em Serralves, rodeado de Aníbal Cavaco Silva, da RTP e de todos os colegas de Câmara que se iria trazer alguma coisa ao mundo, por isso, é que era importante fazer-se este debate e explicar tudo isto. Disse ainda o Senhor Presidente que existem dúvidas razoáveis e era necessário explicar isso, as quais foram colocadas por alguns dos Senhores Deputados e são colocadas pelas instituições, porque queremos perceber o que podemos ganhar, mas,



Assembleia Municipal de Caminha

todos podemos ganhar muito com esta parceria, com Serralves, e tem a certeza o Senhor Presidente que as nossas instituições vão querer trabalhar com Serralves, e também se vai potenciar o nosso território através de Serralves, e é disso que ali se esta a tratar, e sim há investimento, e sim vai-se fazer ali um investimento avultado pago em quatro vezes, porque relativamente a todas as obras que ali foram mencionadas pelo Dr.º Rui Taxa, elas vão aparecer, não se tem que mobilizar estes cem mil euros para fazer a Travessa do Teatro, porque vai-se fazer a obra sem mobilizar nenhum euro, também não se tem necessidade de mobilizar estes cem mil euros para se poder fazer o Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, porque se vai mobilizar muito mais do que isso para que o Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora seja uma realidade, e não esteja fechado 20 anos como esteve, só porque o executivo não gostava de cultura, nem de gente culta. Disse ainda o Senhor Presidente que não tem que fazer as obras que disseram que tinha que fazer com este dinheiro, porque todas aquelas obras já se vão fazer porque o executivo tem dinheiro para isso, e realmente, é preciso fazer-se opções, e as opções incluem um quadro de Miró ou um papagaio, uma vez que os papagaios já todos estamos habituados a ver por ali, talvez se tenha uma boa relação com Miró.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 18 votos a favor, 10 votos contra e 4 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte Declaração de Voto:

“O Grupo do PSD vota contra pela simples razão de não concordar que o atual Executivo Socialista de Miguel Alves, em situação de plena rotura financeira,



Assembleia Municipal de Caminha

invista 100 mil euros na cidade do Porto e na Fundação de Serralves, quando tanto há no Concelho de Caminha para investir e corrigir.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

x) – Doação de Trinta Obras de Arte do Espólio do Museu Municipal de Caminha à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de dezembro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Doação de Trinta Obras de Arte do Espólio do Museu Municipal de Caminha à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, propõe-se que este órgão deliberativo conceda autorização para a **“Doação de Trinta Obras de Arte do Espólio do Museu Municipal de Caminha à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha”**

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“A forma de tratar o espólio cultural e artístico do município expõe não só a valorização dada pelo município às obras que detém, como igualmente transpiram para os próprios autores a capacidade de cuidar e valorizar as suas obras. A decisão de doar parte do valor artístico pertença do município só se justifica considerando duas ordens de razão: ou a necessidade de receitas



Assembleia Municipal de Caminha

extraordinárias e urgentes, na perspectiva de que estas podem ser supridas pela alienação deste património, ou se assume que o valor cultural e artístico em sua posse é dispensável pela insignificância ou qualidade menor.

Sabemos que, pelo fim a que se destina, não se trata de uma necessidade urgente do município, da mesma forma que queremos entender que, de maneira alguma, a Câmara Municipal não valoriza o seu espólio, sobretudo o que resulta de exposições que todos julgamos dignificarem a atividade da Galeria de Arte de Caminha, ou da Galeria Guntilanis, ou do Museu de Caminha. Mas a verdade é que à mulher de César não basta sê-lo, é também preciso parecê-lo, sob pena das coisas serem o que parecem, e ao serem o que parecem, não nos parece uma boa ideia, pelo princípio que encerra.

Assim, a proposta trazida a esta Assembleia, pese embora a boa intenção que a reveste, na perspectiva de aliar a cultura à solidariedade, pode, em nosso entender, romper com princípios de zelo e de respeito pela propriedade artística, mesmo que se entregue à valorização do digno labor da Associação Humanitária dos Bombeiros de Caminha. É por isso que porventura, esta, não sendo seguramente uma boa decisão, abre portas à ideia de criar outras iniciativas do género, mas sem a prática desta proposta. Porque não realizar, na Galeria de Arte de Caminha, uma exposição solidária, com envolvimento voluntário de artísticas, numa mobilização cultural conducente à angariação de fundos destinados aos bombeiros? Ou mesmo inscrever no regulamento da Galeria que a Câmara Municipal pode, em circunstâncias particulares, doar as obras que lhe cabem da exposição. É que a propriedade artística, como bem sabe o Senhor Presidente da Câmara, é moldada pela intelectualidade e pela corrente artística, que tantas vezes faz do autor parte da obra, mesmo quando esta já não é, fisicamente, sua.

Face ao exposto optamos pela abstenção, não por discordarmos de qualquer apoio, direto ou indireto, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha, mas pelos princípios de identidade cultural e artística e zelo pelo espólio municipal.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, deu início à sua intervenção e disse:

“Já ficámos hoje a saber que os constrangimentos financeiros do município de Caminha afinal se devem ao pagamento dos porcos às galinhas e às sementes!

Já ficámos hoje a saber que o Senhor Presidente vai abrir o Cineteatro que afinal não consta do Orçamento, e cujo o financiamento está a ser feito por um empréstimo contraído pela Direção do Bombeiros.

Pareceria que mais nada nos poderia surpreender, mas eis que somos brindados com mais esta proposta que, pelo citado “Confúcio” da intervenção do deputado Rui Lages, nos deixa de “olhos em bico” e de cuja urgência e forma como foi introduzida duvidamos. Seria até cómico se não fosse serio pelas questões que se levantam quanto à credibilidade e coerência e legalidade da mesma.

- Desde logo pelo título da presente proposta em discussão e que vai ser votada: “Doação de 30 obras de arte do espólio do Museu Municipal de Caminha à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha”, e a informação técnica que acompanha esta proposta, quando refere que as mesmas obras de arte serão cedidas aos bombeiros de Caminha para serem leiloadas/vendidas, e que as que não forem vendidas deverão ser devolvidas ao Município. Pergunta-se: trata-se de uma doação ou de uma cedência?

Eventualmente com a pressa não pensaram nisso ou acham que não há diferença entre o ato de ceder ou o ato de doar.

Estão a potenciar a venda de património e querem a anuência do nosso voto, mas , pergunta-se:

- onde estão previamente definidas as condições gerais em que se vai verificar tal doação?

- qual vai ser a forma da venda?



Assembleia Municipal de Caminha

- quais os valores mínimos de licitação para cada bem? Como e por quem foram avaliados estes bens?
- que competência tem para efetuar essa avaliação? (não está em causa a pessoa, mas os quesitos da legislação em vigor);
- quais as formas de publicitação da venda, para garantir ampla divulgação e assim permitir que apareçam as melhores propostas?
- Se é doação e não há retorno das obras qual o destino que será dado aos bens que não forem vendidos?
- Se é cedência e os bens não vendidos retornam ao município, o que estamos nós a discutir e a votar?!

Este ato está sujeito a legislação especial que V. Exas., descuraram, que deveria ter sido previamente definida e querem que sejamos coniventes com esta forma de proceder!

Os Senhores não querem que esta Assembleia decida de forma livre e consciente, o que os senhores pretendem é que relativamente a bens públicos pois é disso que se trata, lhes seja passado um “cheque em branco”. E digo que não querem porque não se justifica a urgência e a forma atabalhoada, precipitada e até quase forçada com que esta proposta foi introduzida na ordem de trabalhos.

Esta proposta parece, no mínimo, um completo contrassenso com a fundamentação da proposta de adesão à Fundação Serralves, cujo convite deve ter sido feito a 17 de novembro e não a 17 de dezembro como por lapso referiu o Senhor Presidente, portanto, dois meses antes desta Assembleia, não se compreendendo a justificação da urgência na introdução deste ponto. A este propósito acrescento que foram convidados todos os Municípios do Distrito e só Caminha aderiu.

Mas, contrassenso ainda, pois numa, diz-se que tem havido uma aposta na cultura e na dinamização artística do município, mas os factos contrariam completamente as palavras, já que esta proposta é um exemplo acabado de como este executivo trata a cultura e os bens artísticos do município, trata-a,



Assembleia Municipal de Caminha

desfazendo-se deles como se de lixo se tratasse e não se preocupando minimamente em saber se vai para reciclagem ou não, o que quer é ver-se livre deles.

- É esta a forma como este executivo encara a cultura, como um bem descartável que só serve enquanto tiver utilidade para promover a imagem pessoal do seu Presidente, como é o caso de Serralves e quanto ao resto não importa!

Subscrevemos na íntegra a proposta dos Senhores vereadores, mas desta vez não discrimine Vila Praia de Âncora, nem os seus Bombeiros!

Assim sugiro:

- Que faça a doação dos quadros à Fundação de Serralves pois decerto ficarão bem entregues e;
- Atribua 50 mil euros a cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros de Caminha e Vila Praia de Âncora que bem precisam, que nos acodem em todas as aflições e que prestam à nossa população um verdadeiro serviço público em vez de os dar a Serralves e à cidade do Porto.

Decerto que quando nos virmos confrontados com o terror dos incêndios, não é à Fundação de Serralves que vai pedir para apagar os fogos! Ou será?!

Finalmente, e a propósito das suas afirmações sempre que lhe digo que ainda bem que o senhor se senta nas poltronas que eu comprei e paguei, pois nessa altura a Câmara tinha dinheiro!

Ao seu “papaguear” arrogante e de enorme falta de humildade respondo mais uma vez que as nossas opções políticas já foram avaliadas e validadas em três atos eleitorais, com três vitórias sucessivas e que é agora a sua gestão e concretamente o seu ato de gestão de negar apoio às nossas Instituições que está a ser avaliado!

Aproveito para desejar a todos um Santo Natal e um excelente ano 2017! “

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que acolhem esta proposta com agrado, tudo que for



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

feito pelos nossos Bombeiros tem um significado especial. Disse o Senhor Presidente de Junta que a situação que ali foi levada também lhes foi apresentada, e consideram que é uma maneira imaginativa de se poder apoiar as nossas instituições. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que se tem apercebido nesta Assembleia, como noutras que algumas organizações têm sido utilizadas para a política, logo, espera o Senhor Presidente de Junta que os Bombeiros não sirvam de arma de arremesso político, pelo que estamos todos imbuídos no mesmo espírito, desta vez foram contemplados os Bombeiros de Caminha e para uma próxima vez serão contemplados os Bombeiros de Vila Praia de Âncora.

O Senhor Presidente de Junta, deseja a todos um Bom Natal e Feliz Ano Novo.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que dado esta ser a ultima vez que tem a oportunidade de tomar a palavra, simplesmente se inscreveu para desejar a todos em seu nome pessoal e em nome do seu grupo, um Bom Natal e um Feliz Ano 2017 e saúde.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que das declarações que ali foram proferidas, aquela que é mais impressiva é da Deputada Júlia Paula. Disse o Senhor Presidente que para além da ignorância que vem demonstrando nesta Assembleia Municipal relativamente aos temas que se vai debatendo que dizem respeito à Assembleia e Câmara Municipal, o que espanta num primeiro momento para quem foi durante doze anos responsável pelo Município, mas, isso justifica os erros graves cometidos ao longo desses anos, porque de facto se percebe que há pouco conhecimento sobre os factos, aquilo que se torna mais impressivo é o modo como, com o mesmo rosto e com o mesmo olhar, mente descaradamente, sobre aquilo que lhe apetece. Disse ainda o Senhor Presidente que ao dirigir-se a ele que pode comprovar facilmente que recebeu o convite e que se deslocou a Serralves no dia 17 de dezembro que é mentira e que esteve no dia 17 de novembro. Portanto, o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente volta a referir que no dia seguinte à reunião de Câmara de novembro, foi a Serralves a convite da Dr.^a Ana Pinho, independentemente do lapso que possa ter cometido, pelo que, devemos ser claros. O Senhor Presidente disse à Senhora Deputada Júlia Paula que ela a ele não lhe dá lições sobre moralidade nem sobre a verdade porque a Senhora relativamente a essas matérias e useira e vezeira nessas matérias e depois gosta deste tipo de jogo, portanto, disse o Senhor Presidente que tem a opção de estar calado e deixa-la fazer o seu espetáculo, ou de ir ali dizer aquilo que tem para dizer, e às vezes quem não deve, não teme, mas, também tem que defender aquilo que diz de facto à sua honorabilidade. Refere o Senhor Presidente que teve uma reunião com a Dr.^a Ana Pinho depois da ultima reunião de Câmara, antes de novembro, nesse dia reuniu com a Dr.^a Ana Pinho, a qual fez o convite oralmente e também por escrito, nesse momento tinha que tomar a decisão, mas não podia tomar na reunião de Câmara seguinte porque já era posterior da decisão do Conselho de Fundadores relativamente a Caminha, e isso é que justifica aquilo que foi o procedimento levado a cabo, logo, é aquilo que consta do processo e que tem a ver com esta matéria, não se tratou de outra coisa. Disse ainda o Senhor Presidente que este tipo discurso que poderia dar 50 mil euros a uma Associação e outros 50 mil euros a outra. Pergunta o Senhor Presidente no tempo em que havia tanto dinheiro, porque é que não salvaram os Bombeiros de Vila Praia de Âncora da pré falência, porque quando este executivo chegou à Câmara os Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora tinham as contas canceladas, tinham dois processos judiciais em cima, a Senhora Presidente de Câmara mandou fazer dois projetos que foram considerados como megalómanos e que não serviam os interesses dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, estavam para fechar, e como todos sabem os Bombeiros de Vila Praia de Âncora contraíram um empréstimo para fazer as obras, e como pagar esse empréstimo?. Ou, os Bombeiros descobriram alguma mina de ouro, pelo que devemos ser claros sobre essas matérias. Disse o Senhor Presidente que na questão de Serralves não interessava,



Assembleia Municipal de Caminha

porque, não apoiávamos uma instituição do Concelho, agora está-se aqui a aprovar uma medida para apoiar uma instituição do Concelho, já somos contra, portanto, isto não pode ser, não vale tudo, logo, não vale a pena andar a mexer aonde não interessa mexer, uma vez que o processo é claro, e é por isso que esta proposta pretende atingir um objetivo que é ajudar e contribuir para que os Bombeiros Voluntários de Caminha tenham ali também uma fonte de receita, e os Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora estão a ser ajudados de outra forma. Disse ainda o Senhor Presidente que prefere que o espólio da Câmara Municipal, aquele que é entregue por cada um dos autores, possa ser aproveitado, do que estejam encaixotados anos a fio dezenas de quadros aonde não tem uso, nem tem mostra, e daí surgir esta oportunidade imaginativa para se poder ajudar os Bombeiros, que os Bombeiros aceitaram que o Diretor do Museu quis e que a Câmara sufragou nessa proposta. Disse ainda o Senhor Presidente que se ia ali dizer que a oposição está a maltratar os funcionários da Câmara, que trabalham tanto, mas agora, não está em causa a qualidade do funcionário, mas, a verdade o que está em causa é a qualidade do funcionário, Diretor do Museu que avaliou aquilo que são as obras que estão em exposição e que estabeleceu um preço base, para que as obras possam ser de facto leiloadas, logo, existe o debate político e depois há o debate dos factos, e os factos estão aí, e é isso que foi a base desta proposta, apesar de, depois se poder discutir se tem ou não a base dessa alienação de património e se justifica e se é para este fins ou não. Disse ainda o Senhor Presidente que durante os 12 anos foram vendidos bens do Município a “pataco e meio” e ninguém sabe o que aconteceu com aquele dinheiro. Pergunta o Senhor Presidente se alguém sabe o que aconteceu com os três milhões e meio das Eólicas que foram vendidas e das infraestruturas das águas que foram vendidas, também ninguém sabe, dois anos e meio depois de tomarem posse de um executivo socialista que não deixou dívida, pelo contrario deixou superavit, o que é que foi feito com essa estrutura que foi vendida, e agora por causa de uns quadros que são cedidos pelas pessoas ao



Assembleia Municipal de Caminha

Município para que o Município possa dispor dos quadro e o executivo vai entrega-los aos Bombeiros Voluntários de Caminha, já são contra, não serão contra os Bombeiros Voluntários de Caminha, essa é que é a questão; e por isso que fique muito clara esta matéria. Disse o Senhor Presidente que iremos assistir na resposta ao Presidente da Câmara na questão das datas, ou um “fait diver” qualquer sobre isto e aquilo, bem o costume, mas, as pessoas já não querem o costume e foi por isso que derrotaram a Dr.^a Júlia Paula nas urnas. Disse ainda o Senhor Presidente que hoje lhe tinha perguntado uma jornalista, se tinha medo que a Dr.^a Júlia Paula, volte. Respondi, que não, e sabe porquê, porque ela nunca saiu daqui, ela está ali, nas dividas que se tem para pagar, está ali, porque foi ela quem deu a cara pela candidatura no passado, não deixava falar o candidato, falava ela e continua ali porque vai as Assembleias Municipais dizer aquilo que lhe apetece, e também não o assusta porque já a derrotou uma vez e se for preciso derroto-a segunda vez, essa é que é a questão fundamental.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, em defesa da honra e consideração pessoal, e disse que considera a forma como Senhor Presidente entrevistou nesta Assembleia Municipal e na forma como se dirigiu a ela, foi um ataque pessoal e absolutamente sem paralelo na historia desta Assembleia, o que lamenta. Solicita mais uma vez a Senhora Deputada para que a intervenção do Senhor Presidente fique em ata, porque ela própria fará a divulgação da mesma, para que todos percebam que tipo de personalidade e que perfil de elevação de falta de maturidade acima de tudo politica, ética pessoal tem este Presidente da Câmara. Disse ainda a Senhora Deputada que gostaria de perguntar ao Senhor Presidente que dia é hoje, porque a Assembleia começou a dia 9 e prolongando-se para 10 de dezembro, o que lhe parece, será esta a verdade, e o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção referiu ali eventualmente por lapso e cansaço que tinha recebido um convite no dia 17 de dezembro e todos se aperceberam que ainda não se chegou ao dia 17 de dezembro, logo,



Assembleia Municipal de Caminha

o Senhor Presidente no seu desnorte, e de facto o Senhor tem-na sempre presente, agradece a Senhora Deputada que não lhe deixe morrer nem a sua memória e sobretudo não deixe morrer a sua obra e aquilo que ela fez durante estes três mandatos, e o Senhor nunca a derrotou, porque a Senhora Deputada nunca foi candidata à Câmara Municipal de Caminha com o Senhor Presidente, e como lhe tenho dito varias vezes não é o Senhor que lhe marca a agenda politica, não é o Senhor que marca os fóruns e as discursões e como lhe vindo a dizer não tem nenhum problema em discutir com ele qualquer assunto ou tema, portanto, o Senhor nesta Assembleia só tem uma coisa a mais do que ela, que é tempo. Disse ainda a Senhora Deputada que não admite ao Senhor Presidente que ainda não tem trabalho, nem maturidade suficiente para por em causa, a competência da Senhora Deputada, como o seu trabalho e a sua honestidade, logo, é essa honra e essa consideração pessoal que ali está a Senhora Deputada a defender. Disse mais uma vez a Senhora Deputada que o Senhor Presidente a ofendeu na presença de todas estas pessoas, na sua honra e na sua consideração não só pessoal como profissional, e ainda por cima, alicerçado numa intervenção que interpretou mal, porque aquilo que a Senhora Deputada referiu foi “deve ter sido a 17 de novembro e não a 17 de dezembro como por lapso referiu”, foi uma dedução que teve a Senhora Deputada, e o Senhor num desnorte total fez uma intervenção desajustada, ofensiva, a qual fica na historia deste órgão e da democracia.

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, disse que tinha uma paciência de santo, porque ele é insultado quase diariamente pelo PSD e a verdade é que é insultado através dos meios da comunicação social, das redes sociais, permanente, inclusive naquela Assembleia Municipal. Disse o Senhor Presidente que ainda agora acabou de ser insultado acerca da sua maturidade ética, mas, aquilo que o Senhor Presidente quer dizer e porque, entretanto, se esqueceu, naquilo que é falta a verdade que ali a Senhora Deputada ali foi



Assembleia Municipal de Caminha

dizer, que foram convidados todos os Municípios do Alto Minho, é mentira, e dizer também que ninguém aceitou, quando se sabe que é Fundador Viana do Castelo já de outra leva que não desta. Disse o Senhor Presidente que se dizem ali as maiores mentiras com o mesmo rosto da verdade, logo, torna-se necessário em alguns momentos colocar o ponto final, e desde já coloca ali o ponto final. Disse ainda o Senhor Presidente à Senhora Deputada para que pegue na sua declaração leve para onde quiser levar, já deve ter os advogados, pode fazer aquilo que entender, mas, afirma o Senhor Presidente que ele se dirige às pessoas e diz aquilo que pensa e aquilo que é verdade, logo, neste contexto o Senhor Presidente deseja a todos um Bom Natal, vamos ter uma época daquilo que é a partilha, mas que é uma época que deve replicar tudo aquilo que são os momentos durante todo ano, ali, na família e também trazer um pouco desses sentimentos para a política que é a racionalidade e sentimento, e um Bom 2017 uns com mais outros com menos vitórias.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 7 votos contra e 6 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez declaração de voto e disse que o PSD vota contra esta proposta pelo caráter discriminatório que ela contém relativamente às duas Associações, porque contempla uma única Associação de Bombeiros, e não as duas Associações, poderia desde logo ter feito para as duas Associações, quadros pelos vistos não faltam;

Vota contra esta proposta, porque ela é discriminatória relativamente ao contrato e ao protocolo com a Fundação Serralves, cujo convite foi feito no dia



Assembleia Municipal de Caminha

18 de novembro por email a todos os municípios e inclusive debatido no âmbito da CIM Intermunicipal do Alto Minho;

Votam contra esta proposta, sobretudo porque ela discrimina negativamente as nossas Associações, a quem sistematicamente é recusado apoio financeiro para depois em detrimento se ir atribuir um apoio significativo, montante e valor muito avultado a uma Instituição, que no obstante o caráter persecutório que diz respeito à cultura e etc. que naturalmente nos orgulha a todos não releva em nada para diretamente o benefício das nossas populações e das nossas Instituições.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, por vezes com alguma tensão, deseja a todos uma Boas Festas e que para o Ano lá estarão todos, de seguida declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H42M, do dia 10 de dezembro de 2016, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)